

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**RIO DE JANEIRO – ANO 09 – Nº 26
MAIO/AGOSTO – 2004**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 9, nº 26, (maio-ago. 2003) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 179 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

CDU 801(05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Lingüística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: pereira@uerj.br e www.filologia.org.br

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretor:	Prof. Me. Vito César de Oliveira Manzolillo
Primeiro Secretário:	Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez
Segundo Secretário:	Prof. Dr. Ruy Magalhães de Araujo
Diretor da Revista <i>Philologus</i>	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor da Revista <i>Philologus</i>	Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Rosalvo do Valle
Flavia da Silva Pires	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, edição e editoração José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL – *José Pereira da Silva* 7

ARTIGOS

1. A VOZ FEMININA À LUZ DA BÍBLIA - *Olga dos Santos Caixeta Vilela e Marília Ferreira Pinto Silva* 9
2. A CATEGORIA DE VOZ NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS PRÉ-NGB – *Maria Claudete Lima* 24
3. A FILOLOGIA E SEU OBJETO: DIFERENTES PERSPECTIVAS DE ESTUDO – *Rosa Borges Santos Carvalho* 44
4. AS CARACTERÍSTICAS DA LÍNGUA ITALIANA EM DIÁLOGOS ESCRITOS DA INTERNET – *André Luis Yamaguti* 51
5. CRÍTICA IMPRESSIONISTA: OS PAPÉIS DO CRÍTICO NO TEXTO - *Itana Nogueira Nunes* 66
6. DE CANIBAIS E COBRAS CORAIS: UMA CANÇÃO TUPI - *Aderaldo Luciano* 73
7. EM TORNO DO CONCEITO DE BRASILEIRISMOS - *Karina Chrysóstomo de Sousa Nascimento* 85
8. ESCRITÓRIO MODELO DE TRADUÇÃO ANA CRISTINA CÉSAR: UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA – *Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro* 92
9. GLOSSÁRIO DO LIVRO ESPUMAS FLUTUANTES – *Carlos Alberto Gonçalves Lopes* 102
10. HÖLDERLIN E A EXPERIÊNCIA DO ABISMO: ENTRE A TRAGÉDIA E A TRADUÇÃO DA “ANTÍGONA” – *Carlinda Fragale Pate Nuñez* 117

11. INFLUÊNCIA DOS PADRÕES MORFOLÓGICOS LATINOS NA TERMINOLOGIA CIENTÍFICA – <i>Paulo Mosânio Teixeira Duarte</i>	127
12. O ALÇAMENTO DAS VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS E POSTÔNICAS MEDIAIS – <i>Fernando Antônio Pereira Lemos</i>	145
13. TRADUÇÃO PARA ALÉM DOS CONCEITOS LINGÜÍSTICOS – <i>Adilson da Silva Corrêia</i>	157
14. <i>UT PICTURA POESIS</i> – CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PARADIGMA PICTURAL EM ARISTÓTELES – <i>Ana Lúcia M. de Oliveira</i>	164

RESENHAS

15. CADERNOS DA ABF – <i>José Pereira da Silva</i>	173
16. HISTÓRIA CONCISA DA ESCRITA – <i>José Pereira da Silva</i>	176
INSTRUÇÕES EDITORIAIS	179

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o vigésimo sexto número de sua *Revista Philologus*, com quatorze artigos (vários dos quais correspondentes a trabalhos apresentados no VI CNLF) e duas resenhas.

Publicaram neste número os seguintes autores: Aderaldo Luciano (73-84), Adilson da Silva Corrêia (157-163), Ana Lúcia M. de Oliveira (164-172), André Luis Yamaguti (51-65), Carlinda Fragale Pate Nuñez (117-126), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (102-116), Fernando Antônio Pereira Lemos (145-156), Itana Nogueira Nunes (66-72), José Pereira da Silva (173-178), Karina Chrysóstomo de Sousa Nascimento (85-91), Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro (92-101), Maria Claudete Lima (24-43), Marília Ferreira Pinto Silva (9-23), Olga dos Santos Caixeta Vilela (9-23), Paulo Mosânio Teixeira Duarte (127-144) e Rosa Borges Santos Carvalho (44-50), sendo que alguns não são associados do CiFEFiL, tendo seus trabalhos aqui publicados por se tratar de participantes do VI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, cujos artigos não puderam ser incluídos no volume VI dos *Cadernos do CNLF*.

Os motivos que levaram o CiFEFiL a publicar esses trabalhos aqui e não nos *Cadernos do CNLF* foram diversos e particulares a cada um, tais como a dificuldade técnica de formatação, falta de fonte específica para a editoração na época em que o número correspondente estava sendo preparado, entrega dos originais posteriormente à data pré-estabelecida, inadequação nos números temáticos etc.

A partir do início deste ano de 2003, a Diretoria do CiFEFiL resolveu não mais enviar a *Revista Philologus* aos associados que não estivessem com suas anuidades em dia relativamente ao ano anterior, pois a associação mantém esse periódico, os serviços virtuais pelo domínio FILOLOGIA.ORG.BR etc. apenas com as anuidades dos sócios, contando com o sucesso de seus eventos para custeá-los e cobrir as demais despesas com publicações impressas e digitais.

A Diretoria do CiFEFiL, em nome da Diretora da Revista *Philologus*, se desculpa diante das instituições de ensino e pesquisa que vinham recebendo este periódico gratuitamente porque, nos úl-

timos números tivemos de reduzir a tiragem por falta de recursos financeiros para o pagamento da sua impressão e envio.

Esperamos conseguir algum patrocínio de empresas particulares ou de órgãos públicos responsáveis pelo fomento da pesquisa científica brasileira ou assinaturas da revista por bibliotecas de faculdades de letras ou outras instituições congêneres.

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas positivas e honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Rio de Janeiro, agosto de 2003.

José Pereira da Silva

A VOZ FEMININA À LUZ DA BÍBLIA

*Olga dos Santos Caixeta Vilela
Marília Ferreira Pinto Silva*

RESUMO

O presente artigo mostra uma leitura à luz de uma linguagem diacrônica sobre a presença da mulher no mundo e o seu papel que foi excluído da possibilidade de SER social pela visão machista do homem. O texto em análise, “Bíblia Feminina” de Frei Beto, narra fatos que avaliam a presença da mulher e o seu desejo de ter voz ativa e soante no meio em que vive, chamando à atenção, tanto o homem quanto a mulher para a necessidade de se reavaliar o pensamento que habita o mundo em plenos séculos XX e XXI.

PALAVRAS-CHAVE: voz feminina; Bíblia; Bíblia Feminina

INTRODUÇÃO

Não é recente a história que conta a história da mulher e o seu percurso no caminho por onde também o homem caminhou e caminha.

O texto proposto para análise, “Bíblia Feminina” transmite-nos com clareza o problema vivido pela mulher ao longo de sua existência.

Remetendo-nos ao início da Era Cristã, com a Anunciação do anjo Gabriel à Maria, já nos é mostrada a submissão da mulher. “Darás à luz um filho”. Deus, o Senhor, enviou o anjo Gabriel e este anunciou à Maria. A palavra do homem, superior; e a mulher, olhos voltados para o céu, em sinal de servidão, de obediência.

Assim começa a história da vida da mulher dentro da Era Cristã, mas, desde a história que inicia a criação do mundo, já nos mostra a Bíblia, em Gênesis, 3-16: “Deus disse também à mulher: ‘Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dor teus filhos; teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio’”.

Essas palavras ditas em Gênesis entraram nos ouvidos do homem e o dominaram através dos séculos e hoje, início do século XXI, nossos ouvidos recebem os ecos trazidos por vozes que contam e recontam a história.

REFLEXOS & INTERDIÇÕES

Por isso o homem deixará o seu pai e a sua mãe para unir à sua mulher; e os dois serão uma só carne.

O texto “Bíblia Feminina” conta-nos sobre uma voz feminina que, já bem perto de nós, no tempo, começou uma nova luta pela conquista do lugar da mulher na sociedade (do mundo?).

Elizabeth Cady Stanton, menina ainda e marcava as páginas do livro de seu pai, o juiz Cady, onde estavam registradas as leis (absurdas) que salvaguardavam os direitos dos homens sobre suas mulheres, que, queixosas dos maridos que lhes roubavam o que tinham, recorriam a ele, juiz, para buscarem ajuda e justiça, sem nenhum sucesso.

Desde muito cedo muitas mulheres tentaram fazerem-se ouvir e receberam a mesma explicação que a menina Elizabeth recebera de seu pai: “A lei defende os maridos e o casamento faz dos dois, homem e mulher, um só, e este 'um', era o marido”. Estas, aliás, são palavras divinas, “uma só carne”.

Elizabeth, menina, recebia para si toda a fala de outras mulheres que interagiam com a voz de seu pai e foi apenas uma voz silenciosa que marcava páginas, guardada para um tempo posterior, a idade adulta, quando sua voz já se prontificou a estabelecer um diálogo aberto e vivo com o mundo, com os homens e com as outras mulheres.

A FI entrevista no texto se marca em frases do tipo: “O casamento fazia dos dois um só e este um era o marido”. “...a interdição de acesso das mulheres ao sacerdócio e ao episcopado...”.

As citações acima se pré-constroem à margem do pensamento feminino e as leituras feitas pelas mulheres a estas FD inviabilizam a aplicação de seu pensamento no mundo, mesmo porque o pensamento feminino não é levado em consideração, prevalecendo a lei do mais forte que, no caso, é o homem.

O discurso feminino, saído a partir do discurso masculino objetiva à dispersão de sua voz para que chegue ao ouvido de outras mulheres e objetiva ainda a descentralização da voz masculina, para que dessa forma possa acontecer uma perda de força e, automática-

mente a entrada de uma nova visão sobre o assunto no contexto social.

A mulher, no desejo de ser sujeito da construção do seu discurso se assujeita ao discurso masculino e busca o seu lugar a qualquer preço, até mesmo se fazendo notar pelo caminho mais fácil de “dominar” o homem: fazendo –se objeto de desejo, reduzindo-se a mero símbolo sexual.

Ao longo da história a criação do discurso feminino pouco seduziu o homem que a acreditou o segundo sexo, alguém incapaz de pensar, de agir com inteligência o que, aliás, ele, homem, lia na própria Bíblia. “O homem é a cabeça do casal”, “... ó mulheres, sede submissas aos vossos maridos”.

O espírito cristão do discurso masculino foi o mesmo que criou a Inquisição no século XVI, levando à submissão o próprio homem e amedrontando ainda mais as mulheres. Apenas o clero, formado por homens, entendia o latim, diz o texto. A ideologia da Igreja se fechou objetivando a si mesma, pois aquilo que o Outro não entende é só meu. E este “meu” quer dizer Igreja.

O que ficou impregnado na voz feminina foi o discurso masculino, fazendo, portanto, que a mulher só falasse pelo voz do outro, (o homem). Todo o discurso trazido à tona pela mulher foi apenas uma constatação de que o homem tudo produziu e a mulher tornou-se, então, apenas o L2 de um discurso pronto, cujo valor lingüístico-semântico só ecoaria com a permissão do homem. A voz da mulher foi apenas um balbucio.

Essa atribuição de valor estabelecido ao homem pelo próprio homem, como recado dos céus se tornou responsável por sua dominação e os maridos, em nome de Deus, das leis e de seus próprios desejos se fizeram respeitar pelas mulheres, calando-lhes a voz e atribuindo-lhes um lugar inferior e ainda subestimando sua capacidade de agir por si mesmas.

Elizabeth, adulta, descobre que a própria Bíblia utiliza-se da mulher, colocando-a como responsável pela introdução do pecado ao mundo.

O Senhor Deus disse: “Quem te revelou que estavas nu? Terias tu, porventura comido do fruto da árvore que eu te havia proibido de co-

mer”? O homem respondeu: “A mulher que me destes apresentou-me deste fruto, e eu comi.” (*Gênesis*, 3-11).

As palavras de *Gênesis* revelam-nos que o homem aponta a mulher como precursora do pecado, excluindo-se da culpa. Ele comeu da maçã, mas quem a colheu e a ofereceu fora a mulher. Nesse momento o homem, para livrar-se da culpa diante de Deus, estaria se colocando em posição de obediência à mulher. “A mulher deu-me e eu comi”. Não quisesse ele comer do fruto proibido, tê-lo-ia rejeitado, mas ficou o dito como pretexto para se colocar diante do Senhor, em papel de réu primário.

A luta da mulher começou aí e não parou e, talvez, nem pare. A posição de igualdade entre homem e mulher que também nos mostra a Bíblia em *Gênesis* 2, 22: “E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e levou-a para *junto* do homem, para sua companheira.” (*Grifo meu*) é algo que acompanha o sentimento feminino e Elizabeth, conhecedora da importância de sua luta, convoca um grupo de mulheres familiarizadas com o hebraico e o grego, e capacitadas em teologia e ciências afins, para resultar na publicação da “Bíblia das Mulheres”, dentro de uma hermenêutica feminina.

Notamos que o discurso trazido pela Bíblia é unívoco e unísono no que diz respeito ao gênero. Foi escrito por homens, que não ouviram o desejo ou a voz feminina; ditado por Deus aos profetas, apóstolos; e a figura de Deus é masculina para o mundo. Os homens escreveram tudo o que devia ser seguido, também pelas mulheres, de acordo com a sua visão. A figura feminina não perpassou as linhas escritas e nem a sua voz se fez sentir em nenhum momento, a não ser a voz de Maria Santíssima para seu filho nas Bodas de Caná, em São João, 2- 3,4,5.

Como viesse a faltar o vinho, disse-lhe a mãe de Jesus: “Eles não têm vinho”. Respondeu-lhe Jesus: “Mãe, isso nos compete a nós? Minha hora ainda não chegou”. Disse então sua mãe aos serventes: “Fazei o que ele vos mandar”.

E Jesus obedece, transformando a água em vinho.

A voz de Maria, nesta passagem, não se tornou paradigmática para as mulheres, não representa a voz feminina, mas a voz da Mãe que chama o filho e reclama-lhe obediência. Não negamos que a voz

e Maria represente uma voz feminina no mundo (cristão, especificamente), mas o sinal que sua voz repassa às mulheres é de servidão, de obediência, de pureza, de pessoa dócil que tudo faz para o filho (e ao marido), de mulher-mãe apenas que se dedica ao lar e não a voz de mulher companheira, aquela que Deus criou para estar ao lado do homem e atrás da qual o próprio homem se escondeu para apresentar-se a Deus.

Não nos assusta que na Era Cristã o homem esteja negando a figura feminina como alguém capaz de repensar o mundo, pois o homem de então apenas seguiu o pensamento cravado já dentro de si, trazido pelos pensadores de épocas bem anteriores. Aristóteles, no século IV a.C. já ditava: “De mulher pode-se dizer que é um homem inferior. A natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens”.

O que poderia Aristóteles estar dizendo sobre ser um homem inferior? Haveria então uma classificação dentro do próprio gênero? Homens superiores e homens inferiores. Que critérios os próprios homens teriam usado para classificar-se?

Platão, cujas idéias penetraram profundamente no pensamento cristão, reforçava o desprezo da cultura grega pelas mulheres.

“Os homens covardes, que foram injustos durante sua vida, serão muito provavelmente, transformados em mulheres quando reencarnarem”.

Observe-se que o pensamento de Platão também é classificatório e os critérios para tal são apenas seus. Ele inclui na figura feminina a idéia de maldade, de covardia. E o critério para chamar de covarde a uma mulher qual terá sido, visto que não lhe era dada condição de agir?

A palavra das mulheres, enquanto possibilidade de dizer EU, foi sempre sufocada no mundo e dentro da própria Igreja e elas foram e são conduzidas aí, pela voz de um Padre.

(O padre, o maior representante de Deus no mundo, grande defensor do bem, transmissor da verdade ao homem e cúmplice da depreciação do ser humano feminino, visto como objeto do pecado).

Dentro da hermenêutica feminina a Bíblia revela a igualdade entre homens e mulheres, nos diz o texto de Frei Beto e revela ainda

a leitura machista que se faz até hoje da Bíblia no intuito de benefício dos homens que encontram na mulher apenas um objeto de utilidade doméstica e primordialmente sexual.

Ainda de acordo com o texto, a natureza não deixa dúvidas de que o homem nasce do corpo de uma mulher, muito embora em Gênesis 2-22 possamos ler algo que difere: “Então o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma das costelas e fechou com carne o seu lugar. E da costela que tinha tomado do homem Deus fez a mulher”.

Parece paradoxal, pois, mais adiante, no mesmo Gênesis 3-16 encontramos: “Disse também à mulher: ‘Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dor teus filhos’”.

A mulher foi criada da costela de um homem para dar à luz um outro homem.

A visão que se formou sobre o poder masculino, que aliás, a própria mulher admite (este foi o ensinamento que lhe foi repassado como educação) criou uma repressão perfeita para a mulher que, não sentindo ou sendo impedida de sentir, acaba crendo que é seu destino ou desígnio de Deus, uma vez que os mecanismos de repressão passaram a fazer parte de sua individualidade. Só o homem é capaz de resolver determinadas questões; o homem é o chefe da família, a cabeça do casal; o homem pode decidir sempre o destino de sua mulher.

Novamente há o atravessamento do discurso masculino que não altera seu posicionamento sobre a visão transferida à mulher, enquanto a mulher mascara o seu ser-pessoa em detrimento de sua felicidade e também como prova do amor aos filhos.

O texto é um diálogo constante com o mundo, com o sexo e com o gênero, com a reprodução da imagem, com o homem, com a mulher, com a Igreja e seus valores, com as leis sociais, com o casamento e com o lugar que a mulher ocupa no mundo (também uma visão a partir da Bíblia) e, sobretudo, com a representação masculina ante todos os itens citados..

O texto em análise coloca nomes de mulheres que foram ignoradas pela Ética patriarcal, embora tenham recebido uma exaltação social. O discurso do poder patriarcal, monopólio resultante de uma

FD exclusivamente machista que, com a justificativa de proteção à mulher, definhou por séculos e séculos todo o vigor natural feminino.

Débora, corajosa e sagaz; Vasti, por rejeitar que os maridos vejam suas mulheres como propriedade; Hulda, por sua pedagogia ao se fazer entender; Maria, por proclamar a expectativa do Salvador.

Lembramos que essa exaltação feita às mulheres saiu de uma Bíblia cuja perspectiva é analisada por mulheres. As referências feitas a mulheres pelos pensadores, fala delas como um ser para o qual não há bons olhos.

Péricles, o grande estadista ateniense, decretava: “As mulheres, os escravos e os estrangeiros não são cidadãos”.

No direito romano, a mulher era classificada como *Imbecillitas*.

Em livros do Antigo Testamento lemos algumas referências machistas bastante radicais.

No Eclesiástico encontramos esta passagem: “Um homem que te faz mal é melhor que uma mulher que te faz bem (sexo)”.

Essa visão machista vivida e sentida pela mulher fez que ela, principalmente pela educação que lhe foi dada e ainda por ser considerada um ser frágil (pelo fato de gerar), aceitasse passivamente (?) tais imposições. E o próprio homem que a vê assim, e que por outro lado lhe oferece também o sustento, o benefício aos filhos e mesmo o luxo, fez com que a voz feminina viesse a ecoar no mundo até em sinal de agradecimento, pois o homem faz um mal, mas oferece muitos bens. Tudo isso impediu a mulher de se rebelar e de se fazer ouvir. São Paulo em suas cartas aos Coríntios revela:

As mulheres se calem nas assembléias porque não lhes compete falar, mas viver sujeitas, como diz a lei. Se quiserem aprender alguma coisa, que perguntem em casa aos seus maridos que não é conveniente à mulher falar na assembléia.

E ainda de São Paulo a Timóteo: A mulher ouça a instrução em silêncio com espírito de submissão. Não permito que a mulher ensine nem se arrogue autoridade sobre o marido, mas permaneça em silêncio, pois o primeiro a ser criado foi Adão e depois Eva. E não foi Adão que se deixou iludir, mas sim a mulher que, enganada, incorreu em transgressão; mas ela poderá salvar, cumprindo os deveres de mãe, contanto que

permaneça com modéstia na fé, na caridade e na santidade.

É bom repensar que toda essa beleza poética cristã foi escrita por mãos masculinas, pensadas por homens que coincidentemente tiveram a mesma fé cristã.. Fé cristã, também baseada no amor a Deus.

Nota-se nas palavras cristãs que o amor pregado por Deus era um amor exclusivista e que Deus, amando só aos homens (gênero masculino) teria, talvez, utilizado o corpo de uma mulher para, apenas, tirar dele um filho seu. Teria Deus também se utilizado da mulher enquanto corpo, matéria e depois abandonado o seu destino às mãos dos homens?

Teria, por acaso, Deus, inspirado Santo Tomás de Aquino já no século VII em sua extensa obra teológica, que marca, desde então a teologia Cristã? Eis o que explica o grande mestre sobre a mulher:

A mulher é um ser acidental e falho. Por natureza a mulher é inferior ao homem em força e dignidade, e por natureza lhe está sujeita, pois no homem o que domina, pela sua própria natureza é a facilidade de discernir, a inteligência.

Mais adiante confirma: “A mulher foi criada mais imperfeita que o homem porque no homem, naturalmente há mais discernimento e razão”.

Esta afirmação nos leva a crer que Deus nasceu de um ser, uma mulher, sem dignidade. A afirmação é do autor. Afirmação nosa agora seria a de que um ser falho não daria à luz um ser perfeito. Silogismo perfeito, portanto: A mulher é um ser imperfeito.

Um ser imperfeito não gera perfeição.

Portanto,

Tudo que nasce da mulher é imperfeito.

Não há pessoalismo no silogismo criado: podemos enxergar lógica.

De volta ao texto de Frei Beto citamos:

Acaba de ser publicada nos EUA uma edição da Bíblia “politicamente e sexualmente correta” onde, por exemplo, Deus é tratado por “Ele/Ela.”. E ainda diz que atualmente aumentou o número de mulheres dedicadas a uma leitura feminista da Palavra de Deus.

Acreditamos que as mulheres referidas no texto como “feministas dedicadas” não estejam apenas querendo inverter os papéis. Fazer uma leitura da Bíblia numa perspectiva renovada, sem discriminações só pode acontecer se se excluir a idéia de gênero.

Se é necessário acabar com o monopólio clerical machista ele naturalmente que ficaria depreciado se se fizesse monopolicamente feminista.

Em todo o mundo, sabemos, houve mulheres e ainda há que lutaram pelas suas idéias e muitas acabaram sendo condenadas por estarem pensando. Uma mulher que pensa é um risco para a vida do homem, para as outras mulheres, para a sociedade, pois ela pensa pouco.

No século XII, estudos medievais, literário e historiográfico, mostram Maria de França, mulher poliglota, conhecedora das raízes lexicais do latim e leitora dos clássicos existentes até a época, portadora de grande lirismo em suas poesias sob a ótica do amor cortês, ficou durante séculos vedada ao conhecimento, uma vez que a uma mulher não era dado o direito de se fazer conhecer.

No século XIV, Christine de Pisan, escritora de baladas e rondós enfrenta sérias dificuldades, sendo criticada por viver sem a proteção masculina. Escreve “A cidade das Mulheres”, obra em que evoca o mito das Semírames, a mulher sozinha que precisa ser corajosa. Ainda em “O livro das três virtudes”, verdadeiro tratado de educação para mulheres, lemos o que a escritora deixa escrito a um homem, seu difamador e opositor: “Que não me seja imputada a fama de louca, eu mulher, que tive a arrogância e a ousadia de contradizer um autor tão sutil, quando ele, homem, ousou difamar e culpar, sem exceção, todo um sexo”.

Goutier Col, mestre da Igreja, pede a ela que se retrate, que confesse seus erros porque assim “teremos piedade e daremos sua penitência salutar”.

Inútil tentativa. Christine de Pisan não renuncia às suas idéias e escreve ainda os seus últimos versos para Joana D’Arc, na França.

Tu Joana, nascida em boa hora
Bendito seja que a criou
Donzela enviada por Deus
Sobre quem o Espírito Santo

Derramou sua imensa graça
E que teve tamanho dom.

Uma jovem de 16 anos
(Não é alguma coisa extraordinária?)

Para quem as armas não são pesadas
E diante dela fogem os inimigos...

Joana venceu todos os limites de sua época e sofreu as consequências de sua ousadia.

No século XVI citamos ainda Artemísia Gentileschi, nascida em Roma, primeira mulher a figurar num processo de estupro. No processo transformam-na em ré, acusada de ninfomaníaca, sendo submetida a exames vexamosos. Condenada pelos homens, foi torturada com anéis de ferro nos dedos das mãos.. Artemísia assumiu sua vida, escolheu seu destino. Não teve medo de superar as proibições, enfrentar a moral, se tornar pintor, como um homem, no mesmo nível. Reivindicou a igualdade, sem lutar contra os homens.

Essas mulheres, e muitas outras, foram feministas *avant la lettre*. Escritoras, guerreiras, pintoras, escritoras, artistas, mulheres que ousaram se impor em terrenos antes reservados somente aos homens e enfrentaram todos os preconceitos de sua época.

Elizabeth Cady Stanton, bem mais perto de nós, já, século XIX, é a continuação desse trabalho de luta para ocupar um espaço no mundo ao lado dos homens. Já se multiplica o número de mulheres que estão nesse rol de lutadoras pela causa feminina.

No Brasil, como narra o texto, Branca Dias foi condenada por ter sido encontrada, na Paraíba, com uma edição da Bíblia Feminina em língua vernácula, o que era proibido pela Inquisição. E só depois de condenada descobriram que era analfabeta.

Mais uma vez se nota, a arbitrariedade das atitudes masculinas machistas com a justificativa de tudo estar fazendo em nome da lei e em benefício do social, da ética.

A filósofa Hanna Arendt após ter conhecido um assassino nazista, afirmou nada encontrar nele que a fizesse pensar que ele poderia ter cometido tantas barbaridades. Ela era um sujeito comum.

O fato nos remete à frase bíblica de Salomão: “O homem é

ruim desde a sua meninice”.

Se a frase de Salomão pode ser considerada verdadeira, ele teria que se limitar somente ao gênero masculino, em vista de todas as atrocidades que um homem é capaz de fazer ou temos que generalizar a idéia e contextualizá-la no mundo também das mulheres? Será verdade que um homem, quando tem ocasião de se beneficiar, raramente deixa de fazê-lo pelo Outro?

O questionamento que se faz sobre qual o lugar que a mulher ocupa, na Bíblia, traz sérias implicações essencialmente à Igreja atual que supre tais explicações com falsas idéias de pecado e desejo de continuar mistificando o que para o homem não é mais segredo.

A sociedade atual aprecia e valoriza o falso. O artificial entra para a realidade das pessoas, com maior valor que o verdadeiro. A aparência supera a forma original. Um homem instrumentaliza o outro homem e esse Outro muitas vezes é uma mulher. A condição feminina é um desafio constante.

Encontrar exatamente uma mulher com um livro proibido nas mãos foi uma boa justificativa para avisar outras mulheres.

Erasmus em “O Elogio da Loucura”, século XVI, critica violentamente a sociedade da época, ridicularizando os falsos católicos, a hipocrisia religiosa e a corrupção de muitos membros do clero, não poupando nem os papas.

Em todo o tempo da história, todo o discurso produzido pelo homem se fez na tentativa de dispersar a dualidade radical existente no mundo. Por um lado o benefício do poder que centraliza e se apodera do caminho e por outro lado toda uma categoria que se coloca acuada por não dispor de meios para enfrentar a opressão. Esse poder referido também cabe à Igreja.

A sociedade assim distribuída coloca ainda um outro problema que sempre foi crucial: O problema da mulher. A mulher que gritou e se condenou e a mulher que se calou de medo ou de cansaço.

A superfície discursiva do texto “Bíblia Feminina”, de Frei Beto, historiciza fatos ocorridos num determinado momento histórico cujos valores transitaram sobre pontos ligados ao passado e o florescimento de idéias que estariam por surgir – século XIX.

Recontado agora, no final do século XX, o mesmo fato ganha uma nova competência, cuja superfície discursiva baila ante olhos conservadores *versus* olhos pós-modernos e essa intersubjetividade, vista hoje, encaminha-nos para uma análise do texto que enuncia um discurso cuja voz concede a si mesmo (texto/autor) um lugar para dizer, contracenando com muitas outras vozes que entram para complementar aquele ou até mesmo para fazer oposição.

Há uma voz masculina no texto (o autor) que narra e outra voz também masculina que desperta um desejo de suscitar na mulher o seu encontro de si mesma, e ainda outra voz, ainda masculina, que deseja defender a mulher diante do mundo, da religião, da Igreja. São três vozes em um só sujeito enunciativo que fala diante de cada uma das outras vozes surgidas dentro do mesmo texto, reconhecidas pelas citações e lidas nas entrelinhas. Ainda no final do texto encontramos na própria voz do autor uma manifestação de reprovação que chama a mulher para refletir sobre deixar-se valer de seu corpo para se reificar.

A leitura que se pode depreender do texto é bem diacrônica e apresenta uma deixis fundadora que nos remete à criação do mundo, à Gênese. Essa mesma deixis fundadora atravessou milênios e chegou até nossos dias numa elaboração discursiva formada por várias gerações de homens e mulheres, um atravessando o discurso do outro, para chegar a ponderações mais relevantes que estariam, hoje, abrindo um espaço maior às mulheres no que diz respeito às suas cobranças de posicionamento na estrutura social vigente.

O que se lê no texto “Bíblia Feminina” são efeitos de uma FD que estaria nesse tempo elaborando uma nova FD para confrontar-se com aquela e, a partir daí, purificar um novo discurso que esteja mais coerente com o pensamento do século.

Os co-enunciadores do discurso do texto, as mulheres principalmente e todos os homens que corroboram com ele (discurso) serão a possibilidade de multiplicação para se acrescentar a frase “A mulher quer ser senhora de sua vida”, e estarão dentro do discurso como um suporte a estabelecer fronteiras para uma possível retroação.

Todo esse processo de emancipação cobrado e exigido pela mulher, ao longo do tempo é realçado no texto cujo nome é Bíblia.

Este termo a partir do título e repetido algumas vezes dentro do texto, heterogeneiza o seu significado.

Bíblia – conjunto dos livros sagrados do Antigo e do Novo Testamento.

Bíblia feminina – aquela em que está inserida a voz também das mulheres, re-elaborada e re-lida por elas.

Esta heterogeneidade mostrada no texto nos remete também a uma heterogeneidade constitutiva que se marca pelo interdiscurso. A polifonia existe, marcadamente, desde o início quando Elizabeth, na voz feminina infantil, na observação de outras mulheres queixosas de seus maridos à voz do juiz Cady, seu pai, que lamentava, mas defendia os maridos. O texto inteiro é um interdiscurso que aflora o desejo de consonância entre mundo masculino e mundo feminino, na visão feminina, mas Frei Beto no final, último parágrafo, coloca em questionamento a própria entrega da mulher à apropriação pública de seu corpo visando à reificação, reduzindo-se a mero apelo de consumo material e simbólico e por outro lado, queixando-se de serem tratadas pelos homens como objetos descartáveis.

Sabemos que essa entrega, a meros objetos descartáveis também faz parte da apropriação do discurso masculino ao longo do tempo o que levou a mulher a acreditar que, para conquistar o homem dos seus sonhos, dos seus desejos era necessário que estivesse em plena forma de beleza física, caso contrário, seria repudiada.

O mesmo mundo que produziu Cleópatra, que perfumava sua embarcação para que, assim, os homens percebessem sua aproximação, dois milênios mais tarde cria mulheres aprisionadas ainda à procriação e mulheres “Globeleza”, padrão difícil de se alcançar.

O texto “Bíblia Feminina” redescobre apenas, tira o véu de alguns olhos para fazer enxergar a alguns outros o caráter contraditório do mundo.

Todas as expressões veiculadas neste caráter contraditório do mundo são parte da ideologia do cotidiano desde que não há interesse do sistema de se trabalhar o assunto, uma vez que uma consciência fechada produz um raio de ação limitado, mas são parte também de uma FI sistemática que trabalha em prol de maior fechamento da questão, pois uma avaliação crítica aberta sobre o assunto revolucio-

naria aquela mesma consciência fechada e explodiria na palma da mão de todos aqueles que carregam nas mãos a ânsia do poder.

O homem que pensou em todo esse tempo estar monologicamente ditando os seus ensaios sobre o que uma mulher deveria ou não fazer, falhou na perspicácia de conhecer o dialogismo silencioso.

Falando, a mulher não teve vez; no silêncio ela foi recapitulando o seu desejo e elaborando o seu discurso que hoje acabou por começar a contracenar com o discurso masculino. A dialogização hoje, quase um embate dentro dessa imensa arena que é o mundo. Em todos os lados do mundo há um grito que começa a ser ouvido.

Não é o discurso do Outro que importa hoje; é um outro discurso que entra, ganha espaço e cria uma diversidade de valores que redundam no consciente e no inconsciente do homem e do mundo.

A mulher, hoje, começa a ser sujeito, a ser 1ª pessoa, a criar efeito para sua linguagem, a conjugar um verbo antes inexistente em sua vida. Eu Sou.

A FD elaborada pela mulher, interpelada como sujeito falante frente à FI da sociedade, leva a mesma mulher a um desdobramento de papéis dentro do seu ambiente discursivo, uma vez que sua posição de sujeito falante encontra grande barreira por parte dos homens e mesmo de outras mulheres.

A posição de Elizabeth Cady Stanton no texto “Bíblia Feminina” é múltipla e ao mesmo tempo única. Única por ser sempre a representação feminina e, múltipla por representar uma geração passada de mulheres que aceitou e se calou e uma geração presente, cuja voz está sendo ouvida nos nossos dias. Mulheres que gritam por reconhecimento, por emancipação, por espaço, por vez e por voz.

Elizabeth fala em nome de mulheres pobres, ricas, adultas ou não, adúlteras ou não, materializantes ou materializadas ou materializadoras, mulheres justas e injustas, maduras ou não, mulheres leitoras da Bíblia ou analfabetas, enfim, mulheres-Marias que acreditam na presença feminina para a transformação do mundo.

Frei Beto discute o texto com a mulher e este interdiscurso promove a aproximação das idéias que ele levanta com as idéias de Elizabeth e de outros nomes presente no texto.

Maingueneau afirma que o interdiscurso é a unidade de análise mais pertinente e que toda FD é heterogênea.

Observamos no texto que as FDs se definem circularmente uma vez que cada uma delas é o começo de uma nova FD que se afigura. O atravessamento das vozes circulares elabora o universo discursivo textual e em cada linha há uma voz linear e uma outra voz que repassa a sua materialidade (texto) para se juntar a um inconsciente (?) marcado no tempo.

A mulher se olha, se elabora e entra para o Centro de Estudos Bíblicos, aliás, ao lado de outros homens que também estão preocupados com a figura feminina e seu estado no mundo. Haverá por detrás de cada homem figurante do CEBI uma nova FD pertencente a uma FI que estaria dando início a um novo embate responsável pela Gênese de uma nova deixis fundadora a que, nos próximos séculos, outras mulheres estarão recorrendo para se firmarem na continuação de sua voz?

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

PINTASILGO, Maria de Lourdes. *Os Novos Feminismos – Interrogação para os cristãos?* [s.l.]: Moraes, 1981.

ESTADO de Minas – Caderno Feminino. Outubro, Novembro e Dezembro de 2000.

CIÊNCIA e Cultura. Sexualidade: fontes de prazer. Outubro de 2001.

BÍBLIA Sagrada. 9ª ed. Ave Maria, 1966.

A CATEGORIA DE VOZ NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS PRÉ-NGB

Maria Claudete Lima (UFC)

RESUMO

Este artigo visa a mostrar, criticamente, a problemática da categoria de voz nas gramáticas tradicionais no período que antecedeu a NGB. Não se trata aqui apenas de examinar as “incongruências” tão comodamente vistas a partir do momento atual, mas, sobretudo, de mostrar aspectos positivos a serem ressaltados em obras que ainda não se abeberavam em fontes lingüísticas modernas. Não incluímos as gramáticas pós-NGB por demandarem outro tipo de análise e outra divisão, que não a cronológica.

PALAVRAS-CHAVE: gênero verbal, voz, voz ativa, voz passiva, voz média.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos a descrição da categoria de voz nas gramáticas tradicionais, traçando um percurso cronológico desta categoria, desde o Renascimento até o período pré-NGB. Aqui faremos menção a autores representativos de língua portuguesa: Fernão de Oliveira, João de Barros (período renascentista); Jeronymo Soares Barbosa (período iluminista); Silva Jr., Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel e Silveira Bueno (período historicista).

Said Ali será referido em seção à parte por colocar-se o autor teoricamente à frente dos autores da segunda metade do século XIX, mas cronologicamente anterior à NGB.

AS GRAMÁTICAS RENASCENTISTAS DE FERNÃO DE OLIVEIRA E JOÃO DE BARROS

Fernão de Oliveira (1975) pouco tratou da morfossintaxe, e menos ainda sobre o verbo em sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*, preocupando-se mais com a fonética e a ortografia. As categorias verbais, entre elas a de voz ou gênero verbal, como era chamada, são apenas mencionadas, limitando-se o autor a apresentar as formas – ou vozes, como diz o autor – em que se apresentam, sem defini-las nem classificá-las.

Quando apresenta o presente do indicativo como tempo primitivo

afirma que: Nos gêneros dos verbos não temos mais que uma só voz acabada em o pequeno, como ensino, amo e ando, a qual serve, como digo, em todos os verbos, tirando alguns poucos como são estes: sei (de saber) e vou e dou e estou e mais o verbo substantivo, o qual uns pronunciam em om, como som, e outros em ou, como sou, e outros em ão, como são (...) (OLIVEIRA, 1975: 121)

Observe-se que a descrição, embora superficial, segue o estilo de Donato, ou seja, a categoria de voz é descrita pela forma como os verbos terminam. Em latim clássico, os verbos eram enunciados na primeira pessoa do presente do indicativo, que terminava em *o* na voz ativa e em *or* na passiva. Traçando o paralelo com o português, Oliveira só podia atestar que havia apenas uma forma terminada em *o*, já que a perda das desinências passivas ocorreu ainda no latim vulgar. Atente-se que ele não diz haver um só gênero verbal, uma vez que se refere a *gêneros* no plural, mas uma só forma: “nos gêneros dos verbos não temos mais que uma só voz acabada em *o* pequeno”. Poderíamos inferir daí que o autor admitiria, pelo menos, duas vozes: ativa e passiva, ou ativa e neutra, como o fez seu contemporâneo João de Barros? Ou, com a alusão a uma só forma, queria reportar-se à voz enquanto categoria marcada, e a voz passiva, por exemplo, seria de caráter sintático-semântico?

Ao tratar de conjugação, o autor enumera ordem em que as categorias verbais aparecem: modo, tempo, número e pessoa (1975: 122). O gênero verbal não aparece aí, como aparece no início do capítulo XLVII, em que Oliveira, em dois momentos, apresenta a seguinte ordem: *gêneros, conjugações, modos, tempos, números e pessoas*. Isso nos faz deduzir que a categoria de gênero¹ era considerada como algo que estava num âmbito diferente das outras, pois está apresentada antes das conjugações e não é citada como uma das formas verbais quando o autor trata de conjugação. Parece-nos evidente que o autor considera o modo, tempo, número e pessoa categorias formais. O gênero verbal seria considerado, então, uma categoria sintático-semântica? Diante da ausência de respostas, lamentamos que não tenha chegado até nós a obra que o autor promete nas páginas de sua *Gramática da linguagem portuguesa*.

Menos concisa e mais explícita é a gramática de João de Barros. O autor dedica boa parte de sua Gramática da Língua Portuguesa ao estudo

¹ O termo *gênero* está empregado por *voz*.

do verbo e suas categorias, traçando paralelos entre o latim e o português. Começa por definir o verbo e dividi-lo em substantivo e adjetivo. A seguir enumera oito acidentes verbais: gênero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, número, conjugação, o que nos lembra Dionísio Trácio. Desses oito, interessa-nos a abordagem do gênero verbal, assim definido, por Barros: Gênero em o verbo é ùa natureza especial que têm uns e não têm outros, pela qual conhecemos uns autivos, outros passivos e outros neutros, nos quais gêneros repartem os latinos os seus; e em outros dois a que chamam comuns e depoentes. Nós, destes cinco gêneros, temos sòmente dous: autivos e neutros. (1957: 26).

Note-se que a categoria de gênero verbal é apresentada aqui como um traço especial dos verbos – “ùa natureza especial – . Em outras palavras, parece-nos que a categoria de gênero era considerada uma propriedade semântico-lexical dos verbos, “que têm uns e não têm outros”, definida como a possibilidade ou não de converter-se “ao modo passivo”. Assim, o verbo ativo era definido como “aquele que se pode converter ao modo passivo e pelo qual denotamos fazer algũa obra que passe em outra coisa a qual poemos em o caso acusativo (...)” (1957: 26).

Dessa definição, inferimos que a propriedade verbal designada pelo nome de *gênero* era não só semântico-lexical, mas também sintática, uma vez que é considerado ativo o verbo transitivo direto.

Todavia, ao afirmar que não temos verbos da voz passiva, deduzimos que Barros também considera o gênero verbal uma categoria mórfica: E porque não temos verbos da voz passiva suprimos este defeito per rodeio (como os latinos fazem nos tempos que lhes falece a voz passiva) com este verbo sou e um particípio do tempo passado, dizendo Eu sou amado dos homens e Deus é glorificado de mi. (1957: 26)

O autor afirma ainda que o modo passivo nada mais é do que a inversão do modo ativo, porque o significado seria o mesmo: “porque tanto é em significado *eu amo a verdade*, como *a verdade é amada de mim*.” (1957: 26). Os dois modos *ativo* e *passivo* se diferenciam porque o primeiro “faz em obrar” (1957: 26) e o segundo “padece em receber” (1957: 26).

O verbo neutro é definido por negação como o que não se pode converter ao modo passivo e cuja ação não passa em outra coisa. Seriam os intransitivos e os verbos de ligação. Barros (1957: 27) exemplifica com *estou*, *ando*, *venho*, *vou*, *fico*. A tabela abaixo resume a descrição dos três gêneros apresentada por Barros (1957).

Tabela 1: Gênero verbal dos verbos pessoais, segundo João de Barros

	Verbos ativos	Modo passivo	Verbos neutros
Sentido	“Faz em obrar”	“Padece em receber”	-
Construção	Acusativo	-	-
Predicação	Transitivo direto	Transitivo direto	Intransitivo e de ligação
Conversão	Sim	Sim	não
Forma	Simplex	Perífrase	simplex
Exemplos	<i>Eu amo a verdade</i>	<i>A Verdade é amada por mim</i>	<i>Os homens vão a Paris.</i>

Essa classificação em verbos *ativos* e *neutros* valeria para os verbos pessoais. Os impessoais são apresentados como divididos em dois tipos: impessoais da voz ativa e impessoais da voz passiva. Em português, só haveria impessoais da voz ativa, que são conjugados com dativo e verbo no infinitivo. O autor cita como exemplo, a frase (1) abaixo.

(1) **A mi, a ti, a ele, a nós, a vós e a tôdolos omens releva, compre, contém, falar verdade.**

Os impessoais da voz passiva existiriam em latim e “denotam aução com generalidade de obrar e pròpriamente vêm de tôdolos verbos neutros ausolutos” (1957: 27). O português, para expressar a mesma idéia dos impessoais da voz passiva, valer-se-ia da terceira pessoa do singular dos verbos e o pronome de terceira pessoa *se*, como ocorre no exemplo citado pelo autor: “*No paço se pragueja fortemente*”.

A classificação de Barros da voz nos verbos impessoais pode ser resumida pela tabela (2) abaixo.

Tabela 2: O gênero dos verbos impessoais, segundo Barros (1957)

	Impessoais da voz ativa	Impessoais da voz passiva
Sentido	?	“aução com generalidade de obrar”
Construção	Dativo + infinitivo	3ª p.s. + se

A GRAMÁTICA ILUMINISTA DE SOARES BARBOSA

Soares Barbosa (1875) propunha-se a oferecer princípios lógicos gerais aplicados à língua portuguesa. O autor define voz como: “maneiras, pelas quaes sua [do verbo transitivo] acção póde ser exercitada” (1875: 167). Segundo ele, o verbo transitivo em português te-

ria três vozes: *voz ativa*, em que o sujeito da oração produz uma ação que outro recebe; *voz passiva*, em que o sujeito da oração recebe uma ação que outro produz; e *voz média ou reflexa*, em que o “sujeito que produz a acção a recebe também em si” (1875: 168).

Vê-se daí que o autor assume a categoria de voz como ligada à significação da oração. Adiante, ao tratar da conjugação da voz passiva, afirma: O verbo adjetivo não tem na Língua Portuguesa linguagem simples para a voz passiva, como tem para a activa. Assim não se pôde dizer que tem verbos passivos, como tinham os gregos e romanos, que expressavam esta voz com as mesmas linguagens simples da activa, dando-lhes só diferentes características e terminações (...).

Mas se não tem verbos passivos, nem por isso deixa de ter voz passiva, isto é, uma forma de expressão que o verbo adjetivo toma para indicar que o sujeito da oração não é já o agente, como na voz activa, mas o paciente da acção. (1875: 178)

Assim, estabelece-se a diferença entre a categoria mórfica de voz, isto é, a existência de desinências que expressam essa ou aquela relação sujeito/verbo, e a categoria sintático-semântica, ou seja, a expressão dessa relação pura e simples, sem desinências, mas por outros meios analíticos. O português teria, no dizer do autor, apenas um tipo de verbo: ativo, porque a passiva e a reflexa seriam apenas categorias sintático-semânticas expressas por meio de construções analíticas.

A voz passiva poderia ser expressa de duas maneiras: com o verbo substantivo *ser* e o particípio perfeito passivo – “que contem em si toda a força da significação propria do verbo adjectivo” (1875: 178); e com o *se*: ha outro modo particular mais breve de formar a voz passiva das terceiras pessoas, principalmente quando os sujeitos das linguagens são coisas inanimadas, que é ajuntar o reciproco se ás terceiras pessoas, tanto do singular como do plural do verbo adjectivo, d’este modo: n’este paiz estima-se a virtude, e premêa-se o merecimento.(1875: 179)

O autor admite a passiva com *estar*, que indicaria uma existência persistente e continuada, enquanto o *ser* indicaria uma paixão passageira. Assim, *estar* seria mais adequado à passiva dos verbos intransitivos: “*estou quieto, estou parado, estou morto, estou descançado*” (1875: 179). Seria preferível ainda *estar a ser*, como se quisesse exprimir um *estado passivo*, como em “está escripto na lei e nos prophetas”, para expressar que tal coisa não só foi escrita, mas ainda persiste.

Observe-se que, num primeiro momento, Barbosa fala de vo-

zes do verbo transitivo, como se admitisse que apenas os transitivos pudessem ser divididos quanto à voz, mas logo depois fala de “passiva dos verbos intransitivos” e ainda adiante, ao tratar do particípio perfeito ativo, afirma: “D’aqui veio ficarem ainda no uso presente da nossa Língua muitos particípios passivos com significação activa, posto que intransitiva.” (187: 204). Disso, conclui-se que, embora não tenha explicitado, admitia duas vozes para os verbos intransitivos: ativa e passiva. A ativa dos intransitivos teria em comum com a dos transitivos o sujeito agente, e a passiva indicaria “um estado ou qualidade permanente no sujeito da proposição” (BARBOSA, 1875: 179).

A voz média ou reflexa é descrita por Barbosa (1875: 180) como aquela em que “os agentes da oração reflectem e fazem recair sobre si a mesma acção que produzem, exercitando-a e recebendo-a ao mesmo tempo.”. É construída com os pronomes da mesma pessoa do verbo.

“D’aqui veiu chamarem-se os verbos assim construidos pronominaes, e tambem reflexos ou reciprocos (...)” (1875: 180)

Sem repudiá-la claramente, o autor apresenta a distinção que “alguns grammaticos fazem d’este nomes” (1875: 180). Os pronominais seriam os que nunca se conjugam sem os dois pronomes da mesma pessoa: *abster-se*, *arrepender-se*, *atrever-se* e outros exemplificados por ele. Os recíprocos seriam os que exprimem uma acção recíproca entre duas ou mais pessoas e podem ser construídos com o verbo no singular e a segunda pessoa precedida da preposição *com* ou com o verbo no plural e, para evitar ambigüidade, acrescentando *um ao outro*, *entre si*, *mutuamente*: *comunica-se com João*, *abraçaram-se um ao outro*. Reflexivos são os verbos “verdadeiramente ativos, cujos agentes fazem recair sobre si mesmos, por meio dos pronomes de sua pessoa, a acção que produzem” (1875: 181): *eu entendo-me*, *tu entendes-te*, *ele entende-se*.

Ao comparar a nossa voz média com a dos gregos, Barbosa afirma que, excetuando-se a forma, há uma correspondência de significado e uso. A voz média grega era empregada também em sentido passivo do mesmo modo que a nossa: Os nossos verbos reflexos tem igualmente esta significação passiva nas terceiras pessoas de um e outro número, quando o sujeito é um nome de coisas inanimadas, como: muitas vezes se perde por preguiça o que se ganha por justiça (...) (1875: 182).

Analisemos então a posição do autor. Haveria três vozes: ativa, passiva e média. Quanto à ativa, nenhum problema, já que seria expressa por uma forma simples. A passiva e a média não possuem forma especial. A primeira pode ser expressa tanto pelo particípio como pelo pronome *se*, a segunda pelo pronome *se*. As duas são definidas pelo sentido, a primeira expressa um sujeito paciente, a segunda, um sujeito, ao mesmo tempo, agente e paciente. Ao atribuir “sentido passivo” a um dos usos da voz média, porém, o autor admite tacitamente que a voz média seria definida pela forma – pronome *se* —, podendo ter vários sentidos, entre eles o passivo. Ademais, embora diga que “os latinos não tinham para isso [para indicar que o sujeito era agente e paciente] forma alguma especial, nem também nós.” (BARBOSA, 1875: 180), o autor fala de *verbos reflexos* ao comparar com a média grega. O passivo seria, então, nada mais que o significado de uma construção e não uma voz específica, já que seria expresso pela voz média, que conjugaria em si vários significados que não fossem ativos, como *reflexivo*, *recíproco*, *passivo*. Mas observe-se ainda que, na divisão da voz média, cada grupo é definido por critérios diferentes. Os pronominais são os únicos que são definidos apenas formalmente como aqueles conjugados sempre com o pronome. Os recíprocos são definidos semântica (*ação* recíproca) e formalmente (*se* ou *com*). Já os reflexivos são definidos morfo-semanticamente (*pronomes de sua pessoa*). De qualquer modo, essa divisão, como dissemos, não é plenamente assumida pelo autor que a atribui a outros autores, preferindo, para denominar essa voz, o termo *média*, pela semelhança com a voz média grega.

Interpretando o pensamento de Barbosa, podemos concluir que, na realidade, o autor admite uma classificação binária dos verbos quanto à voz: *ativos* e *médios*. Os primeiros caracterizar-se-iam pela conjugação simples e a expressão de atividade do sujeito; os segundos caracterizar-se-iam pelo pronome correferente à pessoa do sujeito e a expressão de sentidos diversos: *reflexividade*, *reciprocidade* ou *passividade*. A voz passiva existiria apenas como categoria sintático-semântica, expressa ou pelos verbos médios, ou por uma construção do verbo *ser* com o particípio passivo. Deve-se advertir que, nessa última construção de sentido passivo, o verbo *ser* não é considerado pelo autor verbo auxiliar.

Alguns de nossos grammaticos fazem tambem do nosso verbo ser um

auxiliar, ela razão de que, junto com os particípios passivos, serve e ajuda a conjugar a voz passiva dos verbos adjectivos de nossa Língua, que para ella não tem fórma propria e simples, como tem a grega e a latina. Porém o verbo *ser* n'este uso não tem outra significação e emprego senão o seu proprio, que é o de exprimir a existencia de uma coisa em outra. N'estas duas orações, eu sou amado, e eu amo ou sou amante, o verbo *sou* affirma do mesmo modo na primeira a coexistencia em mim do amor que outro me tem, que na segunda a do amor que eu tenho a outrem. Isto é claro. Não é, pois, auxiliar, mas um verbo substantivo, simples, e o unico e principal (...) (1875: 135-6)

Desse modo, na construção passiva com *ser* e particípio do verbo adjectivo, este último nada mais é que atributo. Da mesma forma que haveria, além da voz ativa sintética (expressa pelas formas simples dos verbos, como *amo*, *tenho amado*, *amei*), uma voz ativa analítica, expressa pelo verbo *ser* e o que Barbosa chama *adjectivo verbal activo* (ou particípio presente), como em *ser amante*, *tendo sido amante*, *ter sido amante*, (1875: 165), haveria uma voz passiva analítica, formada pelo verbo *ser* e o *adjectivo verbal passivo*. O que, então, atribuiria carácter ativo ou passivo à construção seria o valor do adjectivo verbal. A construção em si nada teria de ativa ou passiva.

AS GRAMÁTICAS DO PERÍODO HISTORICISTA

Silva Jr. (1894) reconhece apenas duas vozes do verbo português, ativa ("representa o sujeito") e passiva ("representa o objeto do verbo"). Em vários outros pontos, porém, ao tecer comentários quer sobre os pronomes, quer sobre a conjugação ou sintaxe dos verbos, o autor fala de verbos reflexivos e verbos neutros: Os nossos classicos, porém, entendiam o emprego desta forma aos verbos neutros: – a avesinha se cahiu; ella se morreu (B. Rib.), cahir-se, emagrecer-se, acontecer-se, partir-se (d'alli nos partíramos, Cam.). Hoje só temos esta liberdade quando o verbo neutro exprime espontaneidade da acção: – vive-se, come-se, bebe-se, dorme-se... (1894: 450)

E ainda: O portuguez, como as outras linguas congeneres, adoptou esta construção latina [verbo na ativa acompanhado de pronome reflexivo de 3ª pessoa] e assim crearam-se os nossos verbos reflexos pronominaes: mover-se, arrepender-se. (1894: 450)

Júlio Ribeiro (1899) igualmente não faz uma descrição detalhada de voz. Esta é apresentada como uma construção dos verbos transitivos. Estariam na voz ativa quando "a acção transitiva que representam é exercida pelo sujeito da oração" (1899: 68) e na voz passiva, quando "tal acção é exercida sobre esse sujeito" (1899: 68). Mas Ribeiro adverte que o português não tem forma especial de passiva: "suppre-se esta falta

com tempos do verbo ser e participios aoristos” (1899: 268). Também o autor não distingue uma terceira voz, a reflexiva. Ao tratar de verbo pronominal (verbo que “por uso da lingua se emprega sempre com um pronome objectivo, que representa o sujeito” (1899: 69)), diz que a distinção da ação do verbo em recíproca e reflexiva está mais no domínio da lógica do que no da gramática, opinião que surpreende e antecipa a necessidade questões lingüísticas no domínio da lingüística, isto num período em que a ciência da linguagem não se havia firmado ainda solidamente. Para corroborar o que diz, cita Garret: O verdadeiro systema de grammatica devêra ser o de simplificar, mas parece que acientemente não tratam sinão de augmentar entidades e fazer difficultoso o que é simples e facil, multiplicando termos e categorias de divisões e subdivisões em cousas que as não precisam. Que quer dizer, por exemplo, verbo reciproco? É um verbo activo, nem mais, nem menos, com um pronome no objectivo, assim como podia ter um nome. (*apud* RIBEIRO, 1899: 69)

Desse modo, reduzem-se as vozes a uma só: ativa – a única que teria forma especial. De qualquer modo, não fica clara a posição do autor quanto à definição da categoria de voz. O termo ativo, por exemplo, é usado tanto para classificar um tipo de verbo, como um tipo de voz; o termo passivo, apenas como um tipo de voz. Isso nos faria pensar numa categoria de voz como uma classificação da conjugação (tipos de voz) como fez claramente Adolfo Coelho (1891), distinta da classificação dos verbos, que dependeria da forma. Já o termo reflexo é usado apenas para voz, em duas afirmações contraditórias: ao negar a existência de uma voz reflexiva e ao observar o sentido passivo de determinadas construções: Ha ainda a notar que a voz reflexa em romanico é tambem empregada como equivalente da passiva nas primeiras e segundas pessoas. (1899: 336).

Se o autor demonstrou coerência ao usar o termo *voz* ao referir-se a construções específicas, não foi claro ao usar o termo *voz reflexa* para uma construção que, segundo ele, tem sentido passivo. Por outro lado, se não há voz reflexa, por que falaria de uma voz reflexa com sentido passivo?

A construção com *se* é considerada por Ribeiro uma das maneiras de formar a passiva, quando o agente for indeterminado. Nesse caso, o sujeito deveria ser sempre incapaz de exercer a ação, para evitar ambigüidade.

Indica-se tambem [a outra forma é através de homem ou gente] nas linguas romanicas a indeterminação do agente de um verbo, unindo-se a esse o pronome reflexivo *se*, considerado como mera particula apassivadora. (1899: 332)

Com essas construções, haveria duas situações: a expressão

impessoal, com verbos transitivos e intransitivos: *diz-se, crê-se, vai-se, vem-se, vive-se*, e a expressão pessoal, com verbos transitivos: *dá-se um baile, plantam-se arvores*.

O interessante, nesse estudo, é a explicação que Ribeiro dá para a passiva. Adianta-se aos funcionalistas e apresenta as funções discursivas da passiva, tanto em latim como nas línguas românicas.

A voz passiva em latim classico tem por principaes objectos: 1) trazer a lume o nome que teria servido de paciente, si a oração fosse construída em voz activa, nome esse que figura como sujeito.

2) Indicar uma acção sem designação precisa do agente que a leva a effeito.

(...)

Fica, pois, demonstrado que as fórmulas românicas construídas com *se*, bem como as fórmulas latinas passivas, servem para exprimir a acção sem trazer a lume o agente. (1899: 334)

A função (1) pode ser traduzida em termos modernos como “topicalizar o paciente” e a função (2) nada mais é que a função básica das formas de-transitivas, segundo Givón (1995), que é a de “demonção do agente”.

Se Ribeiro (1899) falhou ao oferecer uma descrição de voz precisa, inovou ao apresentar as funções discursivas da voz passiva, que, embora restritas ainda apenas à construção com *se*, guardam muita semelhança com estudos posteriores sobre tal categoria.

Outro gramático do período, João Ribeiro (1908) define voz à maneira tradicional, classificando-as em *passiva, ativa e reflexa*. O *se* recebe uma seção especial na parte dedicada à sintaxe. Construiria a chamada *voz média passiva* com verbos da terceira pessoa, quando não houvesse sujeitos que pudessem ser representados por pessoas capazes de ação: *fizeram-se casas, preparou-se a terra*. Quando usado nesse último caso, a construção ficaria ambígua, vez que poderia indicar espontaneidade da ação, como em (2)

(2) Na peleja, muitos soldados já se estendem mortos por terra. (1908: 219)

Ribeiro reconhece a dificuldade de análise do *se*: Não é pequena a dificuldade de análise da passiva com *se*. É demasiada sutileza dizer que na phrase ‘Louva-se a Deus’ a palavra Deus não é complemento objectivo, e afirmar que a Deus é sujeito (com preposição!). (1908: 220)

E observa: Além disso, ‘Louva-se a Deus’ não significa que ‘Deus é louvado’, e apenas que ‘Deus é para ser louvado, é digno de louvor,’ da mesma forma ‘Vende-se casas’, não significa ‘casas são vendidas’, mas ‘casas são para vender ou vendáveis’

Do mesmo modo analisem-se fórmulas como ‘Aqui bebe-se vinho pouco.’, ‘Em Roma vive-se com pouco, ‘A que horas se come?’ (1908: 220)

Apesar da reconhecida dificuldade, o autor prefere considerar, nesses casos, o *se* um sujeito equivalente a *on* dos franceses ou *homem* da linguagem clássica. Para reforçar seu ponto de vista, o autor transcreve um trecho de um estudo de Alves de Amorim que considera a construção portuguesa com *se*, não um galicismo, mas um italianismo, semelhante à construção italiana *si va*. A construção portuguesa que mais se aproxima da francesa com *on*, como *on va* seria *a gente vai*. Em todo o caso, o *se* é analisado como sujeito, o que vai ao encontro de análises modernas, como as de Monteiro (1994) e de Ladeira (1986).

Todavia, o *se* não se limita à expressão da “médio-passiva”, o autor enumera outros empregos do *se*, todos passíveis de serem reduzidos a um só: exprimir espontaneidade da ação. Seria essa “espontaneidade da ação” que explicaria o emprego do *se* em frases como “Elle se partiu, elle se foi embora, alegremente se partia”. Da mesma forma, explicaria o uso do *se* junto ao verbo, indicando que “toda a existência expressa pelo verbo *vae* e volta ao sujeito ou *nelle se* cifra e limita”(1908: 221), como no exemplo citado pelo autor (1908: 221): “Quando *se é* mulher”. O autor explica ainda como resultado da expressão da espontaneidade casos como “a água *evapora-se*”: O uso do *se* exprimindo a colaboração e espontaneidade do agente, serve para designar fenômenos naturais; a água *evapora-se*, – o que difere de – a água é evaporada (podendo *sel-o*, nesse caso, artificial e propositadamente por outro agente). (1908: 221).

Também aqui, como observamos em Júlio Ribeiro, vislumbramos uma descrição que se aproxima da que Givón (1995) faz para distinguir, em inglês, três construções de-transitivas: a adjetiva-lexical, a passiva perfeita e passiva com *be*. A diferença básica proposta por Givón diz respeito, além da noção aspectual, exatamente à concepção ou não de um agente (mesmo que passível de supressão). Assim, a diferença proposta por João Ribeiro entre a passiva com participípio e a construção com *se*, junto de verbos que expressam fenômenos naturais, resume-se no fato de a primeira admitir a concepção de um agente, mesmo que este não esteja expresso, e de a segunda expressar o fato dando-se espontaneamente. Restar-nos-ia saber o que exatamente o autor denomina de “fenômenos naturais”. O que

ele chama de “fenômenos naturais” não seriam apenas aqueles produzidos espontaneamente pela natureza, como a evaporação da água, mas toda modificação para que um agente humano não contribuiu. Nesse último caso, as frases (3) e (4) também expressariam “fenômenos naturais”.

(3) “o feijão queimou”

(4) “o navio afundou”

Fica dado, assim, com João Ribeiro (1908) mais um passo na direção de uma melhor percepção da categoria de voz. Se com Júlio Ribeiro tivemos o início de um tratamento “funcional” da categoria de voz, em João Ribeiro temos um princípio da discussão em torno dos traços que caracterizariam a voz média e a diferenciariam da voz passiva.

Já Maximino Maciel (1914) não fala de voz ao definir verbo. Essa categoria só aparece na parte em que trata de sintaxe, quando então define voz e suas subcategorias, o que nos permite pressupor que concebia tal categoria como sintático-semântica. Voz, segundo o autor, é a modalidade sob que se exprime a ação de um verbo objetivo, ou seja, de um verbo transitivo. Apresentar-se-ia sob duas formas: ativa e passiva.

Haveria três formas de expressão da passividade: a passiva com participípio, a passiva com *se* e a passiva do infinitivo, que o autor chama de *passividade semiótica ou latente*, porque “se exprime apenas pelo sentido, pois o verbo exteriormente não possui sinal de passividade” (MACIEL, 1914: 366).

Quanto à passiva participial, o autor admite para formá-la, além do verbo *ser*, os verbos *estar*, *ficar*, *andar*, *ir* e *vir*. Já a passiva com *se* ocorreria sob três condições: (a) o sujeito é nome de coisa ou ser abstracto; (b) o sujeito, embora representado por pessoa, não exerce a ação do verbo. (c) o sujeito é constituído por proposição ou expressão equivalente.

A passiva semiótica (*sic*) dar-se-ia apenas com infinitivos, que se adaptam a qualquer função por não serem ativos nem passivos. Ocorreria com os verbos *deixar*, *fazer*, *ouvir e ver*; com os verbos *ser*, *estar*, *levar*, *trazer* e depois de determinados adjetivos descritivos.

Maciel não fala de uma voz reflexiva, apenas se refere a *verbo reflexivo* quando fala da pronominalidade do verbo. Define verbo *pronominado* como aquele a que se acham anexados dois pronomes pessoais da mesma pessoa. Haveria cinco tipos de verbos pronominados: *pronominado reflexivo*, *pronominado passivo*, *pronominado indefinito*, *pronominado recíproco*, *pronominado emphatico*.

Essa divisão em classes de verbos pronominados segue critérios distintos, o que resulta numa classificação arbitrária e confusa. O pronominado reflexivo é definido formal e sintaticamente como o verbo que tem dois pronomes da mesma pessoa, um sujeito e outro objeto: *eu me julgo* (MACIEL, 1914: 132).

Também o pronominado indefinito e o emphatico são definidos formal e sintaticamente. O primeiro é definido como aquele que é “formado de um verbo qualquer regido da particula *se* exprimindo o sujeito indeterminado, ex.: bebe-se” (1914: 133). Já o segundo como “verbo de predicação completa regido da fôrma pronominal, não exprimindo funcção apreciavel, ex.: foi-se o homem.” (1914: 133).

Já o pronominado passivo e o pronominado recíproco são definidos formal e semanticamente, conforme a “modalidade da ação”, o que poderia levar a uma voz recíproca. O pronominado passivo é definido como o verbo “nas terceiras pessoas modificado do pronome *se*, exprimindo acção soffrida pelo sujeito, ex.: o barco virou-se, a casa queimou-se, os livros se vendem.” (1914: 133). O pronominado recíproco seria aquele “regido da fôrma pronominal, exprimindo reciprocidade de acção, ex.: elles se estimam, elle se corresponde com ella por meio de cartas”(1914: 133).

Figura-se-nos incoerente definir voz como as “modalidades da ação” e, admitindo que a ação pode se dar de forma recíproca, não falar de uma voz recíproca. Além disso, a divisão dos verbos pronominados deveria seguir apenas um critério. A caracterização do pronominado reflexivo não é suficiente para distingui-lo dos outros tipos. O fato de haver dois pronomes da mesma pessoa não é exclusivo do pronominado reflexivo. Ocorre com o enfático, em todas as pessoas, e também com o recíproco e o passivo, embora apenas nas terceiras pessoas. O outro traço, que é um dos pronomes ser sujeito e outro objeto, ocorre também com o recíproco. Desse modo, o que levaria a distinguir um verbo reflexivo do passivo e recíproco seria a

negação. O reflexivo seria caracterizado não só pelos dois traços apontados pelo autor, mas também por não exprimir ação sofrida pelo sujeito, nem reciprocidade da ação. A tabela (3) resume essas colocações.

Tabela 3: Tipos de verbos pronominais, segundo Maciel (1914)

	reflexivo	passivo	indefinito	Recíproco	enfático
forma	“Dois pronomes da mesma pessoa”	Verbo 3ª p. + se	se	Se	Verbo predic. Completa + se
Função	Sujeito/objeto		Sujeito indeterminado		Sem função
Sentido		Ação sofrida pelo sujeito		Reciprocidade da ação	

O último autor de que trataremos aqui – Bueno (1963) – faz uma descrição de voz que se aproxima mais da que fazem autores pós-NGB. Voz, por exemplo, é definida como “os diversos modos em que se relacionam o sujeito e o predicado quanto à atribuição da atividade do verbo” (1963: 375), definição semelhante a que fazem os autores modernos. Esses modos seriam três: ativa, passiva e reflexa.

Observe-se que já temos aqui a voz como a expressão de uma relação entre sujeito e predicado, conceito que reaparece em Macambira (1986) e que nos leva a considerar voz não uma categoria restrita ao verbo, mas pertencente à oração inteira. Essa interpretação é reforçada com o título dado à seção: “Concordância das vozes verbais”, que, ao mesmo tempo, enfatiza a relação sujeito/predicado e lembra a posição de Andersen (1996) quanto à diátese grega: Isso indica que a verdadeira categoria gramatical é a concordância verbal, cuja função é indicar no verbo as várias propriedades do sintagma nominal (i.e. do sujeito no grego clássico) a que se refere. (ANDERSEN, 1996: 4/2)².

Bueno considera ainda uma quarta possibilidade de relação entre sujeito e predicado, que é a inexistência quer de ação ou de recepção. Nesse caso, haveria apenas uma qualidade ou estado e a frase não teria nenhuma das três vozes, seria do tipo neutro, como em “Pedro é rico”. Além dos verbos ser, estar, são incluídos nesse caso os verbos intransitivos: Assim: Pedro dorme – Pedro vive – João morreu. Não podemos dizer que os sujeitos de tais frases tenham executado ou estejam execu-

² "This in turn indicates that the actual grammatical category at issue here is verbal 'agreement', the function of which is to indicate on the verb various properties of the noun phrase (i.e. the 'subject' in Classical Greek) to which it refers." (ANDERSEN, 1996: 4/2)

tando ação alguma, nem tampouco que a estejam recebendo: são fenômenos que se passam no próprio sujeito. Constituem, pois, casos neutros. (1963: 375).

A CONTRIBUIÇÃO DE SAID ALI

Said Ali (1963: 95) não define o que é *voz*, mas classifica as vozes do verbo português em três: *ativa*, cuja forma seria a “usual simples”; *passiva*, formada pelo particípio do pretérito com o auxiliar *ser*; e *média*. A média assumiria cinco significações diferentes: (1) ação rigorosamente reflexa, que o sujeito pratica sobre si mesmo; (2) estado ou condição; (3) ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa, sem haver a idéia de direção reflexa; (4) ato em que o sujeito aparece vivamente afetado; (5) ação recíproca.

Já em Said Ali (1964), o autor oferece mais detalhes sobre a voz média, sem, contudo, ainda definir o que seja voz. Mantém a classificação das vozes do verbo em ativa, passiva e média: Embora o autor se exima de definir voz, esta categoria parece ser considerada mórfica, ou antes, morfossemântica, que não encontra nos intransitivos uma concordância forma/sentido como encontra nos transitivos.

Esta classificação facilita o estudo das formas, mas nem por isso se harmoniza sempre com a significação do verbo. Andar, fugir, ir, voar e outros intransitivos representam atividade em que o sujeito é, como nos transitivos ativos, verdadeiro agente; porém em padecer, adoecer, morrer, envelhecer, durar, não se revela nenhuma atividade da parte do sujeito. São atos que nele se consomem, estados pelos quais passa (...). A condição do sujeito aqui é a de paciente. Estoutros intransitivos, ainda que tenham forma ativa, aproximam-se, pois, quanto à significação, antes dos transitivos passivos que dos transitivos ativos. (1964: 177).

A voz média é a que merece mais comentários do filólogo. É apresentada como uma forma verbal intermediária entre ativa e passiva, conjugada com pronome reflexivo que abrange várias funções. Serve para expressar reflexividade, reciprocidade e outras noções. Uma dessas funções é indicar, por exemplo, que a ação não emana do sujeito, mas que ele foi afetado: “Pedro feriu-se nos espinhos”. Verbos que indicam sentimento, conjugados com o pronome – *zanguei-me*, *aborreci-me*, *enganei-me* – indicam que “o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nele por uma causa qualquer exterior” (1964: 178).

Os verbos pronominais podem também ter significação ativa, quando “o sentimento manifesta-se exteriormente por alguma atividade” (1964: 178). Nesse caso, o pronome reflexivo denotaria a pessoa vivamente afetada: *gloriar-se*, *atrever-se lamentar-se*, *queixar-se*. O inverso não é, contudo, verdadeiro, ou seja, nem sempre um sentimento manifesto exteriormente é expresso por forma medial. Pode-se tanto usar *atrever-se*, verbo pronominal, como seu sinônimo *ousar*, verbo ativo.

Outra função da forma reflexa é indicar “atos materiais, em geral movimentos, que o sujeito executa em sua própria pessoa iguais ao que executa em cousas ou em outras pessoas”(1964: 178): *levantar-se*, *sentar-se*, *deitar-se atirar-se*, *arremessar-se*, *ajoelhar-se*, *abaixar-se* e outros. Essa mesma construção empregada com nomes de coisas indica que “a ação se executa por si mesma no objeto de que se fala.” (1964: 179). Nesses casos, a voz medial denota atos espontâneos, sem agente ou causa aparente.

O uso do *se*, em frases como *vendem-se casas*, *alugam-se quartos*, considerado por muitos como casos de voz passiva, é explicado por Said Ali como uma extensão do processo de denotar atos espontâneos: A linguagem, aproveitando-se dessa facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como *se* espontâneos fôssem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar. (1964: 179)

A diferença entre o uso para denotar atos espontâneos e o uso para denotar agente indeterminado poderia ser a posição do nome: Mas aqui, sendo latente a noção de agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa* e *a roupa estraga-se*. (1964: 179)

Um estudo mais detalhado sobre o *se* nesta função em Said Ali (1966). Nele, o autor defende a análise dessas construções como frases com agente indeterminado. Após algumas reflexões sobre o uso do *se* no indo-europeu, tece observações sobre a perda da consciência do valor do *se* que teriam oposto frases do tipo *foram-se para o céu* e *eles foram para o céu*.

Said Ali nega o caráter passivo a verbos construídos com *se*. Para demonstrá-lo, o autor sugere uma situação de uso das duas formas, a reflexiva e a passiva, e a apresenta de forma tão clara, que nos limitamos a transcrevê-la aqui: Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases [*aluga-se esta casa*], na frente de outro ponha-se o

escrito contendo os dizeres esta casa é alugada. Os pretendentes sem dúvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada. O anúncio desta parecerá supérfluo, interessando apenas aos supostos moradores, que talvez queiram significar não serem eles os proprietários. Se o dono do prédio completar, no sentido hipergramatical, a sua tabuleta dêste modo: esta casa é alugada por alguém, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escrito expõe ao público. (1966: 98)

A diferença entre as duas formas é, portanto, não só formal, mas também semântica. O *se*, para Said Ali, é, na verdade, um elemento formativo da voz medial analítica que assume diversas funções tal como assumia a média sintética das línguas clássicas. Uma dessas funções é denotar agente desconhecido, ou por realmente ser desconhecido do falante ou por o falante simplesmente não querer mencioná-lo. Isso estaria claro em frases como “*compra-se o palácio e morre-se de fome*”, onde o pronome *se* “sugere, na consciência de todo o mundo, a idéia de alguém que compra, de alguém que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear” (1966: 92).

O papel do nome que segue o verbo não é, então, de sujeito passivo, mas de complemento do verbo. Para isso, concorre o fato de o nome poder vir precedido de preposição, como na conhecida passagem de Castilho (*apud* Said Ali, 1966: 93):

Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se.

Além disso, o paralelismo dessas construções com outras com verbo intransitivo reforça a hipótese do agente indeterminado: Imaginemos a seguinte parataxe: nesta terra grita-se e trabalha-se; faz-se tudo e em tudo se desfaz; vive-se enfim miseravelmente e na miséria se morre. Tão perfeito é o paralelismo das formas verbais tendo o reflexivo *se*, como é o paralelismo da noção de atividade expressa por essas mesmas formas. O sistema da análise há-de portanto ser um só; não podemos admitir dois pesos e duas medidas.(1966: 100)

Said Ali conclui sua argumentação, afirmando que as “*formas não-ativas* (passiva em latim, reflexiva em português) têm *significação ativa* nos verbos sem sujeito.” (1966: 100). Afirmamos antes que a categoria de voz parecia assumir um caráter morfossemântico para Said Ali, que admitia a falta de iconicidade forma/sentido com verbos intransitivos. Diante dessa afirmação, temos de considerar que essa ausência de relação icônica forma/sentido ocorreria também em outros casos.

Observando os termos empregados pelo autor – voz passiva, forma reflexiva, voz ativa, significação ativa, voz medial – deduzimos o seguinte: (1) voz ativa, voz passiva correspondem a um conjugado de forma e sentido, embora nem sempre haja iconicidade; (2) os verbos têm forma ativa, forma passiva e forma reflexiva; (3) a voz medial seria uma forma que conjugaria diversos sentidos. A tabela (4) abaixo resume os pontos principais da teoria de Said Ali.

Tabela 4: Caracterização morfossemântica das vozes em Said Ali

	Voz ativa	Voz passiva	Voz medial
Forma	Conjugação simples	Ser + particípio	Conjugação com <i>se</i>
Sentido	Sujeito agente “Ponto donde parte a ação” atividade	Sujeito paciente “ponto para o qual a ação se dirige” passividade	Sujeito afetado, Agente inexistente ou indeterminado. Reflexividade Reciprocidade Atividade e outros

Sem dúvida, Said Ali muito contribuiu para a descrição da voz em português. Distinguindo no verbo o que era forma do que era sentido, e mais, não se deixando guiar cegamente por este último, Said Ali demonstrou mais bom senso que muitos de nossos contemporâneos, que usam ora de um critério, ora doutro. O estudo que fez do *se*, com argumentos bem construídos, a descrição dos diversos valores da forma medial, justificam o lugar de destaque que ocupa entre os autores brasileiros.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, conclui-se que: (a) a conceituação de voz, bem como sua tipologia constitui um problema em aberto a ser investigado; (b) cada subtipo de voz tende a constituir um ente heterogêneo em meio a seus pares, já que há conflito de critérios; (c) a voz, num e noutro momento, ora tem tratamento mórfico, ora semântico, ora sintático-semântico e até mesmo pragmático, sem solução de continuidade.

Todavia, pontos positivos salientam-se, entre os quais: (a) a tentativa de diferenciar a média da passiva, com base em critérios formais, semânticos e mesmo pragmáticos; (b) em alguns autores,

como Fernão de Oliveira, existe a adoção de um critério unívoco, baseado na paridade forma/sentido, através do qual se admite apenas a voz ativa; (c) tentativa de alguns autores de caracterizar as construções passivas como de natureza sintática e não morfológica; (d) distinção entre voz da oração e voz do verbo, que evoca Halliday (1976); (e) questionamento sobre a passiva, no que tange à sua caracterização léxica ou gramatical; (f) questionamento sobre a função do *se*: índice de indeterminação, índice de apassivação ou mesmo sujeito?

Nosso artigo terá atingido o seu objetivo se tiver mostrado aspectos positivos de uma tradição tão desprezada, mesmo porque a maior parte dos críticos só se detém nos gramáticos pós-NGB ou, deslumbrados com a lingüística moderna, já vão aos textos antigos cheio de vivências preconceituosas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSEN, Paul Kent. *Dionysios Thrax's concept of diáthesis*. Disponível em www.liu.se/isk/asv/pka/diates/diates1.html. 1996.
- BARBOSA, Jeronymo Soares *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6ª ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1875.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Org. de José Pedro Machado. Lisboa: [s/ed.], 1957.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- COELHO, Adolfo. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & C.A. Editores, 1891.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, M.A.K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John. (org.) *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- LADEIRA, José Dionísio. (1986) SE índice de indeterminação do sujeito ou SE sujeito? *Revista de Letras*. Fortaleza, 11(2): 4553.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Estrutura do vernáculo*. Fortaleza: Secretaria de Educação e Desportos, 1986.

MACIEL, Maximino *Grammatica descriptiva*. São Paulo: Francisco Alves, 1914.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura e notas de Leonor Carvalho Buesco. Lisboa: Casa da Moeda, 1975.

RIBEIRO, João. *Grammatica da lingua portugueza*. São Paulo: Francisco Alves, 1908.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Miguel Melillo Editor, 1899.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, [s/d].

———. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

———. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966.

SILVA JR., Pacheco. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves.

A FILOLOGIA E SEU OBJETO DIFERENTES PERSPECTIVAS DE ESTUDO

Rosa Borges Santos Carvalho (UFBA e UNEB)

RESUMO

Almeja-se, neste trabalho, mostrar o desdobramento da Filologia em outras disciplinas com objetos e métodos específicos, ao tempo em que se determina ser o texto editado o suporte para estudos de diversos especialistas. A Filologia enquanto Crítica Textual se ocupa do texto na sua existência material e histórica e na sua função de testemunho documental e literário. O texto que se pretende reconstituir e conservar, conforme as características que apresenta, define o comportamento do editor que desenvolve teorias e metodologias apropriadas ao objeto em questão, de acordo com a Crítica Textual Tradicional, a Crítica Textual Moderna e a Crítica Textual Genética. Adverte-se para o fato de que esse texto crítico, disponibilizado pelo filólogo, poderá ser matéria de investigação, segura e fidedigna, de diferentes disciplinas científicas, pois é ele portador de elementos históricos, sociais, estilísticos, literários, lingüísticos que podem intervir na sua composição. A Filologia enquanto Lingüística Histórica estuda a mudança lingüística.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia – Lingüística histórica – Crítica Textual

Como já afirmara Erich Auerbach (1972: 11),

A Filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. Como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades assaz diversas,

tais como: a *Edição Crítica de Textos*³, que busca reconstituir o texto representativo do ânimo autoral, a *Lingüística*, que trata das línguas em geral e de sua comparação ou de um grupo de línguas aparentadas, ou de uma língua específica, os *Estudos Literários* que se ocupavam da Bibliografia, da Biografia, da Crítica Estética e da História da Literatura, e o *Comentário ou Explicação de Textos*, que podia servir aos mais diversos propósitos, segundo os textos selecionados e às diferentes observações que neles se pudessem fazer. Dentre estas atividades filológicas, a que melhor lhe guarda a memória é a pri-

³ Referimo-nos aqui a mais antiga das atividades filológicas, a Edição Crítica de Textos, que teve, inicialmente, o nome de *Crítica Verbal* (HAVET, 1911), depois *Ecdótica* (QUENTIN, 1926) e *Textkritik* (MAAS, 1927), *Crítica Textual* (fr. *Critique Textuelle*, ingl. *Textual Criticism*), forma mais generalizada entre os filólogos modernos.

meira, a Edição Crítica de Textos, considerada pelos eruditos como a mais nobre e a mais autêntica das formas de fazer Filologia.

A Filologia, portanto, englobava todas as áreas do conhecimento relacionadas com o "amor pela palavra", e, com o passar do tempo, desmembrou-se em disciplinas com objetos e métodos autônomos. Assim, desde fins do século XIX, Lingüística e Literatura se separaram. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, observamos uma convergência entre língua e literatura que tem oferecido resultados frutíferos, sem esquecer de mencionar a contribuição das outras áreas como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, entre outras, renovando os pilares mais profundos desta prática filológica. Desse modo, chegamos aos nossos dias, com três subdisciplinas, aparentemente separadas, mas que, na verdade, dialogam entre si, conforme os interesses dos pesquisadores: Lingüística, Literatura e "Filologia". Logo, o que poderíamos chamar de focos de interesse contemporâneos são fruto tanto de uma trajetória interna das próprias disciplinas e de disciplinas contíguas como da evolução cultural ocidental.

Modernamente, a Filologia se divide em dois ramos: 1. da *Lingüística* – que faz o estudo científico das línguas do ponto de vista sincrônico (em uma dada época, em seu estado atual) – Lingüística Descritiva – e/ou diacrônico (através dos tempos) – Lingüística Histórica. Mais especificamente, o que melhor delimita este campo é o estudo comparativo e histórico das línguas; 2. da *Filologia Textual / Crítica Textual* – que se ocupa do processo de transmissão dos textos, com a finalidade de restituir e fixar sua forma genuína. Embora historicamente a Crítica Textual tenha privilegiado o estudo dos textos literários, atualmente considera tanto os textos literários como os não-literários.

Vimos então que essa Filologia não difere, em sua essência, daquela que se fazia anteriormente, ou seja, enquanto disciplina do saber, continua estudando a língua e a literatura. No plano lingüístico, considera os vários aspectos da história das línguas, sua evolução, as influências que receberam, a fragmentação dialetal, todos os fenômenos relacionados com a fonologia, morfologia, sintaxe e o léxico. No que tange à literatura, trata dos autores e obras literárias; revisa a história da literatura através dos movimentos culturais e estéticos, tendências e estilos mais relevantes; analisa temas, gêneros e

formas literárias comuns a diversas línguas e culturas; discute como as diferentes correntes de pensamento têm influenciado na estética, na arte e na comunicação ao longo do tempo. Enfim, as "Filologias" trabalham sobre as línguas, sobre os textos e sobre as culturas, a partir de motivações diferentes. Cabe, portanto, ao filólogo posicionar-se criticamente em relação aos objetos lingüísticos, estético-literários e culturais.

Nesse momento, nossa abordagem amplia-se pelo terreno da Filologia Textual / Crítica Textual que se caracteriza por sustentar uma investigação de natureza interdisciplinar, ou seja, tanto a Filologia, enquanto crítica de textos, fornece matéria-prima – textos fidedignos, portadores de conteúdos historiográficos, literários, doutrinários, lingüísticos – para diversos especialistas, lingüistas, literatos, historiadores, por exemplo, quanto outras disciplinas oferecem subsídios para o trabalho do filólogo. Teremos então de reconhecer à Crítica Textual um estatuto determinante, na medida em que condiciona os objetos de outras disciplinas e influi, conseqüentemente, na qualidade e no alcance dos respectivos produtos, nas edições que apresenta. Por mais rígidos que sejam os pesquisadores, se não forem precavidos quanto aos cuidados críticos relacionados à *constitutio textus*, se não tiverem por base um texto crítico, poderão ter questionadas as suas conclusões.

A Crítica Textual tem por objeto de estudo o texto, tanto na sua existência material e histórica como na função de testemunho documental e literário. Sua tarefa consiste em resgatar os fios de transmissão dos textos, fazendo-se a inventariação e estudo dos afastamentos da tradição face ao original, se ausente, através da crítica da tradição, se presente, busca-se a lição mais próxima daquela que teve em sua origem, valorizando os materiais autênticos ou os seus vestígios, e os conhecimentos de que dispõe o filólogo no momento histórico em que trabalha. Devemos ficar atentos, porém, para a época em que esses textos foram produzidos, se antes ou depois do advento da imprensa, pois antes, dispúnhamos de cópias de cópias, e qualquer intento de restaurar o texto seria resultante de um processo difícil e complexo, através do método conjectural; depois, os textos interessam como realidades dinâmicas nas quais se mesclam, de muitas formas, diversas perspectivas de estudo, daí procurarmos estudar os materiais e as técnicas de escrita, as condições históricas e sociais

que interferem em sua produção.

Feitas estas observações, e levando-se em conta que o texto que se pretende reconstituir e conservar define, conforme as características que apresenta, o comportamento do editor que desenvolve teorias e metodologias apropriadas ao objeto em questão, apresentamos três modalidades da Crítica Textual:

- (1) a *Crítica Textual Tradicional*⁴: aplicada a textos com original ausente, propõe-se à restituição de um texto que se aproxime o mais possível do original (MAAS, 1927: 1), eliminando os erros introduzidos na tradição (totalidade dos testemunhos, manuscritos ou impressos, conservados ou desaparecidos, em que um texto se materializou ao longo da sua transmissão (APL, 1990, *apud* DUARTE, 1997: 88)), preparando-o para a publicação (*constitutio textus*).
- (2) a *Crítica Textual Moderna*: aplicada a textos com original disponível, com o objetivo de editá-lo, estabelecendo um texto que represente aproximadamente as intenções originais (ou finais) do autor (McGANN, 1983: 15 *apud* DUARTE, 1997: 88). Considera que as relações entre o poeta, a obra e seu público (leitor) têm definido princípios críticos adequados à publicação das obras modernas. Esta nova postura que vem sendo adotada, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, apresenta elementos que identificam a antiga Filologia com a emergente Crítica Genética, que agora vem sendo amalgamadas. Tem-se comumente apresentado sob a rubrica de “Edição Crítico-genética”: edição crítica, quanto à obra publicada (fase editorial) e genética, por examinar os testemunhos de redação.
- (3) a *Crítica Textual Genética*: estuda a história do nascimento e do tornar-se escrita de uma obra, desde as suas marcas escritas primitivas até a sua última forma atestada (GRÈSILLON, 1994: 244). Aplicada a complexos de manuscritos autógrafos (notas, esboços, versões transitórias, cópias a limpo e texto definitivo), com o objetivo de estudar e determinar o processo de gênese do

⁴ Devemos esclarecer os dois sentidos para o termo "tradicional" para evitarmos equívocos: 1. trata-se de uma crítica feita exclusivamente com base em tradições textuais cujos testemunhos se foram afastando do original; 2. Maneira como tradicionalmente e no último século se fez Crítica Textual.

texto neles contido, dando especial atenção aos aspectos materiais que a documentam (marcas de manipulação autógrafa). (DUARTE, 1997: 73).

Do exercício destas modalidades de Crítica Textual, teremos como resultado edições diferentes, ou seja, poderemos apresentar, conforme os materiais disponíveis para estudo:

- a) uma edição crítica – devemos reproduzir o autógrafo, quando existente, ou o texto criticamente definido como mais próximo do original (*constitutio textus*), depois de submetido às operações de *recensio*, *collatio*, estemática, definição do texto de base, elaboração de critérios de transcrição e de correção (*emendatio*). Todas as intervenções do editor devem ser registradas no aparato crítico;
- b) uma edição diplomática ou paleográfica – reprodução tipográfica rigorosa da lição de um testemunho, conservando todas as suas características (erros, lacunas, ortografia, fronteiras de palavra, abreviaturas, etc.);
- c) uma edição fac-similada – reprodução obtida por meios mecânicos (litografia, fotografia, fototipia, etc) de um texto manuscrito, impresso ou esculpido, cujo testemunho se revela muito importante, do ponto de vista estético e filológico, e é de difícil acesso (APL, 1920 *apud* DUARTE, 1997: 76);
- d) uma edição interpretativa – edição crítica de um texto de testemunho único (o editor transcreve o texto, corrige os erros por conjectura registra no aparato todas as suas intervenções; para além da transcrição e da correção de erros, o editor atualiza a ortografia e elabora notas explicativas de carácter geral).
- e) uma edição crítico-genética – aquela que combina os objetivos e os métodos da edição crítica e da edição genética: por um lado, edita o texto e anota todas as intervenções do editor bem como prepara um aparato de variantes da tradição para os textos já publicados; por outro lado, faz a recensão de todos os manuscritos relacionados com o texto, classifica-os, organiza-os e descreve-os, e registra em aparato genético as sucessivas alterações autorais, lugar a lugar e testemunho a testemunho; enquanto crítica, procura fixar o texto mais autorizado; enquanto genética, docu-

menta o percurso seguido pelo autor na construção do texto, fornecendo ao leitor o registro total e ordenado dos estados evolutivos por que passou o texto, com as correções, as alternativas e as hesitações do autor, permitindo ao leitor a possibilidade de reconstituir, por si próprios, os estados pertinentes;

- f) uma edição genética – edição que apresenta, sob a forma impressa e na ordem cronológica do processo de escrita, o conjunto dos documentos genéticos conservados de uma obra ou de um projeto. (GRÉSILLON, 1994 *apud* DUARTE, 1997: 77).

Diante do exposto, asseveramos que quaisquer que sejam as soluções encontradas, os textos críticos fixados, as edições apresentadas, serão sempre possibilidades de leitura, de interpretação que trazemos ao conhecimento do público, fundamentadas no trabalho que realizamos. Toda a análise se desenvolve a partir da singularidade do material, é o objeto que dita o comportamento a ser adotado pelo pesquisador: se antigo ou moderno, de testemunho único ou múltiplo, inédito ou édito. No entanto, é imprescindível esclarecer que sempre poderão surgir novos materiais, novos métodos que conduzirão o editor a outros caminhos.

Nesse momento, avançando para as palavras finais, faço uma defesa da Filologia, dessa Filologia que sofre as conseqüências de abarcar múltiplos aspectos de seu objeto e que, por isso mesmo, apresenta diferentes perspectivas de estudo. A Filologia é plural, ela trata de língua, literatura e cultura através de textos, por este motivo, é lamentável a atitude daqueles que ignoram a importância da Filologia nas suas duas modalidades – Lingüística Histórica e Crítica Textual – nos Cursos de Letras, esquecendo-se, sobretudo, de que o texto crítico disponibilizado pelo filólogo poderá ser matéria de investigação, segura, fidedigna e confiável para realizar seus estudos, pois, como vimos, nos últimos tempos, a idéia de texto tem sido desenvolvida em disciplinas como a Pragmática, a Análise do Discurso, a Sociolingüística, a Psicolingüística, a Semiótica ou a própria Lingüística do Texto, além do mais, a Literatura se tem beneficiado também da investigação, ao tempo em que enriquece seus estudos de elementos retóricos, estilísticos ou estéticos. Todas essas disciplinas, incluindo a Filologia que procura editar o texto para nele trabalhar as mudanças lingüísticas, têm tomado o texto como um sistema de raízes que pode ser escavado nele próprio, ou seja, constrói-se teoria a

partir da análise de seus componentes, daí afloram as diversas abordagens conforme os modelos teóricos e métodos adotados.

BIBLIOGRAFIA

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Ensaio de lingüística, filologia e ecdótica*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura / UERJ, 1998.

DUARTE, Luiz Fagundes. *A fábrica dos textos: ensaios de crítica textual acerca de Eça de Queiroz*. Lisboa: Cosmos, 1993.

DUARTE, Luiz Fagundes. *Notas de aula*. Salvador, UFBA / PPGLL, 16-19 de out. 1999. Curso: “Os papéis da escrita literária”.

DUARTE, Luiz Fagundes. *Crítica textual*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997. Relatório apresentado a provas para a obtenção do título de Agregado em Estudos Portugueses, disciplina Crítica Textual. Consulte-se, principalmente, o *Glossário* (66-90).

GRÉSILLON, Almuth. *Eléments de critique génétique: lire les manuscrits modernes*. Paris: PUF, 1994.

GUERRA, Antonio Guzmán; CALLER, Paloma Tejada. *¿Cómo estudiar filología?*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

MAAS, Paul. *Crítica del texto*. Trad. de Nello Martinelli. Firenze: Felice le Monnier, 1984.

AS CARACTERÍSTICAS DA LÍNGUA ITALIANA EM DIÁLOGOS ESCRITOS DA *INTERNET*

André Luis Yamaguti

RESUMO

O intuito deste trabalho é analisar as características da língua italiana nos diálogos escritos da Internet.

Com o advento da comunicação virtual por meio das “salas de bate-papo” (*chats*), um novo gênero textual surgiu: o diálogo escrito em tempo real. No entanto, embora a comunicação entre os usuários seja chamada de “bate-papo”, ela ocorre por meio da escrita, a qual, por sua vez, não pode ser descrita essencialmente a partir do seu modelo prototípico, uma vez que assimila determinadas características da língua falada, tais como a troca de turno, marcadores conversacionais e metaplasmos de ordem fonética.

Funcionalmente, sabe-se que a forma do texto não é arbitrária, pois forma e função textuais correlacionam-se. Convém expor que o termo função não deve ser interpretado isoladamente, mas levando-se em conta os papéis sociais dos interlocutores do discurso, o contexto situacional de produção textual e o canal comunicativo, o qual, por si só, imprime suas próprias características ao texto, seja porque impõe limitações técnicas e físicas de um lado, e porque proporciona recursos e facilidades de outro.

A interferência da oralidade na língua escrita dos *chats* ocorre devido ao mecanismo natural de evolução da língua: primeiramente, surgem as mudanças lingüísticas na língua falada, as quais, após um processo de “cristalização”, são aceitas e incorporadas pela sociedade como um todo, seja na fala ou na escrita, transformando em regra o que antes era marginal à norma culta.

Enfim, observar e analisar a dinâmica desses diálogos significa, hoje, prever o futuro da língua italiana de amanhã.

PALAVRAS-CHAVE: Italiano; *Chats*; *Internet*.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é descrever as características lingüísticas dos diálogos dos *chats* italianos MSN (www.hotmail.com), correlacionando forma e função textuais, dado que, funcionalmente, uma dada função discursiva “molda” uma dada forma. A função, neste caso, será analisada em sentido diamésico, pois é condicionada por limitações e recursos oferecidos pelo canal; ademais, inúmeros são os trabalhos publicados a respeito das marcas da oralidade nos diálogos na *Internet*.

Embora haja quem diga que o *chat* é a “fusão” de duas línguas – a falada e a escrita —, a definição mais correta seria a de que a língua utilizada nos *chats* é uma terceira língua, pois incorpora elementos das duas supracitadas e acrescenta alguns próprios do canal comunicativo e dos recursos tecnológicos.

A coleta de dados ocorreu de forma a não interferir no desenrolar dos diálogos, sendo, portanto, restrita à observação e registro dos enunciados visíveis no monitor do computador. Dessa forma, os diálogos foram preservados de toda e qualquer intervenção ou indução do documentador, embora o sistema sempre indique a entrada e a saída dos participantes no diálogo, independentemente ou não de sua vontade de permanecer “oculto” aos demais participantes.

Como *corpus* do trabalho foram escolhidos dois diálogos da sala *vacanze pazze* (registrados nos dias 15/05/02, das 18: 10 às 19: 00 – R1 -, e 16/05/02, das 16: 28 às 17: 00 – R2). Embora à primeira vista essa sala pareça ser temática, devido à sua nominalização, verificou-se que o diálogo nela desenvolvido não abrange esse tema, exceto em raras ocasiões. O que se nota é a pluralidade de tópicos discursivos.

Assim como “vacanze pazze”, outras duas salas de bate-papo eram oferecidas pelo MSN: “singolitalia” (um trocadilho formado pelas palavras “single”, solteiro, e Itália) e “tutta un'altra musica” (expressão italiana que significa “tudo diferente”). Optou-se por “vacanze pazze” porque essa sala continha um número médio de usuários, em torno de 10-30, enquanto “singolitalia” apresentava um número médio de cerca de 45-60 usuários (número demasiado grande, dificulta a análise dos diálogos porque a ordem dos enunciados se perde facilmente) e “tutta un'altra musica” dificilmente atingia um número de 10 usuários.

As demais salas oferecidas pelo MSN foram desconsideradas porque não haviam sido criadas pelo servidor, mas sim pelos próprios usuários, que, assim, se tornaram operadores do canal. Portanto, essas salas são submetidas à censura do operador, de modo que todo usuário que não desenvolve o tema proposto à sala ou que viola as normas básicas de *netiqueta* (trocadilho formado pela palavra inglesa *net* e etiqueta) pode ser censurado, advertido ou expulso do canal.

Não foi possível proceder a uma análise qualitativa do perfil dos usuários dos *chats* devido a três razões: a) uma vez anônimos, os usuários optam por sua não identificação e, embora alguns se identifiquem, não há prova de sua autenticidade; b) apenas um terço dos usuários preenche a sua ficha pessoal; c) a maioria das fichas pessoais é incompleta: faltam informações básicas como nome, idade, localidade, estado civil e profissão.

No plano lingüístico, o *chat* impossibilita-nos de recorrer mecanicamente às categorias de análise habituais. Sabe-se, por exemplo, que determinados parâmetros da sociolingüística não são aplicáveis a esse tipo de comunicação: a presença de vozes dialetais ou de formas morfologicamente conotadas diatopicamente não revela necessariamente a origem do usuário, assim como o uso de termos tipicamente da linguagem juvenil não indica que se trata obrigatoriamente de um adolescente. Em todo caso, vale recordar que as formas devem ser contextualizadas com o objetivo, ou função, da comunicação.

Enfim, buscar-se-á mostrar neste trabalho as peculiaridades da língua italiana nos *chats* MSN, tendo em vista que “teclar” não significa apenas “dialogar escrevendo”, pois, para falar, não é preciso dominar a escrita; para escrever, é preciso dominar a fala; e, para teclar, é preciso dominar ambas as modalidades de língua.

A SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A funcionalidade desses dois parâmetros (a língua falada e a escrita) de análise da comunicação síncrona (em oposição à assíncrona, cujo expoente é o *e-mail*) deve levar em conta que o discurso de IRC é um discurso reportado, “digitado”. Portanto, as analogias com o discurso face a face, úteis à compreensão do fenômeno, não devem ultrapassar um certo limite.

Do ponto de vista teórico, as categorias apropriadas parecem aquelas entre um registro formal e um informal, duas variáveis que atravessam, em forma de *continuum*, cada situação comunicativa.

Certamente, existem algumas características do diálogo em IRC que o aproximam à língua falada:

1- a rapidez na digitação é um requisito importante da comunicação síncrona: essa exigência favorece a construção de estruturas coloquiais, como também de “erros” gramaticais (em geral, ortográficos) típicos de um enunciado mal elaborado (é importante verificar que nem todos os erros são de ordem gramatical ou discursiva, pois a própria rapidez na digitação aumenta as probabilidades de se cometerem erros concernentes à habilidade físico-motora digital). Exemplos: a)lakyluc : **supoerare i 30**

lakyluc : **scusa, superare**

[R2, linhas 781-782]

lakyluc corrige o próprio erro: escreveu “supoerare” em vez de “superare”.

b) NoName_971 : ciao stella(F9)

NoName_971 🌹 [R1, linhas 339-340]

Nesse caso, assim como na língua falada, o falante percebe que cometeu um erro durante o processo de enunciação e, em seguida, o corrige: o exemplo mostra que NoName_971 pressionou a tecla **9** ao invés de **)**, pois para obter o desenho da flor, é necessário digitar **(F)**. Automaticamente, o servidor transforma esses três caracteres em um desenho;

2- o ato enunciatório é praticamente simultâneo ao processo de elaboração do enunciado (caso contrário, surgiriam as indesejadas pausas);

3- pausas grandes causam desconforto ao interlocutor. Exemplo:

TMTE©hNØ4€v€®™_2ºº2 *cia ofefi*

TMTE©hNØ4€v€®™_2ºº2 *cm va=?*

fefina_ : **benone**

fefina_ : **te?**

☐ torero288 ha abbandonato la chat.

fefina_ : **ma cambi communita?**

fefina_ : **dai dimmi di no**

☐ acquafersc ha abbandonato la chat.

fefina_ : **tecnò**

☐ givelight1 è entrato in chat.

☐ petit291 ha abbandonato la chat.

cayncate88 : **Notte a tutti S** 

cayncate88  ☐ TMT€©hNØ4€v€©™_2ºº2 ha abandonato la chat.

[R2, linhas 703-716]

Nesse exemplo, fefina tenta retomar o diálogo com TMT€©hNØ4€v€©™, que não responde. Algumas linhas depois, vê-se que TMT€©hNØ4€v€©™ abandonou a sala, porque o **quisi** porque houve problemas de conexão;

4- na interação face a face, assim como no *chat*, o falante pode orientar e refinar o próprio discurso baseando-se nas reações verbais e não-verbais do próprio interlocutor, dado que pode verificar constantemente a eficácia do que está dizendo, ou mesmo modificar as próprias estratégias de interpelação baseando-se no nível de atenção do interlocutor. Exemplo: shumy231 : ciao a tutti [Linha 85]

shumy231 : ciao cmq io ho salutato

☐ ONEUNICO1 è entrato in chat.

letterina22 : *ciao shumi*

[R1, linhas 120-122]

shumy231 esperou 35 linhas por um cumprimento, sem sucesso. Foi preciso recorrer à apelação para poder ser ouvido: apenas um “olá a todos” não foi suficiente para chamar a atenção dos outros e estabelecer contato com alguém, foi necessário explicitar, ainda que grosseiramente, o seu cumprimento (“olá, de toda forma, eu cumprimentei”);

5- no ato comunicativo face a face, muito se transmite, involuntariamente, com os gestos, as expressões do rosto e com uma particular entonação dada ao enunciado. Na comunicação virtual síncrona, informações não-verbais são selecionadas e transmitidas voluntariamente, isto é, conscientemente. No IRC, essas informações suplementares, paralingüísticas, obviamente se perdem: o recurso dos *emoticons* e dos códigos particulares representam uma tentativa de preenchimento das lacunas da comunicação não-verbal. Exemplos: a) UFOturistaxcaso : **ah-ahahahahaha**

UFOturistaxcaso : 😊 [R1, linhas 219-220]

Embora UFOturistaxcaso manifestasse a sua alegria através da representação de sua risada, acrescentou o *emoticon* “feliz” para que os outros “vissem” como ele estava.

b) fefina_ : **ciao anto** 😘

antoniofuma_ : **ciao dolcissima**

[R2, linhas 587-588]

Nem todos os *emoticons* expressam estado de espírito. Alguns expressam gestos, como o do exemplo acima que representa um beijo de cumprimento.

c) antoniofuma_ : **ciao fefina ,a presto**

Superman_0967 : **zovinedda !**

fefina_ : **vai via**^

fefina_ : **no resta** 😞

antoniofuma_ : **non posso**

fefina 😞 antoniofuma_ 😘 ☐ antoniofuma_ ha abbandonato la chat.

[R2, linhas 605-612]

Nesse exemplo, aparecem dois tipos de *emoticon*: em oposição ao “feliz” surge o “triste” (*emoticon* de estado de espírito) e, em oposição ao *emoticon* de “cumprimento”, surge o de “despedida” (o

beijo, portanto pode representar tanto o cumprimento como a despedida. Em ambos os casos, é um *emoticon* de ação).

A característica mais peculiar do diálogo nos *chats* é indubitavelmente o anonimato, pois isso libera o sujeito dos condicionamentos do ambiente em que age na vida real. Os preconceitos sociais ligados à raça, à idade e ao sexo cedem espaço para novas regras, viventes somente na realidade virtual. No entanto, os *chats* não estão livres de regras de *politeness* (netiqueta), embora não sejam muitas se comparadas com as que regem fóruns de discussão e a comunicação assíncrona como um todo.

De um modo geral, poder-se-ia dizer que é possível encontrar muitas características da língua falada (e escrita) nos diálogos *online*. Porém, inúmeros fatos são peculiares do *chat*:

1- os interlocutores se apresentam através de um *nickname*;

2- os interlocutores chegam à sala e não cumprimentam os demais.
Exemplo: ☐CactusMorra è entrato in chat.

NoName_971 : forse è il sonno

UFOturistaxcaso : **vado a fare una ricognizione x vedè se c'è
altra**

UFOturistaxcaso : **gente bona come voi**

NoName_971 : ciao cactus

☐Benjamin_524 è entrato in chat.

CactusMorra : Di che si parla?

[R1, linhas 423-429]

3- sumir de repente sem se despedir (devido a problemas físicos do meio ou à uma infração de uma regra de *politeness*). Exemplo:
☐Superman_0967 ha abbandonato la chat.

fefina_ : **ah va via anche senza salutare** 😊

cayncate88 : **è uscito il tuo eroe fefi** 😊

fefina_ : [R2, 🌐has 666-669]

4- quando alguém faz uma pergunta (ou cumprimenta), ninguém diz nada. Exemplo: fefina_ : **ma cambi communita?**

fefina_ : **dai dimmi di no**

□acquafersec ha abbandonato la chat.

fefina_ : **tecno**

□givelight1 è entrato in chat.

□petit291 ha abbandonato la chat.

cayncate88 : **Notte a tutti S)** 🍷

cayncate88 : □TMT€©hNØ4€v€®™_2ºº2 ha abbandonato la chat.

[R2, linhas 708-716]

5- falar um idioma que os demais não falam ou não querem falar. Exemplo: leonematilda : (f)KANEIS AΠO EΛΛΑΔΑ?

[R1, linha 199]

leonematilda : λοιπον κανεις απο ΕΛΛΑδα αποψse.οκ!

[R1, linha 215]

6- ter intimidade “instantânea” com pessoas desconhecidas. Exemplo: DramaticSnake7 : GEA sta per gay oper bella pischella?

gea650 : oddio...non mi ro posta il problema

igor828 : male dovevi

gea650 : cmq....mi piacciono m

DramaticSnake7 : Ma almeno sei una pischella?

□ro173 ha abbandonato la chat.

gea650 : si no bu....sisi scherzo

DramaticSnake7 : Oppure sei una pischella?

[R1 linhas 502-509]

7- acompanhar de perto a conversa alheia;

8- tolerar na roda de bate-papo a presença de estranhos que apenas ouvem a conversa e não participam dela;

9- na vida real, não se tem acesso ao “perfil” de estranhos;

10- não se pode retroceder no discurso para recuperar uma informação já dada (de fato, é possível tirar uma dúvida ou pedir por uma repetição, porém não se pode retroceder a pontos longínquos do discurso – uma ou diversas vezes – tampouco responder a uma pergunta longínqua depois de ter “consultado” pontos esquecidos (longínquos ou não) do discurso);

11- há coisas que se diz no *chat* (mesmo sendo informais) que soariam artificiais na língua falada (nesse caso, pode-se dizer que há coisas permitidas somente na escrita) porque toda situação discursiva pede um discurso específico. Por exemplo, a repetição das vogais não parece “natural” na língua falada: a) letterina22 : *si volaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaa*

[R1, linha 80]

b) letterina22 : *la benzinaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaa*

[R1 linha 86]

c) **UFOturistaxcaso : io pureeeeeee ehhhhhhhhh!?**

[R1 linha 140]

FALAR SEM VOZ

É importante recordar que todas as ações efetuadas no IRC, assim como o próprio diálogo desenvolvido no *chat*, relativas à gestão do sistema ou à disposição dos usuários (ingresso e saída do canal) assumem uma dimensão textual. Além disso, tudo o que na interação face a face é considerado extralingüístico, nos *chats* é expresso verbalmente.

Na tentativa de compensar a total ausência de contato (fator espacial), recorre-se ao emprego da linguagem holofrástica (“faccine” ou *emoticons*, interjeições e onomatopéias), o que torna possível a expressão sintética e eficaz de um estado de espírito. De fato, são formas de compensação que conjugam em modo funcional a exigência de síntese da consciente simulação da língua falada. Na escrita de IRC, as hesitações também são formalizadas: é freqüente o uso das reticências entre uma frase e outra para indicar a entonação do discurso.

a) letterina22 : *ufo..mi...tradisci appena giro le spal-
lee????????????????*

[R1, linha 53]

b) UFOturistaxcaso : **vabbè vi lascio prende fiato**

[R1, linha 239]

c) gea650 : SONO RAGAZZA...COME DIRE VOI IN ITALIA

[R1, linha 521]

Continuamente viola-se não a raiz da palavra escrita, mas o seu significante, o qual é deformado para adquirir novos significados. Muito freqüente é o emprego do efeito “eco”, com que se tenta imitar a propagação do som (e não o eco do som, já que no diálogo face a face os usuários não se expressam por “ecos”). Exemplos: a) RunicFollower2 : *mami ci sèiiiiiiiiiiiiiiii*

[R1, linhas 54-55]

b) letterina22 : *guidi come 1 matto ufoooooooooo*

[R1, linha 152]

c) letterina22 : *ci hai lasciato senza fiatooooo*

[R1, linha 260]

Assim como as letras maiúsculas para simular gritos, há ecos que representam o grito. Exemplos: a) DramaticSnake7 : SEI UNA RAGAZZA SI O NO?

[R1, linha 516]

b) Superman_0967 : **feeeeeeefiiiiiiiiiiiiiiiiinaaaaaaaaaaaaaaa**

[R2, linha 624]

A verbalização do que na comunicação direta seria atribuído ao contexto tem o objetivo de simular uma interação face a face. Desse modo, são frequentes:

1- a redundância no uso de alguns paragrafemáticos. Exemplos: a)

letterina22 : *ah ah*

letterina22 : *!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!*

[R1, linhas 194-195]

b) TMT€©hNØ4€v€@TM_2ºº2*azz pure qua stai????????*

[R2, linha 698]

2- a forte redução da vírgula e do ponto. Exemplo:

a) NoName_971 : nn ti preoccupare c'è posto x tutte vero UFO 🤪

[R1, linha 315]

b) NoName_971 : a parte gli scherzi dove andate in ferie quest'anno

[R1, linha 520]

OS ACRÔNIMOS, AS FORMAS ABREVIADAS, AS GRAFIAS

Permutas de ordem fonética são comuns nos *chats*. Por exemplo: ao invés de digitar *chi*, escreve-se simplesmente *ki*. Esse tipo de permuta, além de uniformizar o sistema fonético consonantal, favorece a rapidez na digitação de mensagens, pois *chi* possui três caracteres e *ki*, somente dois.

É interessante notar, porém, que as duplas consoantes italia-

nas não são simplificadas. Essa manutenção deve-se ao fato de a grafia conservar a pronúncia reforçada das duplas. Ora, se de fato os italianos (ou a sua grande maioria) pronunciam as duplas, era de se esperar que também as escrevessem. Exemplos: *tutti, ragazze, donna, allora, anni, oggi*, etc.

As permutas podem ser de três tipos:

1- permuta com letras. Exemplos: UFOturistaxcaso : **ki è?** [chi]

[R1, linha 25]

UFOturistaxcaso : **gea nn può nemmeno un calzino xkè** [perché]

[R1, linha 123]

2- permuta com números. Exemplos: UFOturistaxcaso : **sono solo 1 ufo!!!! eh?** [uno]

[R1, linha 177]

NoName_971 : solo in 3 a cht?? [tre]

[R1, linha 335]

vegeta_73 : io vorrei andarci per 6 mesi [sei]

[R1, linha 390]

MARCO130183 : masters di dove 6? [sei]

[R2, linha 757]

3- permuta com *emoticons*.

Exemplo: UFOturistaxcaso : **nel mio ino no.** ❤️ [cuorino]

[R1, linha 295]

A SINTAXE

A velocidade de produção da mensagem é inversamente proporcional ao grau de planificação da mesma. No caso dos *chats*, em

nível macroscópico, uma primeira consequência é a notável fragmentação do discurso.

Um período longo em uma única linha é dividido pelo usuário que, para reter a atenção do interlocutor, o envia em várias partes em fases sucessivas. O ritmo pedido pelo meio favorece a parataxe e a justaposição de frases, dado que toda linha deve haver um fim em si mesma e antecipar logicamente o que lhe segue. Quando a frase é mais complexa, surgem as fragmentações e as dificuldades de estruturação frásticas devido à projeção progressiva da mensagem.

O ritmo da comunicação no MSN incide sobre a estruturação do discurso. Naturalmente não é fácil dizer se essas construções são atribuídas à velocidade de produção textual ou à própria informalidade da situação comunicativa.

CONCLUSÃO

Fatores como a escassa pontuação dos enunciados, acrônimos e simplificações motivadas foneticamente são reflexos da própria dinâmica conversacional a qual, no meio físico proporcionado pela *Internet*, faz com que a enunciação seja o mais rápido possível, uma vez que o *feedback* dos interlocutores é escasso ou inexistente. Desse modo, assim como no diálogo prototipicamente falado, devem ser evitados turnos demasiadamente longos, pausas e hesitações.

A evolução da língua escrita ocorre a partir do momento em que uma dada mudança na língua falada já se “cristalizou” e foi aceita pela comunidade falante como um todo; logo, acompanhando as mudanças na língua falada, podem-se antever possíveis transformações também na escrita. Em outras palavras, o que hoje a norma culta não aceita, poderá ser aceito no futuro, contanto que tenha sido já acolhido e incorporado pelos falantes como um todo (guardadas as devidas proporções, sabe-se que a escrita da *Internet* ainda está muito longe de ter a importância e o volume de produção da escrita dos demais veículos de comunicação, porém, isso não nos impede de inferir certa importância a ela, já que também constitui uma instância de comunicação verbal, passível de transformação e evolução).

BIBLIOGRAFIA

- COVERI, L. et alii. *Le varietà dell'italiano*; manuale di sociolinguistica italiana. Roma: Bonacci, 1998.
- DARDANO, Maurizio. *Manualetto di linguistica italiana*. 2ª ed. Bologna: Zanichelli, 1995.
- DARDANO, Maurizio & PIETRO, Trifone. *Grammatica italiana; con nozioni di linguistica*. 3ª ed. Bologna: Zanichelli, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold, 1973.
- HOLZMANN NADER, Valéria. *A interação verbal em diálogos da INTERNET: novas possibilidades para a análise do discurso*. Tese de mestrado. USP, 2001. 175 p.
- LEPSCHY, Giulio C. *A lingüística estrutural*. [trad.]. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1991.
- . *Da fala para a escrita; atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais; projetos paralelos – NURC/SP: vol. 1*. 4ª ed. São Paulo: Humanitas – USP, 1999.
- (org.). *O discurso oral culto; projetos paralelos – NURC/SP: vol. 2*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas – USP, 1999.
- (org.). *Estudos de língua falada; projetos paralelos – NURC/SP: vol. 3*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas – USP, 1999.
- . *Sociolingüística: os níveis de fala: um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira*. 9ª ed. São Paulo: USP, 2000.
- (org.). *Fala e escrita; projetos paralelos – NURC/SP: vol. 4*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas – USP, 2001.

——— (org.). *Interação na fala e na escrita; projetos paralelos – NURC/SP: vol. 5. São Paulo: Humanitas – USP, 2002.*

SABATINI, Francesco. *La comunicazione e gli usi della lingua; pratica dei testi, analisi logica, storia della lingua. 2ª ed. Torino: Loescher, 1998.*

TERRACINI, Benvenuto. *Lingua libera e libertà linguistica; introduzione alla linguística storica. Torino: Einaudi, 1970.*

URBANO, Hudinilson. Uso e abuso da linguagem da internet. In. *Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: Nova Série, N. 24 – setembro/2001.*

CRÍTICA IMPRESSIONISTA OS PAPÉIS DO CRÍTICO NO TEXTO

Itana Nogueira Nunes (UNEB e FTC)

RESUMO

O exame da concepção do crítico literário baiano David Salles (1938-1986) e da sua posição de crítico militante iniciada em 1958 no *Jornal da Bahia*, culminada com os rodapés do *Jornal A Tarde*, em meados da década de oitenta do último século é assunto desta nossa comunicação que pertence a um trabalho mais amplo desenvolvido na tese de doutoramento na Universidade Federal da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE:

crítica literária; impressionismo crítico; crítica jornalística.

Como concebe a “crítica impressionista”? Qual a sua opinião sobre a função da crítica literária no jornal? Como entende a crítica e as suas diversas modalidades? Quais são os seus pressupostos teóricos? Estas posições básicas reiteradas ao longo da evolução da sua obra são as reflexões fundamentais que procuramos discutir neste estudo. Para isso, vejamos algumas formulações conceituais sobre o termo *impressionismo* de uma forma geral para em seguida evidenciar-mos particularmente o ponto de vista do crítico baiano.

A crítica jornalística, muitas vezes aleatoriamente denominada de impressionista, a rigor, não pode ser considerada como tal, em virtude das distinções existentes entre essas duas modalidades de interpretação e julgamento. Chamamos de crítica impressionista à modalidade de opinião baseada nas emoções provocadas no leitor pelo texto. Nessa prática, as análises são feitas a partir de todas as impressões percebidas, no contato do receptor ou leitor com um objeto do mundo exterior. Foi assim denominada pela sua proximidade com o advento do Impressionismo na pintura, surgido na França nos fins do século XIX como uma reação à arte acadêmica, sendo considerado como o ponto de partida da arte contemporânea.

Com Sainte-Beuve, considerado um dos nomes mais ilustres da história da crítica, podemos marcar o início da crítica moderna, não só por inaugurar a crítica de jornal, como também por ensaiar métodos bastante próximos da ciência. Ele acreditava poder traçar

“retratos” dos autores a partir das suas análises biográficas, procurando assumir diante da obra literária uma postura isenta, desprovida de qualquer sistema ou norma. Seja como for, este crítico estabeleceu um liame entre a crítica subjetivista (romântica) e a objetivista (científica).

Fazendo os seus rodapés de crítica para o jornal naquele período, Sainte-Beuve fundamentava suas análises sobre os textos recém-publicados baseando-se, decerto, no seu eruditismo, preliminarmente, mas associando-o em seguida às suas impressões, cuja validade declaradamente defendeu, tendo em vista a escassez do tempo própria àqueles que trabalham com os assuntos de natureza dinâmica como a crítica periódica, equacionando o seu modelo de crítica numa fórmula: erudição + intuição = solução possível, provável e provisória para o texto.

Coetâneo do advento da crítica impressionista, podemos encontrar o pensamento valorativo de Benedetto Croce que em sua *Estética* (1902), procurava uma forma intermediária entre a análise individual ou subjetivista de Anatole France e o rigor do cientificismo de Taine. Croce desaprova a classificação dos gêneros literários, assim como qualquer tentativa de classificação universalizante, afirmando que as análises deveriam se ater à obra em si, desprezando qualquer tentativa de normatização ou generalização, acrescentando ao trabalho da crítica apenas o tratamento da linguagem, o que justifica a sua *Estética*, obra em que apresenta os seus pareceres sobre a interpretação literária.

No início do século XX autores como Anatole France, Jules Lemaitre e Remy de Gourmont acreditavam que a análise dos textos deveria residir somente nos liames da alma do leitor, independentemente das classificações, regras ou leis anteriormente determinadas. (COUTINHO, 1958) Para eles a tarefa crítica poderia ser também lúdica e descompromissada, por esta consistir num diálogo entre pessoas cultas e sensíveis, devendo ser apenas norteada pelo gosto individual.

Nesse período, a crítica impressionista teve um dos seus momentos de maior destaque nos grandes centros de cultura estrangeira, e em especial na França. Entretanto, no Brasil, as reações de estudiosos como Mário de Andrade e Tristão de Athayde deram novos ru-

mos à crítica literária, opondo-se ao amadorismo de opiniões e caminhando para a maior valorização de uma crítica estética e mais objetiva. Convém lembrar que o descomprometimento de alguns comentaristas para com o texto pretendia se esconder sob o rótulo do *Impressionismo*, passando-se a chamar impropriamente de impressionista a qualquer abordagem crítica baseada no "achismo" sem fundamentação. Contudo, esse compromisso estético do crítico com o texto literário e com a crítica objetiva não sepultaria por completo o trânsito das subjetividades no ato de julgar.

Neste ponto temos a total concordância das opiniões de David Salles com as de Mário de Andrade e Tristão de Athayde, quando afirma no prefácio do seu *Crítica de Rodapé*⁵ ter consciência sobre os riscos de se confundir *impressionismo*, sinônimo de intuição, com a falta de responsabilidade intelectual de alguns autores constatada nos textos de crítica no início do último século.

Contudo, embora tenhamos por tanto tempo nos valido dessas impressões da alma para refletir sobre o objeto observado, nos tempos modernos, numa busca incessante de alcançar uma verdade rigorosa e indiscutível, o homem de um modo geral tem duvidado da eficácia das impressões pessoais como forma de orientação para sua vida. Desse mesmo modo de pensar tem feito uso a crítica literária, afastando-se assim da sua acepção primeira: apreciação de cunho pessoal.

Mas o que vem a ser exatamente a crítica impressionista defendida pelo nosso autor em muitos dos seus textos sobre a natureza do trabalho interpretativo?

Vejamos. Esse subjetivismo, que segundo Salles é necessário à atividade crítica e à investigação intelectual é o ponto crucial que vem acompanhando toda a história dessa atividade. É o elo que une o exercício da crítica ao mundo real (onde está o leitor), a idéia ao concreto, resultando num total imbricamento dos dois elementos envolvidos nesta forma especial leitura a que chamamos crítica, como que misturando as entranhas do homem com as do texto, considerando que as matérias-primas envolvidas neste ritual da análise pertencem

⁵ SALLES, David. *Crítica de rodapé*. Este livro inédito datilografado em 1982 pelo próprio autor é uma coletânea de artigos de crítica dispersos em diversos jornais baianos.

cem não à superfície, mas às profundezas de um e outro.

Mesmo acreditando nisto, não quis o crítico baiano ao reclamar um espaço para a subjetividade na crítica, nem um retrocesso ao tempo em que a matéria crítica de jornal era palco para as mais extravagantes divagações de eruditismo ou do achismo, verificados no início do século passado, nem tampouco acatar qualquer tendência elitista, baseada tão somente em escrituras indecifráveis, gráficos ou parassintagmas, que causam um estreitamento no campo de circulação das idéias e opiniões sobre os textos. Mas sim um espaço próprio para um outro gênero de análise (sem anular o gênero academicista), que conseqüentemente tem uma outra função, a de ser mediadora. A de ser ponte de ligação entre o público comum e as formulações críticas geradas nos centros universitários.

Antônio Cândido, um outro crítico brasileiro que, no início da sua carreira literária, foi também um crítico de rodapé, no texto “Crítica Impressionista”, artigo publicado originalmente em jornal (CÂNDIDO, 1958 e 99)⁶, reforça as idéias expressadas por Salles sobre o *impressionismo*, nos dando a medida ideal dos benefícios que o ponto de vista pessoal de um autor poderá trazer à crítica:

Para escândalo de muitos, digamos que a crítica nutrida do ponto de vista pessoal de um leitor inteligente – o malfadado “impressionismo” – é a crítica por excelência e pode ser considerada, como queria um dos seus mais altos e repudiados mestres, a aventura do espírito entre os livros. Se for eficaz, estará assegurada a ligação entre a obra e o leitor, a literatura e a vida cotidiana, – sem prejuízo do trabalho de investigação erudita, análise estrutural, filiações genéticas, interpretação simbólica, atualmente preferidas pelo investigador da literatura, prestes a envergar de novo a toga do retórico. Inversamente, se ela não existir, perder-se-á este ligamento vivo, e os críticos serão especialistas, no sentido que a palavra assumiu na ciência e na técnica. Ora, isto poderia ser riqueza de um lado, mas, de outro, empobrecimento essencial (...). (*Ibidem*, p. 59)

Ainda em defesa desse impressionismo, que nada tem a ver com leviandade ou mesmo superficialismo como quiseram dizer muitos dos eruditos à caça das técnicas e dos métodos oferecidos pela melhor *teoria da crítica*, o mesmo autor nos chama atenção para um misto de eruditismo e intuição do qual, como já vimos, foi o

⁶ CÂNDIDO, Antônio. *Remate de Males*. “Crítica Impressionista”. p. 59 (Artigo publicado primeiramente em jornal em 1958 e reeditado em 1999 na revista *Remate de Males*, em homenagem aos oitenta anos de vida do autor).

maior representante, o crítico de jornal, ou folhetinista, para usar a linguagem da época, o mestre da crítica moderna: Sainte-Beuve:

Impressionista foi de certo modo o grão-padre da crítica moderna de jornal, Sainte-Beuve, que penava a semana inteira sobre as suas laudas e fichas, nutrindo impressão com os filtros da sapiência. Impressionista é todo aquele que prepara um artigo de uma semana para outra, baseado mais na intuição que na pesquisa (...).(*Ibidem.* p. 60)

Prosseguindo na sua análise, reclama para a crítica impressionista boa parte de descobertas e reflexões de fundamental importância para a formação e consolidação da crítica moderna:

De tais impressionistas se fez a crítica moderna, dando não raro pistas ao erudito, ao historiador, ao esteta da literatura, e deles recebendo a retribuição em pesquisa e explicação. Por que suprimi-los?... O século XIX, se não criou, desenvolveu e deu forma nobre ao jornalismo crítico. (*Idem. Ibidem.*)

Referindo-se aos movimentos mais recentes da crítica literária nacional, Eneida Maria de Souza, professora de Teoria da Literatura da UFMG (SOUZA, 1996: 27-39), em seu ensaio “Tempo de pós-crítica”, discute o papel do sujeito no discurso da crítica contemporânea e o recalque desta subjetividade, que retirou de cena o ator da enunciação crítica, o próprio crítico, esquecido como autor e leitor em potencial dos seus textos, sendo este obrigado a afastar-se da sua criação para garantir a imparcialidade e a objetividade das suas análises. Este sujeito, diz a escritora, “volta à cena no discurso ainda de forma esvaziada e fraturada” devido ao florescimento das idéias estruturalistas predominantes nos anos setenta do século passado. Entretanto, nos anos subseqüentes, percebendo-se a necessidade de tornar o texto crítico o mais legível possível e de melhor divulgar a produção acadêmica, restabelecendo o diálogo entre a universidade e o público comum, já se admite a possibilidade de um outro tom, ou de uma outra forma de crítica que valorize o traço da subjetividade no discurso literário brasileiro e conseqüentemente na crítica.

No intuito de reconhecer melhor estes caminhos pelos quais andou e anda trilhando a crítica literária é que nos últimos anos da década passada e agora, no começo desta, tem-se tentado fazer um balanço do que se ganhou e do que se perdeu em termos de produção teórica neste ramo da literatura. Ao perceber a ineficiência dos discursos legitimadores do pensamento crítico tradicional, nossa geração não mais reconhece como verdadeira a idéia da existência de um

saber único e definitivo, mas sim a de algo sempre em construção, em constante modificação.

Quase setenta anos após a primeira edição do livro *A Prática da Crítica Literária* (1929) (RICHARDS, 1997), I. A. Richards, numa reedição de 1997, traduzida para o português, relata a sua experiência como crítico e professor de literatura de língua inglesa com os seus alunos de graduação, que coleta e protocola comentários sobre diversos poemas distribuídos durante as aulas, sem a identificação prévia dos seus autores, a pequenos grupos de estudantes que baseados nas suas reações, sentimentos, elucubrações, pressupostos, dogmas, preconceitos, etc, lhes dão um registro de opiniões que são posteriormente analisadas na própria sala de aula.

Um dos objetivos deste “teste”, como chamou o crítico a esse estudo, seria observar como a diversidade de pareceres sobre determinados aspectos específicos, no caso dos poemas, pode auxiliar no desenvolvimento de técnicas mais eficientes para a análise, procurando “fisgar” nesses juízos o que eles “afirmam” e o que eles “expressam”, ou seja, respectivamente, o que “dizem” ou “pretendem dizer”, em primeiro lugar, e, em segundo, os “processos mentais” que levaram estes estudantes a dizerem o que foi dito.

Qualquer que fosse a intenção de Richards, o que aqui nos interessa ao comentar esta experiência é que a certa altura das suas discussões o autor conclui sobre a importância desta variedade de opiniões como forma de verificação da validade da expressão do gosto pessoal no texto, gerando um universo mais amplo de possibilidades para a crítica, no que se refere às formas de abordagem, apreciação e julgamento dos textos literários.

Ademais, Richards afirma que entre os principais papéis do crítico literário deve estar o aperfeiçoamento da comunicação na obra, tornando-a mais precisa e mais refinada, e em segundo plano, o julgamento e a decisão sobre o seu valor. Esta última questão, para ele, se resolve sozinha, pois a própria natureza íntima do homem e a sua experiência dão conta dessa tarefa.

Com isso podemos deduzir que também no pensar deste consagrado crítico, devêssemos dar a devida importância aos reflexos da alma humana na apreciação crítica, deixando que o analista permaneça no seu texto, se mostre através dele, por ele, chegando até o ou-

tro lado da margem, o seu leitor. Não dispensando para isso, sabemos, todos os requisitos necessários a uma crítica séria, sólida, fundamentada, que saiba ao menos se defender dos perigos e armadilhas que pressopõem este delicado trabalho.

Entendemos, portanto, que essa busca do auto-reconhecimento da crítica literária contemporânea que talvez pela sua indefinição, no que se refere aos seus estatutos ou normas, transforma o panorama literário nacional neste palco de encenação de tantas idéias traduz muito bem a nossa condição de um dos representantes das culturas de terceiro mundo. E tem sido esse “redimensionamento de coisas” que tem gerado muitas conquistas, como, por exemplo, a exclusão do conhecimento totalitário e universalizante que vem se consolidando a partir da mudança de alguns paradigmas e da desconstrução difícil de alguns preconceitos, ainda de forma muito lenta, como é comum a qualquer processo dessa natureza, pois, como disse com muita propriedade Albert Einstein “é mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, Antônio. Crítica impressionista. In: *Remate de males*, 1999. p. 59.

COUTINHO. Afrânio. *A Crítica*. Salvador: Universidade da Bahia, 1958.

RICHARDS, I. A. *A prática da crítica literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SOUZA, Eneida de. Tempo de “pós-crítica”. In: *Literatura comparada: ensaios*. Salvador: UFBA, 1996. p. 27-39.

DE CANIBAIS E COBRAS CORAIS: UMA CANÇÃO TUPI

Aderaldo Luciano (UFRJ)

Meu canto de guerra,
Guerreiros, ouvi!

Gonçalves Dias

RESUMO

O trabalho quer fomentar reflexões sobre o percurso da língua em que foi cantada a canção “Pára, serpente, pára...” apresentada por Montaigne, no Capítulo XXXI de seu Primeiro Livro dos Ensaíes. Este ensaio, *Dos canibais*, retrata o encontro de alguns índios brasileiros com a França. Nele, o autor traduz para o francês duas canções ouvidas por si. Apresentamos uma das canções, que o poeta Waly Salomão reclama sua autoria, apropriando-se do que foi descrito por Montaigne, intitulada *Cobra Coral*, publicada no livro *Tarifa de embarque*, e musicada por Caetano Veloso, levada a público no CD *Noites do Norte*. A partir de comparações com o original francês tentamos criar a letra no original tupi, ao mesmo tempo em que apresentamos um breve relato sobre o desaparecimento das nações indígenas brasileiras e sua redescoberta no séc. XXI. Para isso utilizamos a publicação em língua terena de uma lenda extraída da revista *Literatura Marginal*, Ato II, número especial de *Caros Amigos*, de junho de 2002.

PALAVRAS-CHAVE:

sincretismo; indígena-brasileiro; afro-brasileiro; holocausto

A chegada dos navegadores portugueses ao Novo Mundo foi marco de mudança crucial. Mudança para aqueles que aqui se encontravam, principalmente. A carta de Caminha relata o encontro entre os dois mundos com olhos europeus e desejos de mercador. Os habitantes da terra nova, onde havia água em abundância e beleza extenuante, são vistos como futuros cristãos, terra fértil para expansão do império católico. O que se viu, testemunhado pelo tempo, foi o massacre, a derrocada de nações autóctones, o extermínio, o saque. À cruz fincada sucedeu a espada idem. Ao latim da primeira missa sucedeu a língua portuguesa engolida tal qual um aríete, cordas vocais abaixo. Às lendas e mitos, histórias de cavalaria, resquícios romanos e gregos. Fundava-se sobre a fragilidade da cultura oral os alicerces do seu próprio sepulcro que todo o esplendor romântico indianista não conseguiu cantar, ou por omissão, ou por ignorância. O poeta Augusto dos Anjos, o caso singular da poética nacional, visto por muito tempo como o mais medonho dos nossos, talvez seja o que

melhor descreveu essa saga de destruição da raça em seu *Os doentes*:
(...)

E o índio, enfim, adstrito à étnica escória,
Recebeu, tendo o horror no rosto impresso,
Esse achincalhamento do progresso
Que o anulava na crítica da História!

Como quem analisa uma apostema,
De repente, acordando da desgraça,
Viu toda a podridão de sua raça...
Na tumba de Iracema!...

(...)
E sentia-se pior que um vagabundo
Microcéfalo vil que a espécie encerra
Desterrado na sua própria terra,
Diminuído na crônica do mundo!

(...)
Em vez da prisca tribo e indiana tropa
A gente deste século, espantada,
Vê somente a caveira abandonada
De uma raça esmagada pela Europa!

(...)

As reflexões do poeta são a janela para os nossos próprios olhos. Salvo alguns topônimos e termos culinários a herança tupi naufragou na Baía de Todos os Santos. Para nações ágrafas como eram, o velho ditado latino confirma-se: *verba volant, scripta manent*. O caso do índio Galdino Jesus dos Santos, incendiado por adolescentes em Brasília, em abril de 1997, é o ápice indicador do genocídio. O seu nome é o atestado final da desgraça: um sobrenome adquirido dos sem família. Um índio chamado Galdino. Um índio chamado Jesus dos Santos.

Segundo o Processo nº 17901 do Tribunal do Juri de Brasília os indiciados, encabeçados por Max Rogério Alves, pensavam estar ateando fogo a um mendigo. Não imaginavam que seria um índio da nação Pataxó. O relatório inicial do processo, apresentando o caso, aponta:

Três qualificadoras foram descritas na denúncia: o motivo torpe porque os denunciados teriam agido para se divertir com a cena de um ser humano em chamas, o meio cruel, em virtude de ter sido a morte provocada por fogo e o uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima,

que foi atacada enquanto dormia.

Nos anos em que se seguiu o modelo colonizador português previram-se índios sendo usados como peças de tiro ao alvo, na mira das escopetas ou primitivos parabéluns. Nos quinhentos anos separadores das agressões, as qualificadoras do crime são compatíveis e bem poderiam ser retroativas, com uma atenuante: a vítima já é tratada como ser humano, mesmo que a fogo (e aqui os casos se equiparam novamente). O genocídio deu-se enquanto o “exterminando” dormia. A metáfora para a posse do território consagra essa tese: descobrimento. Arrancou-se-lhe o cobertor, virou-se-lhe a cama, incendiou-se-lhe o sono, fecundou-se-lhe o pesadelo.

Ora, agindo assim com seu corpo, o corpo político das nações Tupi, como poderiam ter agido com seu corpo memorial, senão esartejando suas tradições, a partir de sua religião, passando pela sua organização social-hierárquica? Se os dois guerreiros levados a bordo da nau capitânia para um encontro com Cabral compreendessem o que se passava teriam dado maior importância ao fato, visto que ignoraram a todos. O brio tupi aliado à perplexidade, em conluio com crenças religiosas, quem sabe os tenha paralisado. A pompa portuguesa, seguindo os ditames europeus, a Cruz de Malta, as letras de Dom Dinis e Gil Vicente, conjugou-se em um “auto do aniquilamento”. A tradição oral sofria um achaque, sem *quarup*. Sem literatura, letramento, muito embora superpovoado de mitologias, os “achados” viram suas mais profundas e plantadas tradições sucumbirem e seus vestígios rarear. Mas há resquícios fora das reservas hoje destinadas às moribundas comunidades indígenas.

O sincretismo afro-brasileiro encobriu o sincretismo indígena-brasileiro. A edição eletrônica número 13 do Jornal Umbanda Hoje (www.jornalumbandahoje.com.br) traz artigo de Hugo Saraiva aconselhando um olhar crítico sobre a questão. Para ele:

...a Umbanda é uma religião cristã e genuinamente brasileira (...) Devido à supervalorização, até por parte de muitos umbandistas, da cultura negro-africana, do culto aos Orixás das nações de Candomblé, criou-se uma ofuscação da questão indígena. Facilmente encontramos vasta literatura a respeito da cultura africana e muito pouco, quase nada, sobre a riquíssima indígena brasileira no que se refere a Umbanda, sendo estes índios formadores de nossa raiz ancestral e cultural.

A preocupação do articulista prende-se à maneira como a

Umbanda é tratada dentro dos seus próprios terreiros. O poder da africanidade, adquirido com lutas de sangue, demonstra a entrada definitiva do elemento negro na formação sócio-cultural brasileira, enquanto o elemento índio ficou periférico. O Padre Bartolomeu de las Casas, nas Missões, e o Pe. Antonio Vieira defenderam a troca do índio pelo negro como mão de obra barata e submissa. Tachado de preguiçoso, o índio não se prestava a serviços na lavoura. A história da escravidão negra e seus levantes é por demais conhecida dos manuais de História do Brasil. As religiões afro se fortaleceram e permaneceram, enquanto que a religião dos Tupi foi agregada como folclore. A observação de Saraiva é pertinente, pois apresenta valores de fácil observação. Os ritos religiosos e mágicos praticados antes de Portugal refletem uma teogonia definida e inspirada, pois

(...) danças típicas como a Aruanã, danças totêmicas dos Tupis, tambores, amplo conhecimento do poder das ervas, a faculdade mediúnica da vidência, cultuavam e reverenciavam as forças da natureza como manifestações da Divindade, tendo cada uma um deus respectivo, que, inclusive, podemos associar aos Orixás da Umbanda.

Para provar suas idéias apresenta-nos um quadro teogônico comparativo:

Nome	Significado	Na Umbanda
Tupã	Deus Sol	Deus
Caramuru	Deus Trovão	Xangô
Aimoré	Deus Caça	Oxósse
Urubatã	Deus Guerra	Ogum
Anhangá	Deus dos Mortos	Omulu/Obaluayê
Iara	Deus Água	Yemanjá
Jandirá	Deus Rios	Oxum
Mitã	Criança	Ibeijadas
Jurema	Divindade	Caboclas

O quadro apresenta o poder dessa religião pré-cabralina na formação do Umbanda. Por outro lado, na mesma Umbanda, é freqüente a presença de caboclos, espíritos sábios que habitam as matas e as selvas. Essa presença abre uma fenda entre Candomblé e Umbanda, muito embora Pretos Velhos e Caboclos possam conviver na mesma tenda. A manifestação dessas entidades silvícolas é marcada por um ritual no qual a execução de um ponto cantado é o preâmbulo. Esses pontos cantados são como hinos, mais conhecidos como cu-

rimbas. Os umbandistas acreditam ser a música um dos caminhos para um retorno a Deus e entrada no mundo espiritual. Todas as entidades têm seus cânticos de entrada e saída, de acordo com o que estabeleceu o espírito autodenominado Caboclo Sete Encruzilhadas, anunciador do Umbanda, que chama o Brasil de Pindorama, utilizando a língua original tupi.

Todo esse levantamento quer esclarecer que, além de uma cultura estabelecida e de uma tradição fundada na oralidade, os indivíduos habitantes da *Terra Brasilis* antes de 1500 desenvolveram uma cultura musical vasta, inspirada na imitação da natureza e em sua reverência. Cânticos para ocasiões as mais diversas perpetuados em letras com referência no mundo rodeante. Para os praticantes do Umbanda, religião herdeira desses princípios, o ponto cantado é um ato de reverência e consagração. É aqui, nesses cânticos, que faremos nossa parada inaugural.

A GRANDE NAÇÃO TUPI-GUARANI VÊ A EUROPA

O Novo Continente povoou o pensamento de sonhadores e sensacionalistas. Voltaire, em seu *Cândido*, coloca seu personagem em terras paraguaias, e juntamente com Cacambo, seu fiel servidor, chega ao El Dorado. Essa terra, na qual tudo reluz a ouro, é criação coletiva, motivada pelos supostos tesouros fincados nos solos da América. Muitos aventureiros embrenharam-se mata adentro e nunca mais voltaram. Relatos de monstros e animais fantásticos, tribos de amazonas, homens gigantes e anacondas foram à festa de marinheiros, marujos e desvalidos nas esquinas sombrias da Europa.

O interesse europeu pelo homínídeo recém-descoberto, dado a luz pelos portugueses, foi aguçado pelo exotismo do seu viver e pela esperança de se conseguir pistas da terra do ouro. Nus, sem costumes gregários, integrados ao mato aqueles seres guardariam segredos e mapas para um veio inesgotável. Engano para uns e engodo para outros. Mas o El Dorado alastrou-se pelos sonhos. Conta-nos Manuel Lucena Salmoral que o mito do El Dorado foi fundado na tradição chibcha, nos arredores da atual Bogotá, de os seus sacerdotes se banharem de sal, o que tinham de mais precioso, e mergulhar numa laguna para purificação. De sal para ouro a imaginação viva levou pouco tempo para a alquimia.

A presença desses indivíduos na Europa é relatada por algumas testemunhas. Aquele que nos chama atenção mais fortemente é o do senhor Michel de Montaigne. O francês é o fundador do gênero ensaístico. Seus *Essays* são imprescindíveis nas bibliotecas acadêmicas. Formam três volumes com capítulos tratando desde o uso abusivo dos perfumes, de divagações sobre a morte até a força da imaginação. Essa força criadora de mundos e seres. Não nos pretendemos elaborar um concerto epistemológico sobre a obra, nos interessa só e somente só, o capítulo 31 do primeiro livro. Esse capítulo é intitulado *Dos canibais*. Nele, Montaigne faz uma pequena reflexão sobre a América recém aquinhoadá. A publicação do volume data, de acordo com a nota preambular do autor, de 1580. O mito da Atlântida já residia nos homens da Europa. Montaigne trata de diferenciar o Novo Continente da terra absorvida pelas águas:

Não há muitos indícios, entretanto de que seja a Atlântida o Novo Mundo que acabamos de descobrir, pois quase tocava a Espanha e seria efeito incrível de inundação tê-la transportado à distância, em que se encontra, de mais de mil e duzentas léguas. Ademais os navegadores modernos já verificaram não se tratar de uma ilha (...).

Como se sabe, os franceses andaram por aqui e foram causadores de intervenções importantes em nossa cultura. Ao se autodenominar descobridor do Novo Mundo, Montaigne considerava-se também colonizador e passa ao relato que nos interessa. Afirma ter ouvido de um certo serviçal que os homens das terras de além-mar nada têm de selvagem ou bárbaro. Segue o ensaísta a fazer uma descrição dos costumes e hábitos dos indígenas: religião, organização tribal, distribuição física das aldeias, reuniões e ritos. O nosso olhar fecha-se sobre dois momentos, talvez únicos na literatura francesa: a descrição de dois cânticos tribais. O primeiro, um canto de guerra, chamando para o sacrifício de um prisioneiro:

Que se aproximem todos com coragem e se juntem para comê-lo; em o fazendo comerão seus pais e seus avós que já serviram de alimento a ele próprio e deles seu corpo se constituiu. Estes músculos, esta carne, essas veias, diz-lhes, são vossas, pobres loucos. Não reconheceis a substância dos membros de vossos antepassados que, no entanto ainda se encontram em mim. Saboreai-os atentamente, sentireis o gosto de vossa própria carne.

O Movimento Antropofágico do nosso modernismo comeu dessa fonte, numa referenciação perfeita, seguindo à risca o teor do cântico canibal. O mais fascinante é o percurso, verdadeiramente

épico, desse hino. Do Brasil embrionário vai à França. Traduzido da língua materna para o francês e agora para o português. É certo que deve se ter perdido alguma coisa, entretanto a crítica de Montaigne o eleva às mais belas formas da poesia oriundas dos gregos. E até compara-os. O cântico está inserido no texto, não vem metrificado ou dividido por estrofes, vem em forma de prosa. Montaigne nos reserva uma surpresa, porém. Dessa vez uma canção de amor:

Serpente, pára; pára, serpente, a fim de que minha irmã copie as cores com que te enfeitas; a fim de que eu faça um colar para dar à minha amante; que tua beleza e tua elegância sejam sempre preferidas entre as demais serpentes.

Segue Montaigne em sua explicação:

É a primeira estrofe e o estribilho da canção; ora, eu conheço bastante a poesia para julgar que este produto de sua imaginação nada tem de bárbaro, antes me parece de espírito anacreôntico. Aliás, a língua que falam não carece de doçura. Os sons são agradáveis e as desinências das palavras aproximam-se das gregas.

A observação quanto à língua dos americanos vem desembocar no século XIX com a tese de migração desses povos, vindos da Oceania, portanto com o tronco comum lingüístico no indo-europeu. A língua não será nosso foco. Dialogando com o conceito de referenciação poética, embasado no ensaio *Referenciação Poética e Contextualização Narrativa* do professor Anazildo Vasconcelos, faremos uma breve descrição, seguida de interrogações, do processo poético-criativo intertextual.

A GRANDE NAÇÃO BRASILEIRA VÊ A GRANDE NAÇÃO TUPI-GUARANI

As comemorações dos 500 anos de Brasil revelaram a ferida aberta sangrando da situação de nossas comunidades indígenas. Completamente abandonadas, morrendo e desaparecendo como povo, estão, como antes, entregues à dura e má sorte. A sobrevivência num Estado irresponsável é desesperançosa. No mais novo número especial da revista *Caros Amigos Literatura Marginal* (julho de 2002) há um texto escrito por duas índias terenas Káli-Arunóe e Maria Inziné, professoras em sua tribo no município de Miranda-MS. O texto é bilíngüe: português e terena. Talvez seja o primeiro texto terena publicado em sua língua original no séc. XXI. Não conheço ou-

tro.

No ensaio de Montaigne, uma das características do discurso dos pajés, se assim podemos chamá-los, é assentado em duas prerrogativas: o destemor diante do inimigo, na guerra, e o cuidar bem de suas mulheres. O texto de Káli-Arunóe e Inziné é uma apologia à segunda orientação. Seu título é O Namoro e o Casamento (Hopuné úti, Tumuneke!, em versão terena) Essa redescoberta, publicada numa revista nacional, com data e autor, baseada nas falas de um ancião, Bruno Kali-hoopenó, é significativa. A publicação pretende-se, no entanto, porta-voz dos sem-voz, daí porque Literatura Marginal.

Um outro fato deu-se em 2000, no mesmo ano das comemorações. O lançamento do livro Tarifa de Embarque, de Waly Salomão, poeta baiano trouxe algo novo, ou velho. À página 59 deparamo-nos com o poema

Cobra coral

Pára de ondular, agora, cobra coral: a fim de que eu copie as cores
com que te adornas,
a fim de que eu faça um colar para dar à minha amada,
a fim de que tua beleza
teu langor
tua elegância
reïnem sobre as cobras não corais.

Como disse antes, pretendo descrever e interrogar. Retomemos a teoria do professor Anazildo:

A referenciação poética, isto é, o fato de um poema aludir a outro, imitando-o na concepção criativa, utilizando-se de parte dele ou fazendo menção ao seu autor, não é um fenômeno moderno, ao contrário, é um recurso de que os poetas vêm se utilizando desde sempre.

O poema de Salomão está claramente ligado ao cântico de amor dos Tupis apresentado por Montaigne. É bem mais que isso: sofreu apenas um engendramento, o acréscimo de um sinônimo aqui e a supressão de um termo acolá. É flagrante a semelhança. A igualdade, melhor. Como tratar esse fato? Salomão é poeta de vanguarda, de veia reconhecida. A orelha de seu livro é assinada por Walnice Nogueira Galvão, estudiosa conceituada, senhora de pensamentos avançados e contributos aos estudos literários incomensuráveis.

Tarifa de embarque foi recebido com louvor pela crítica. Du-

as críticas o saúdam como o novo meio a mesmice. A primeira, de Manuel da Costa Pinto, vinda no caderno “Mais”, da *Folha de São Paulo*, reproduzida no sítio <http://www.secrel.com.br/jpoesia/disse-ram31.html#pinto>, lê o poema

Novelha cozinha poética

Pegue uma fatia de Theodor Adorno
Adicione uma posta de Paul Celan
Limpe antes os laivos de forno crematório
Até torná-la magra-enigmática
Cozinhe em banho-maria
Fogo bem baixo
E depois leve ao Departamento de Letras
Para o douto Professor dourar.

Sobre o poema diz o crítico:

(...) Salomão faz uma sinistra zombaria do filósofo alemão Theodor W. Adorno, do poeta Paul Celan e de teóricos que vêm estudando o que se convencionou chamar de ‘literatura de testemunho’. Adorno é o pensador judeu que afirmou que ‘escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro’, denunciando assim a falácia da autonomia das esferas da cultura e da arte em relação à materialidade da história. Celan é o poeta, também judeu, cujos versos espasmódicos, e muitas vezes herméticos, representam as descontinuidades de uma voz interior que tenta em vão reatar os fios de uma memória pessoal dilacerada. E a ‘literatura de testemunho’ é o gênero ou subgênero composto por relatos dos sobreviventes dos campos de concentração nazista, cuja importância está em explicitar a precariedade da linguagem diante da irrepresentabilidade do horror e não apenas do horror vivido pelas vítimas do Holocausto, mas de todos aqueles que viveram uma experiência traumática.

E acrescenta:

Deixando de lado o desrespeito de Waly Salomão pela memória de quem viveu o que ele não viveu, deixando de lado o mau gosto e a irresponsabilidade ética e histórica de um verso como “limpe antes os laivos de forno crematório”, deixando de lado tudo isso, é preciso dizer que viceja nesse poema um indesculpável antiintelectualismo que, como se sabe, é o fruto perverso da filosofia vitalista e irracionalista que os nazistas extraíram de Nietzsche, numa leitura equivocada que Waly Salomão deveria saber neutralizar.

Claro está que a crítica se debruça negativamente sobre o poeta, mas tenta eximi-lo: “Que fique claro: ninguém em sã consciência poderia atribuir a Waly Salomão intenções anti-semitas ou negacionistas”.

O caso de *Cobra coral* segue o mesmo veio. O holocausto indígena brasileiro, vitimador de 20 milhões de indivíduos, tem acrescentado à sua história esse fato, beirando o plágio, da referenciação poética. Os modernistas foram os mais assíduos nisso. Oswald de Andrade foi mestre ao abstrair trechos da carta de Caminha e emprestar-lhe roupas novas. Isso era sua carta, seu manifesto de, como no cântico do guerreiro, comer o alimento antigo e metabolizá-lo de maneira a dar-lhe novos contornos.

O óbvio é que não há um autor definido por Montaigne para a canção de amor. Ele ouve de outro e o atribui a toda uma coletividade. Era a tradição. Agora aproveitada pelo poeta baiano como fruto de sua escrita e fabulosa imaginação.

Acrescentemos mais um fato. Esse poema, ao ser lido por Caetano Veloso, um dos pilares tropicalistas, causou furor. Tanto que o compositor depositou-lhe música e o gravou em seu disco *Noites do Norte*, lançado no mesmo ano, em que reacende a composição afro de nosso povo, citando Joaquim Nabuco. Sem querer, pois ao que parece desconhecia o ensaio de Montaigne, o baiano serve de portavoz dos povos indígenas brasileiros que como disse o crítico Manuel da Costa Pinto “viveram experiências traumáticas”, assim como os judeus.

A crítica e a sociedade, por omissão ou ignorância, como no caso do indianismo romântico, não se pronunciou sobre o fato. Nem Salomão, nem Veloso foram argüidos por essa investida contra a incendiada tradição indígena brasileira. Não se pode pedir muito, entretanto, num país em que a memória é morta e sepultada diariamente por arautos e senhores do novo. Lamenta-se, ou lamentamos, que a festa ofusque a História, o pão e o circo, em migalhas, se sobreponham ao pensar.

Não pretendemos, como foi visto, enveredar epistemologicamente pelo fato. Quisemos apresentar um fato isolado gerador de perguntas, fomentador de dúvidas. Dois conceitos tão esmiuçados como o ensaio, visto como categoria literária narrativa e a referenciação poética, exterminadora, na pós-modernidade, do conceito de plágio, não poderiam ser tratados em tão poucas linhas. Essas duas discussões têm tradições bem mais profundas e já produziram páginas bem mais brilhantes e compromissadas. Fique-nos o percurso li-

terário cumprido pelo poema *Cobra Coral* em 500 anos de andanças. Terminamos com um fato desconcertante nos apresentado por Montaigne no mesmo ensaio. Alguém pergunta a um dos índios visitantes de França o que tinha achado da cidade e o que ela lhe havia revelado, ao que responde:

(...) observaram que há entre nós gente bem alimentada, gozando as comodidades da vida, enquanto metades de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis, mendigam às portas dos outros (em sua linguagem metafórica a tais infelizes chamam 'metades'); e acham extraordinário que essas metades de homens suportem tanta injustiça sem se revoltarem e incendiarem as casas dos demais.

Chamas e silêncio!

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, Augusto dos. *Eu e outras poesias*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. (Coleção Poesia Sempre: v. 6).

BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. (Coleção Terra Brasilis: v. I).

KALI-ARUNÓE; INZINÉ, Maria. *O namoro e o casamento*. Caros Amigos, Literatura Marginal. São Paulo, nº 2, Jun. 2002.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Trad. de Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

SALMORAL, Manuel Lucena. *La Sierra de la Plata y El Dorado*. In *Nuevo e viejo mundo: textos sobre cultura hispano-americana*. Org. Manuel Morillo Caballero. Brasília: Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España en Brasil, 1996. (Colección Complementos, Serie Cultura).

SALOMÃO, Waly. *Tarifa de embarque*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da. Referenciação poética e contextualização narrativa. In *Linha de Pesquisa*. Revista de Letras da Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro, Ano II, nº 2, Abril de 2001. p. 55-101.

VELOSO, Caetano. *Cobra coral*. Caetano Veloso/Waly Salomão

[Compositores]. In: —. *Noites do Norte*. São Paulo: Universal Music, p. 2000. 1 CD. Faixa 8 (4'14).

VOLTAIRE. *Contos*. Trad. Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Documentos eletrônicos

http://cliquemusic.uol.com.br/br/Cybernotas/Cybernotas.asp?Nu_Materia=1146

http://cliquemusic.uol.com.br/zbr/waly_salomao.asp

<http://www.ig.com.br/home/igler/artigos/0,,504,00.html>

<http://www.jornalumbandahoje.com.br/edicoes/edicao23.html>

<http://www.secrel.com.br/jpoesia/disseram31.html>

<http://www.secrel.com.br/jpoesia/disseram31.html#pinto>

EM TORNO DO CONCEITO DE BRASILEIRISMOS

Karina Chrysóstomo de Sousa Nascimento (UFRJ)

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar o conceito de brasileiro empregado por alguns gramáticos e filólogos brasileiros.

Observa-se, em torno desse tema, uma questão polêmica sobre a formação de uma língua brasileira.

Alguns estudiosos, a partir das diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, consideram a existência de dois idiomas. Outros, ao analisarem as semelhanças, principalmente no plano sintático, confirmam a presença de uma única estrutura.

Destaca-se entre esses autores, a figura de Celso Cunha.

PALAVRAS-CHAVE: brasileiro, indianismo e africanismo

Este trabalho pretende refletir sobre o conceito de *brasileirismo* empregado por alguns gramáticos e filólogos brasileiros.

Observa-se, em torno desse tema, uma questão polêmica sobre a formação de uma língua brasileira.

Alguns estudiosos, a partir das diferenças entre o Português do Brasil e o de Portugal, consideram a existência de dois idiomas. Outros, ao analisarem as semelhanças, principalmente no plano sintático, confirmam a presença de uma única estrutura.

Torna-se necessário, antes de abordar os conceitos dos teóricos sobre o tema, retrocedermos ao momento de implantação do Português no nosso país.

O encontro do português (dominante) com o índio brasileiro (dominado) produziu uma situação inicial de bilingüismo, já que a língua serviu ao processo de colonização. Mais tarde, o português se sobrepôs às línguas nativas, favorecido pela fragmentação lingüística da população indígena. Durante o período colonial brasileiro, duas línguas foram descritas: o tupinambá e o cariri⁷. Contudo, a maioria das contribuições léxicas indígenas origina-se do tupi.

⁷ Nada justificaria ortografias como "kariri" ou outras estranhas à língua portuguesa visto que se trata de um termo especificamente brasileiro (**Nota do Editor.**)

No período de 1538 a 1855, a chegada dos escravos negros, originários da cultura banto e sudanesa, deu origem ao “dialetto das senzalas” – resultado do contato estabelecido entre a língua dos negros, índios e portugueses.

Esse dialeto foi seguido por um “dialeto português rural”, resultado do aportuguesamento dos africanos e da assimilação de africanismos pelo português. Esses diferentes momentos históricos trazem concepções teóricas distintas em torno do conceito de brasileiro.

Em seu livro, *Que é um brasileiro* (1987), Celso Cunha divide em cinco grupos os critérios usados para as definições propostas por nossos linguistas para brasileiroismos: critério de uso privativo, difusão geográfica, difusão social, sinonímia e origem.

O critério de uso privativo é usado por estudiosos que definem os brasileiroismos por contraste com o português europeu.

O pioneiro dos estudos sobre o português do Brasil, Visconde de Pedra Branca, distingue as duas variantes nacionais da Língua Portuguesa, através da oposição existente entre a aspereza da elocução européia e a amenidade da americana. Alguns estudiosos, como Mattoso Câmara Júnior e Silvio Elia, ao definir o termo “brasileirismo”, utilizam-se também desse critério para indicar a oposição entre o português do Brasil e o de Portugal.

O uso do critério de difusão geográfica nas definições de brasileiroismos costuma estar associado ao critério anterior. Em sentido estrito, brasileiroismos são os fatos lingüísticos pertencentes a uma determinada região do país; em sentido lato, são os elementos lingüísticos empregados em todo o país, ou em mais de um de seus estados.

De acordo com o critério da difusão social, os brasileiroismos são produto da linguagem popular, ou seja, são vocábulos que têm como origem as classes marginalizadas. Portanto são considerados, de acordo com o critério da difusão social, barbarismos ou desvios da norma culta.

O critério sinonímia foi encontrado, apenas, na definição de brasileiroismos de Jorge Guimarães Daupias (1929):

Brasileirismo será se, tendo já o objeto um nome em português, suceda darem-lhe outro os brasileiros. Fica, pois, consideravelmente reduzido o campo dos brasileirismos e limitado aos modos de dizer que não têm abonação no vernáculo antigo ou moderno. Será, portanto, a linguagem familiar, para não dizer o calão.

O critério de origem é usado para classificar os brasileirismos, a partir de uma fundamentação histórico-etimológica. Como exemplo, destaca-se Gladstone Chaves de Melo que divide os brasileirismos vocabulares em seis grupos: tupinismos, africanismos, vozes ameríndias e hispano-americanas, formações e derivações brasileiras, arcaísmos e brasileirismos quanto à significação.

Virgílio Lemos considera duas fases em que houve a dialetação do português no Brasil: fase degenerativa (corrupção do português de Portugal) e fase de reação culteranista (tentativa de reaproximação dos padrões portugueses).

Antenor Nascentes em sua obra, *O Idioma Nacional*, ratifica os estudos de Virgílio Lemos: “A expressão dialeto brasileiro serve para indicar de modo geral a variante portuguesa falada no Brasil”.

Gladstone Chaves de Melo, ao publicar *A Língua do Brasil*, afirma que a uniformidade do português do Brasil representa um sincretismo de dialetos continentais portugueses. Entre Brasil e Portugal, a *coiné* é a mesma; há, portanto, unidade.

Serafim da Silva Neto, em seu livro *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, acentua, na linguagem, o conteúdo *cultural* e não o suporte *natural*. Ao comparar o uso culto do português do Brasil e de Portugal, conclui não haver divergências que justifiquem a ruptura lingüística entre as duas nações.

Torna-se importante ressaltar alguns momentos da nossa Literatura em que o emprego de brasileirismos transformou-se em uma bandeira artística para a formação de uma identidade nacional.

No Romantismo, motivado pelo contexto histórico: independência, antilusitanismo, a questão em torno da formação de um idioma nacional começou a ser discutida a partir de alguns pressupostos teóricos. Gonçalves Dias considera que a língua é um reflexo da realidade geográfica e social de um povo, para isso, uma nova realidade exige outras palavras que possam expressá-la. José de Alencar, fundamentado na ideologia nacionalista dos românticos, aproveita a lin-

guagem indígena na poesia erudita, bem como a língua modificada pelo povo em seus romances. Ex.: “Isabel estava branca como a cambraia do seu vestido; sentia a pressão das mãos do moço nas suas e o seu hálito que vinha bafejar-lhe as faces: – Me perdoareis?” (O Guarani – José de Alencar)

O Modernismo, como movimento de ruptura, surge com a força de um estilo revolucionário que objetiva sedimentar as bases de uma identidade essencialmente nacional na língua, na literatura, na música e na pintura. Torna-se fundamental romper com o padrão lingüístico europeu e adotar um modelo nacional, representativo do uso popular brasileiro. Como exemplo, desse espírito revolucionário, podemos destacar o poema “Pronominais” de Oswald de Andrade:

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

Em relação à questão de estilo e brasileiroismo traduzidos pelos românticos, Serafim da Silva Neto define ambos como um espírito que busca traduzir uma concepção de vida através da estilização da linguagem corrente brasileira.

Renato Mendonça, *O Português do Brasil*, adota uma posição mais radical em relação aos estudiosos apresentados anteriormente. Segundo ele, nossa língua não pode ser considerada um dialeto, visto que abarca uma variedade de dialetos regionais e não é possível aceitar que o termo dialeto brasileiro seja utilizado para se referir a essa amplidão de superfícies. Além disso, a língua de Portugal diferencia-se da nossa na pronúncia, sintaxe e no vocabulário.

a) Em sua obra, considera três fases da dialetologia: Pré-história – formada por Pedra Branca, Varnhagen, Alexandre Passos, Adolfo Coelho, na qual foram elaboradas algumas notas sobre o acento brasileiro e realizados os primeiros estudos sobre brasileiroismos.

b) Histórico-etnográfica – composta por Paranhos da Silva

Macedo Soares, João Ribeiro, Pacheco Jr., Sílvio Romero, Leite de Vasconcelos, na qual houve o efetivo estudo do “dialeto brasileiro”.

c) Dialetoológica – representada pelos estudos do dialeto caipira de Amadeu Amaral e pela continuação dos estudos dos “dialetos” da língua portuguesa no Brasil.

Observa-se a existência de duas posições antagônicas para interpretar o português brasileiro, ora como uma modalidade conservadora, que reflete o português do colonizador, ora como uma modalidade inovadora, diferente em relação ao português de Portugal e por isso representativa de uma outra língua.

a) Dentre os aspectos considerados inovadorismos, pode-se destacar o emprego do pronome em alguns casos como: Preferência do pronome *dele* em detrimento do pronome *seu* relacionado à 3ª pessoa do singular.

Ex.: “Investigam o caso da morte de PC e da namorada dele.”

b) Ocorrência do pronome seu em relação à 2ª pessoa do singular, o que evidencia uma neutralização na diferença entre 2ª e 3ª pessoas do singular.

Ex.: “Tu não foi à festa, mas seu namorado foi.”

c) Emprego de sujeito pronominal de oração infinitiva no caso oblíquo.

Ex.: “Isso é para mim fazer.”

d) Substituição do pronome reto da 1ª pessoa do plural por a gente.

Ex.: A gente $\left\{ \begin{array}{l} \text{vai} \\ \text{vamos} \end{array} \right.$

e) Tendência a despronominalização, principalmente em frases imperativas.

Ex.: “Sente.”

f) Uso do pronome oblíquo *lhe* como objeto direto – segundo Sousa da Silveira, por analogia com os pronomes *me*, *te*, *se* bem com *nos*, *vos*, que podem desempenhar a função de OD e OI, é comum o emprego do pronome *lhe* também nas duas funções.

Ex: Eu lhe vi / Eu lhe encontro.
Senhora dona da casa
Saia fora do copiad
Que os contado da ribêra
Querem todos lhe louvá.

(Gustavo Barroso, Terra de Sol, p. 237)

Ao lado dessas inovações, encontram-se certos conservadorismos que aproximam o português do Brasil do português quinhentista. Tal fato aponta para um processo de estagnação da nossa língua em oposição à evolução do português europeu.

a) Assim, certos fenômenos que parecem característicos do nosso idioma, são considerados arcaísmos: Uso do pronome pessoal reto como objeto.

Ex.: Eu amo ela / Encontrei ele doente

“El Rei mandou-o logo prender e levaram ele a Mateus Fernandes de Sevilha”. (F. Lopes – C. de Dom Fernando – cap. 46)

“É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda...” (Machado de Assis – Brás Cubas – p. 191)

b) Colocação de pronome átono em posição proclítica.

Ex.: Se sente / Me dá uma bala?
Vou fazê uma pergunta,
Me preste bem atenção: Pruque não quis aprendê
As coisas do meu sertão?

(Coisas do Meu Sertão – Patativa do Assaré)

“Me diz a verdade, você chegaria às lágrimas com um discurso de Marcelo Alencar?” (Artur Xexéo – 19/06/96)

“... a fita tinha começado, estava escuro que era um horror e dificilmente descobriram dois lugares nas cadeiras do fim. Se sentaram, ele deu um suspiro, mas do suspiro não passou.” (Raquel de Queirós – p. 20)

As definições de brasileirismos apresentadas tentam apreender uma nova realidade lingüística, organizada a partir da formação de uma consciência nacional, estabelecendo critérios de diferenciação entre o nosso português e o de Portugal.

Ao analisar tais definições, percebe-se que os estudiosos têm encontrado dificuldade para chegar a uma definição consensual em torno do conceito de brasileirismo. Cada definição privilegia um determinado

critério, que pode ser considerado antagonico em relação ao outro.

A colocação dos pronomes pode ser considerada como item de distinção entre o Português do Brasil e o de Portugal.

Na posição de sujeito, o quadro pronominal é o seguinte:

Eu
Tu – você – eles
Nós – a gente
Eles

Observa-se a neutralização na linguagem cotidiana, principalmente carioca, entre a 2ª e 3ª pessoas do singular. Nesse caso, a concordância verbal obedece a conjugação de 3ª pessoa do singular.

Na linguagem oral, é freqüente, também, o emprego do pronome oblíquo *mim* na função de sujeito de verbo no infinitivo – particularidade do nosso idioma em relação ao de Portugal.

Mas, ao mesmo tempo em que nossa língua aponta para uma revolução, observa-se nela a conservação de padrões lingüísticos do português arcaico.

Mais uma vez, surge a pergunta: – o português do Brasil e o português de Portugal são línguas distintas ou ambas integram uma grande unidade que não exclui a variedade?

BIBLIOGRAFIA

BOLÉO, M. de Paiva. *Brasileirismos*. Coimbra: Coimbra, 1943.

CUNHA, Celso. *Que é um brasileiro?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

DAUPIÁS, Jorge Guimarães. *O dicionário da Academia Brasileira*. Lisboa, 1929.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

MELO, Gladstone C. de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

**ESCRITÓRIO MODELO DE TRADUÇÃO
ANA CRISTINA CÉSAR
UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA**

*Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro (UERJ)*⁸

RESUMO

A presente comunicação apresenta um breve histórico do recente *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* do Instituto de Letras da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – que, trabalhando em perspectiva amplamente universitária, desenvolve atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de acervo próprio e linhas de pesquisa correlatas.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução; Língua; Literatura

O *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* do Instituto de Letras da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – trabalha em perspectiva amplamente universitária, desenvolvendo atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Foi criado a partir de Grupo de Trabalho, instituído em 1998, e vem abrindo frentes, até então não trilhadas, para docentes, pesquisadores e alunos dos cursos de Inglês, Espanhol, Francês, Italiano e Alemão do IL/UERJ, no que diz respeito aos Estudos de Tradução.

O primeiro produto concreto do Grupo de Trabalho do *Escritório* foi a oferta, após aprovação e oficialização em diferentes instâncias da Universidade, de suas disciplinas eletivas de *Introdução aos Estudos de Tradução I e II* nas cinco línguas estrangeiras citadas. Tais disciplinas representam para a comunidade acadêmica do Instituto de Letras a culminância não só de um esforço acadêmico dos docentes / *Escritório Modelo de Tradução* / Setores Acadêmicos envolvidos, mas também, a concretização sistêmica de um projeto estratégico de avanço da Graduação, há muitos anos almejado.

As disciplinas, além de inovadoras no IL/UERJ, abriram novos horizontes no mercado de trabalho do mundo contemporâneo para o graduando / graduado em Letras na UERJ. Com base em levantamentos de opinião internos (avaliação diagnóstica), foram planeja-

⁸ Trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de Lingüística e Filologia (agosto de 2002).

das em torno de expectativa dos Estudantes do Instituto de Letras.

No ano de 1999 o Projeto do *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* foi um dos únicos dois Projetos de Universidades Públicas Estaduais a ganhar o prêmio do *Programa Especial de Apoio a Projetos Destinados à Modernização e Qualificação do Ensino Superior Público* proposto pelo Ministério da Educação (MEC) através de sua Secretaria Superior de Educação (SESU).

Entretanto, a impossibilidade do pagamento do prêmio por parte do MEC / SESU levou a Coordenação do *Escritório*, no ano de 2001, a inscrevê-lo no *Programa de Apoio às Entidades Estaduais: Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UERJ – Auxílio à Pesquisa da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa (FAPERJ) – fomento com o qual foi novamente contemplado.*

Com o fomento recebido da FAPERJ o *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* pôde, então, fazer suas primeiras aquisições bibliográficas – como dicionários bilíngües e técnicos, gramáticas, enciclopédias, obras de referência em tradução – além de alguns equipamentos e recursos de informática necessários para sua rotina e para os trabalhos de tradução e/ou versão que presta às comunidades interna e externa da UERJ.

À guisa de exemplo, citamos, a seguir, alguns Dicionários e Gramáticas adquiridos pelo *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* com o Auxílio à Pesquisa concedido pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

LÍNGUA ALEMÃ

Dicionários

- 1 – CD Rom – Warig Deutsches (Alemão / Alemão)
- 2 – DUDEN (Alemão / Alemão)
- 3 – Langenscheidts Grosswörterbuch
- 4 – Dicionário de Português / Alemão. Porto Editora

Gramática

1 – DUDEN 4 Die Grammatik

LÍNGUA INGLESA

Dicionários

1 – Random House Webster's Unabridged: Random House – em CD-ROM.

2 – Longman Interactive English Dictionary: Longman – em CD-ROM

3 – Webster's Portuguese-English Dictionary. TAYLOR, James L. Rio de Janeiro: Record, 1970.

4 – The Oxford-Duden Pictorial Portuguese and English Dictionary. Oxford: Clarendon Press, 1992.

Gramática

1 – Collins Cobuild English Grammar. London: Harper Collins, 1990.

LÍNGUA ESPANHOLA

Dicionários

1 – Diccionario de uso del español. María Moliner. Gredos. 02 vol

2 – Diccionario de usos y dudas del español actual. José Martínez de Souza. España: VOX-Bibliograf

3 – CLAVE (CD-ROM) Diccionario de uso del español actual. Madrid: SM. 2000.

4 – Diccionario Real Academia Española – 2 tomos (Tapa)

5 – Diccionario Normativo y guía práctica de la lengua española. Francisco Mará. Barcelona: Ariel Lingüística.

LÍNGUA FRANCESA

Dicionários

- 1 – L' argus Des Mots: 150 Mots et expressions d'usage courant et leurs 5000 synonymes. MERLE, Pierre.
- 2 – Dictionnaire de l'argot et de ses origines. COLIN, Jean – PAUL Et Autr.
- 3 – Dictionnaire des expressions et locutions (Coll. Les Usuels / Le Robert) REY, Alain Et CHANTREAU, Sophie.
- 4 – Dicionário de francês / português. Porto: Porto Editora.
- 5 – Dicionário de português / francês. Porto: Porto Editora.

LÍNGUA ITALIANA

Dicionários

- 1 – Dizionario completo portoghese – italiano. Spinelli/ Cassasanta
- 2 – Dizionario completo italiano – portoghese. Spinelli/ Cassasanta
- 3 – Dizionario essenziale delle forme flesse-Ortografia. Zanichelli. A .A . V.V.-
- 4 – In bocca al lupo! Espressioni idiomatiche. Guerra DI NATALE/ZACCHEI

Gramática

- 1 – Nuova grammatica della lingua italiana, IL Dardano Mauricio // Trif Zanichelli Editore.

LÍNGUA PORTUGUESA

Dicionários

- 1 – Dicionário houaiss da língua portuguesa
- 2 – Dicionário aurélio século XXI – grande
- 3 – Dicionário prático de regência nominal / Celso Pedro Luft
- 4 – Dicionário prático de regência verbal / Celso Pedro Luft

Gramáticas

1 – Nova gramática do português contemporâneo. Celso Cunha

2 – Moderna gramática portuguesa / Evanildo Bechara.

- a) Vale ressaltar, ainda, que dentro da sua proposta de trabalho o *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* tem como principais objetivos: realizar pesquisas de caráter interdisciplinar, na área dos Estudos de Tradução;
- b) criar um Banco de Dados no sentido de sistematizar o conhecimento no âmbito científico e cultural;
- c) desenvolver intercâmbio cultural e científico no campo do ensino da pesquisa e da extensão;
- d) promover debates, seminários, encontros, cursos, publicações e outros eventos;
- e) formar quadros competentes na área de Tradução, através de cursos específicos e da orientação de estagiários e bolsistas;
- f) prestar serviços, assessoria e consultoria a instituições públicas ou privadas, bem como a organizações da sociedade civil, sobre as temáticas desenvolvidas no *Escritório*;
- g) apoiar e subsidiar as atividades desenvolvidas pelos Departamentos da Universidade, relacionadas a assuntos afins ao *Escritório*;
- h) promover o estudo e a pesquisa das línguas, culturas e literaturas estrangeiras modernas envolvidas.

Todo o trabalho de Pesquisa desenrola-se através de linhas de pesquisa constituídas por projetos com características teóricas ou metodológicas afins. Concluídos, outros deverão se estruturar em torno das linhas de pesquisa ou eixos temáticos existentes. Poderão ser criadas, substituídas ou suprimidas linhas de Pesquisa após a conclusão dos projetos.

- No momento são as seguintes: A análise do discurso no âmbito da língua inglesa;
- Diálogos Interculturais na recepção das letras neolatinas no Brasil;

- O olhar e a voz do outro nas literaturas de língua inglesa.

A partir das linhas, a Professora Doutora Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro propôs a organização de um Grupo de Pesquisa – *Discurso e Estudos da Tradução* – liderado por ela. O Grupo faz parte do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (GRPesq / CNPq) e se encontra cadastrado desde o ano 2000, tendo sido reconhecido em 2002 no GRpesq 5.0. Dele fazem parte 12 professores e 8 estudantes.

São membros do *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* os docentes do Instituto de Letras da UERJ, vinculados ao projeto através da participação em seus trabalhos de docência, pesquisa, Orientação de Estudos, Pesquisa e/ ou de Atividades de Extensão.

Quanto ao corpo discente, o *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* possui 1 bolsista de Língua Inglesa, 1 de Língua Alemã, 2 de Língua Espanhola, 1 de Língua Francesa e 1 de Língua Italiana vinculados ao Escritório, através do Estágio Interno Complementar (EIC) – Modalidade de Bolsa UERJ, além de alguns voluntários.

O *Escritório* conta ainda com uma bolsista / funcionária contratada através do PROATEC (Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ).

- a) Em seu período de Estágio no *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* as atividades desenvolvidas pelos bolsistas são: elaboração supervisionada de traduções;
 - b) organização supervisionada de material didático a ser utilizado nas disciplinas de *Introdução aos Estudos da Tradução I e II*;
 - c) participação em projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes do Escritório;
 - d) participação supervisionada em eventos que requeiram tradução.
- a) O sistema de avaliação dá-se da seguinte forma: reuniões

semanais com o orientador;

- b) elaboração de relatório de atividades;
- c) verificação de assiduidade;
- d) cumprimento de prazos;
- e) apresentação e qualidade do trabalho traduzido;
- f) observação da habilidade do bolsista na resolução de problemas.

O *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* desde sua inauguração em 1999 presta serviços de tradução e/ou versão para as comunidades interna e externa da UERJ, além de outras instâncias. Os resultados obtidos pelo *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* já podem ser vistos pela nossa comunidade e de certa forma comemorados pelo Grupo de Trabalho que vislumbrou e acreditou na potencialidade do Projeto.

Seguem-se alguns dos serviços já prestados pelo *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* às comunidades interna e externa da UERJ:

*Traduções e versões
elaboradas para as comunidades interna e externa da UERJ:
Comunidade Interna*

- 2002 – SR-2 / Departamento de Cooperação Internacional:** versão para o Inglês do Convênio de Cooperação Cultural entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a L' Università Cà Foscari Venezia – Veneza / Itália.
- 2002 – Cadernos [Syn]Tesis:** versão para o Francês para publicação de treze resumos técnicos de professores da Universidade.
- 2002 – DECULT – Departamento Cultural da UERJ:** versão para o Francês de um texto para uma Publicação/Comunicação em um Seminário na França.
- 2001 – RIEP – Revista Internacional de Estudos Políticos:** tradução e versão para o Alemão, Inglês, Espanhol, Francês e Italiano dos artigos da Revista.

2001 – COMUNS – Diretoria de Comunicação Social: versão para o Espanhol do Site da UERJ.

2000 – Programa de Intercâmbio Acadêmico Cultural Contemporâneo Brasil / Japão: versão para o Inglês do abstract da palestra do Professor Dr. Y. Nakaoka

Comunidade Externa

2002 – 2000 – Academia de Bombeiros Dois de Julho / RJ: tradução do Espanhol do *Manual de Proteção contra Incêndio*. O presente trabalho encontra-se ainda em andamento devido sua grande extensão (1.500 páginas).

2001 – Secretaria Municipal de Educação / Empresa Municipal de Múltiplos – MULTIRIO: versão para o Alemão, Inglês, Espanhol, Francês, e Italiano da frase "Crianças na Idade da Mídia" para um vídeo mostrado em um Encontro, nos Estados Unidos, representando a Cidade do Rio de Janeiro.

2001- NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura: tradução do Inglês de um artigo publicado na *Revista Espaço e Cultura*.

Além disso, o *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* têm participado e promovido diferentes eventos no âmbito do Instituto de Letras.

Eventos realizados pelo

Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César

- Palestras e Mesas: **2002 – Mesa Redonda: "Estudos de Tradução no IL: avanços e perspectivas – 1998 – 2002"**
- 2002 – Mesa Redonda: "Um caso de Tradução Indireta: a experiência da tradução espanhol-português do *Manual de Protección contra Incendios*."
- 2002 – "Traducción asistida"

Palestra ministrada pela Professora *Meritxell Almarza Bosch*

- 2002 – "Traducción subtitulada"

Palestra proferida pela Professora *Mónica Baña Alvarez*

- 2002 – "Diferencias gramaticales entre el portugués y el español"

Palestra ministrada pela Professora *Edilaine de Aguiar*

- 2001 – Seminário: "As Margens da Tradução"

Realização: Programa de Pós-Graduação / Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César.

- 2001 – "Tradução de Textos Literários: Dois Exemplos"

Palestra ministrada pela Professora *Maria de Lourdes Martini*

- 2000 – "Introdução aos Estudos de Tradução I"

Palestra ministrada pela Professora *Isa Mara Lando*

- 2000 – "Introdução aos Estudos de Tradução II"

Palestra ministrada pelo Presidente do SINTRA – Sindicato Nacional dos Tradutores e da ABRATES – Associação Brasileira de Tradutores *Guilherme José Abrahão*

- 2000 – "Introdução aos Estudos de Tradução I"

Palestra ministrada pela Professora Emérita da UERJ *Marcella Mortara*

- 2000 – "Introdução aos Estudos de Tradução I"

Palestra ministrada pela Professora *Eliane Zagury*

- 1999 – "A Tradução Literária"

Palestra ministrada pelo Professor *Jorge Eduardo F. O. Wanderley*

Cursos ministrados pelo Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César do Instituto de Letras da UERJ

- 2002 – *Dificultades en la traducción del portugués al español*

Ministrado pelo Professor *José Luiz Sánchez*

- 2001 – O Programa *Trados Translator's*

Ministrado pelo Primeiro Secretário da ABRATES – Associação Brasileira de Tradutores *Wagner Fracassi*

O trabalho desenvolvido pelo *Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César* em vários momentos mostrou-se primordial para o crescimento da Universidade e também de seus docentes, discentes e pesquisadores.

Diante dessa trajetória, o Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César planeja, em breve, a criação de uma nova Habilitação de Graduação no Instituto de Letras e, a médio prazo, discutir o planejamento de um curso de Especialização na área.

GLOSSÁRIO DO LIVRO *ESPUMAS FLUTUANTES*

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB)

RESUMO

Glossário do livro de poesias denominado *Espumas Flutuantes* do poeta baiano Antônio de Castro Alves, cuja primeira edição saiu publicada em 1870, na cidade de Salvador.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia, Lexicologia, glossário.

INTRODUÇÃO

O glossário é um trabalho de cunho filológico que tem o propósito de elucidar o sentido exato de vocábulos desconhecidos e não usuais que aparecem num texto escrito. Por conseguinte, ele difere do dicionário por ser resultado de uma investigação semântica sobre o discurso e não sobre a “língua”.

Esse esclarecimento se faz necessário porque o objetivo desta pesquisa foi exatamente este, o de tornar acessível o livro *Espumas Flutuantes* para o leitor comum mediante a elaboração de um glossário que tivesse a intenção de possibilitar uma leitura inteligível, fluente e mais produtiva daquela que é considerada a obra mais lida e popular do poeta baiano Antônio de Castro Alves.

Para a elaboração deste trabalho privilegiou-se uma edição do livro *Espumas Flutuantes* que seguisse a *editio princeps*, razão pela qual optou-se pela edição inserida em *Obras Completas de Castro Alves*, uma publicação organizada por Eugênio Gomes e que constitui o número 18 da Coleção Brasileira da Biblioteca Luso-Brasileira.

O texto escolhido, importante se faz observar, foi estabelecido após meticulosa consulta a todas as edições da obra do poeta, o que garante a autenticidade do léxico aqui registrado.

Quanto à organização dos itens lexicais, cabe esclarecer que cada vocábulo, disposto em ordem alfabética, aparece, após a sua elucidação, seguido do comentário etimológico, e, por último, do número da página da qual foi recolhido em relação ao livro supracitado.

PARTE EXPOSITIVA

A

- ABETO**, s.m. Espécie de pinheiro europeu. [Do lat. *abete*] p. 127.
- ACRE**, adj. Azedo. [Do lat. *acer, acris*] p. 159.
- ADEJAR**, v. Esvoaçar. [Do lat. *ala + -ejar*] p. 88.
- ADELGAÇAR**, v. Clarear, limpar. [Do lat. *delicatiare*] p. 100.
- AGRESTE**, adj. Campestre. [Do lat. *agreste*] p. 75.
- ALABASTRINA**, adj. Branco como o alabastro. [Do gr. *alâbastros + -ina*] p. 123.
- ÁLAMO**, s.m. Espécie de árvore. [Do lat. *almus*] p. 87.
- ALAMPADÁRIO**, s.m. Candelabro; lustre com várias lâmpadas pendentes. [De *alâmpada*] p. 170.
- ALBERGUE**, s.m. Casa em que se recolhem por caridade mendigos menores, etc. [Do germ. *Herberg*] p. 176.
- ALCANTIL**, s. m. Rocha talhada a pique [De *a- + cantil*, deriv. de canto] p. 126.
- ALCOUCE**, s.m. Casa pública de prostituição, lupanar, bordel. [Do ár. *alkaus*] p. 194.
- ALCOVA**, s.f. Quarto. [Do ár. *al-qubba*] p. 100.
- ALFOMBRA**, s.m. Tapete. [Do ár. *al-khomra*] p. 79.
- ALGURES**, adv. Em algum lugar [Do provenc. *Alhors*] p. 180.
- ALJOFRAR**, v. Orvalhar. [Do ár. *al-jauhar*] p. 131.
- ALMÍSCAR**, s.m. Substância cheirosa proveniente da secreção de glândula ventral de certo ruminante asiático. [Do ár. *al-misk*] p. 189.
- ALMO**, adj. Criador. [Do lat. *almus*] p. 168.
- ALQUIMISTA**, s.m. Indivíduo que pratica a alquimia. [Do ár. *al-kimia*] p. 168.
- AMARÍLIS**, s.f. É uma pastora de Virgílio nas *Bucólicas*. [Do lat. *amaryllis*] p. 101.
- ÂMBAR**, s.m. Substância resinosa e aromática, mole como cera. [Do ár. *anbar*] p. 126.
- AMBROSIA**, s.f. Alimento sólido dos deuses; comida deliciosa [Do lat. *ambrósia*] p. 163.
- ANELO**, s.f. Aspiração, desejo. [Do lat. *anhelum*] p. 90.
- ANFITRITE**, s.f. Nome da deusa do mar na mitologia greco-romana. [De anfitrite] p. 200.
- ÂNFORA**, s.f. Vaso de duas asas e fundo pontegudo, usado para armazenar azeite, vinho, água, etc. [Do lat. *amphora*] p. 102.
- ANTISTE**, s.m. Chefe; superior; presidente. [Do lat. *entistes*] p. 102.
- ANTRO**, s.m. Cova profunda e escura. [Do lat. *antrum*] p. 110.
- ARAPONGA**, s.f. Pássaro do Brasil de canto estridente como de um malho que bate numa bigorna. [Do tupi *wi'rá pōga*] p. 206.
- ARAUTO**, s.m. Mensageiro, proclamador. [Do francês *heriald* pelo fr. *héraut*] p. 78.
- ARCANJO**, s.m. Uma das ordens em que se dividem os espíritos celestes, logo acima de anjos. [Do lat. ecles. *archangelus*] p. 104.
- ARDENTIA**, s.f. Fosforescência do mar, à noite. [Do lat. *ardente + -ia*] p. 153.
- ARGENTINA**, adj. Que tem timbre fino como o da prata. [Do lat. *argentum + -ina*] p. 96.
- ARMINHO**, s.m. Pele de um mamífero de pêlos macios e extremamente alvos. [Do lat. *arminus*] p. 122.
- ARQUEJAR**, v. Respirar com força e dificultosamente arqueando o peito, arfar, ofe-

- gar. [Do lat. *arcu* + *-ejar*] p. 106.
- ARREBOL**, s.m. A coloração afogueada do céu ao nascer e ao pôr do sol. [De *a-* + *rubore*, do lat.] p. 92.
- ARREGAÇAR**, v. Puxar para cima, enrolando-se ou enrugando-se. [De *a-* + *regaço* + *-ar*] p. 173.
- ARRIEIRO**, s.m. Muladeiro, pessoa que toma conta de uma tropa [Da interj. *arre!* + *-eiro*] p. 205.
- ARROJAR**, v. Lançar, arremessar. [Do esp. *arrojar*] p. 81.
- ARROJO**, s.m. Ato de lançar com força e ímpeto. [De *arrojar*] p. 81.
- ARROUBADA**, Arrebatado por altas emoções que levam a um deslumbramento de coisas superiores, divinas; enlevada, extasiada. [Do v. *arroubar*] p. 191.
- ASFALTITA**, s.f. Nome pelo qual também é conhecido o mar Morto. [Do gr. *asphaltos* + *-ite*] p. 89.
- ASINHA**, adv. Depressa, rapidamente. [Do ital. *agina*] p. 204.
- ASPÁSIA**, s.f. Cortesã grega amante de Péricles, bonita, espirituosa e culta, amiga e protetora das Artes. p. 136.
- ASSAZ**, adv. Suficientemente, tanto quanto preciso. [Do lat. *ad satiem*] p. 138.
- ATALAIA**, s.f. Sentinela, vigia. [Do ár. *at-talai'a*] p. 141.
- ÁTILA**, s.m. Pessoa cruel, feroz; destruidor. [Do nome próprio do Rei dos Hunos] p. 96.
- ATROZ**, adj. Que não se pode suportar. [Do lat. *atrox*] p. 177.
- AUGUSTA**, adj. Venerável; majestosa. [Do lat. *augustus*] p. 83.

B

- BACANTE**, s.m. Mulher lúbrica e despudorada, em estado de embriaguez. [Do nome da sacerdotisa de Baco] p. 173.
- BALBUCIAR**, v. Pronunciar imperfeitamente e hesitado. [Do lat. *balbutire*] p. 123.
- BALOUÇO**, s.m. Balanço. [Do sânsc. *bal* — v. abalar] p. 173.
- BÁLSAMO**, s.m. Resina; perfume; (fig.) lenitivo. [Do hébr. pelo gr. *balsamon*] p. 134.
- BARAÇO**, s.m. Corda delgada e forte; fio; cordel. [Do ár. *maras*] p. 114.
- BÁRATRO**, s.m. Abismo. [Do gr. *báraithron*] p. 105.
- BARDO**, s.m. Poeta. [Do lat. *bardus*] p. 81.
- BATEDOR**, adj. Precursor. [Do lat. *battuere* + *-dor*] p. 127.
- BIZARRO**, adj. Esquisito. [Do basco *bizarro*] p. 102.
- BLASFÊMIA**, s.f. Ofensa por palavras às cousas sagradas. [Do lat. ecles. *blasphemia*] p. 100.
- BLÁSFEMO**, adj. Aquele que blasfema. [Do lat. *blasphemus*] p. 180.
- BONINA**, s.f. Certa flor dos campos. [De *bona* + *-ina*] p. 102.
- BOQUIABERTO**, adj. Que tem a boca aberta. [De *boqui-* + *aberto*] p. 147
- BORDÃO**, s.m. Espécie de vara que serve de apoio ou arrimo; bastão [Do fr. *bourdon*] p. 127.
- BORDEL**, s.m. Lugar de devassidão, casa de prostituição, prostíbulo, lupanar, [Do provenc. *bordel*] p. 163.
- BORÉ**, s.m. Trombeta de bambu usada pelos indígenas brasileiros. [Do tupi *bo're*] p. 127.
- BRASIDO**, s.m. Grande quantidade de brasa; calor intenso do fogo. [De *brasa* + *-ido*] p. 176.
- BRIARÉUS**, s.m. Gigante que tinha cem braços. [Do lat. *Briareus*] p. 91.
- BRIDA**, s.f. Rédea, freio. [Do fr. *bride*] p. 205.

BRIO, s.m. Sentimento da própria dignidade. [Do celta *brigos*] p. 110.

C

CABITO, s.m. Sítio dos arredores de Salvador onde foi decidida a guerra da independência, na Bahia, em 1823. p. 93.

CALHANDRA, s.f. Pássaro canoro. [Do gr. *Kallandra*] p. 122.

CALIGEM, s.f. Nevoeiro muito denso. [Do gr. *calligo*] p. 165.

CAMBRAIA, s.f. Tecido de linho ou de algodão muito fino. [De Cambrai, cidade francesa] p. 122.

CAMPA, s.f. Lousa sepulcral. [Do lat. *campana*] p. 118.

CAMPEAR, v. Dominar, imperar. [De campo + -ear] p. 91.

CAPITEL, s.m. Parte superior da coluna. [Do lat. *capitellum*] p. 96.

CAPITÓLIO, s.m. Templo dedicado a Júpiter; (fig.) glória. [Do lat. *Capitolium*, monte e templo em Roma] p. 191.

CARDO, adj. Planta espinhosa; áspero; crespo (fig. e ant.) — s.m [Do lat. *carduus*] p. 195.

CARPIR, v. Chorar, lamentar. [Do lat. *cárpere*] p. 102.

CÃS, s.f. Cabelos brancos [Do lat. *canas*] p. 95.

CAVATINA, s.f. Canto, ária com acompanhamento de recitativo. [Do ital. *cavatina*] p. 98.

CECÍLIA, s.f. Foi a linda menina e moça adorada n' *O Guarany* de Alencar. p. 187.

CELEUMA, s.f. Algazarra, barulho, gritaria; discussão. [Do gr. *kéleuma*] p. 205.

CELUTA, s.f. A virgem e graciosa personagem de *Les Natschez* de Chateaubriand. p. 187.

CERRO, s.m. Colina. [Do lat. *cerrus*] p. 78.

CERÚLEO, adj. O mesmo que cérulo. [Do lat. *ceruleu*] p. 137.

CÉRULO, adj. Azul. [Do lat. *céruleus*] p. 101.

CEVAR, v. Engordar, nutrir. [Do lat. *cibare*] p. 173.

CHÃ, s.f. Terreno plano, planície. [Do feminino de chão] p. 130.

CHILRO, s.m. Som agudo e trinado dos pássaros. [Do cast. *Chilre*] p. 131.

CHIMBORAZO, s.m. Vulcão extinto, constitui a montanha mais alta do Equador, chamada o *Rei dos Andes*. p. 196.

CINICAR, v. Enfadar, aborrecer. [Termo muito generalizado nos meios estudantis da época] p. 192.

CINZEL, s.m. Instrumento de aço, cortante em uma das extremidades, usado principalmente por escultores e gravadores. [Do cast. *cinzel*] p. 110.

CIOSA, adj. Cuidadosa. [De cio + -osa] p. 85.

CIRCOS, s.f. Nome mitológico de uma feiticeira. [De Circe] p. 152.

CÍRIOS, s.m. Vela de cera de tamanho grande [Do lat. *cerius*] p. 89.

CISMA, s.f. Ato de cismar. [Do gr. *skisma*] p. 113.

CISMAR, v. Meditar. [Do gr. *skisma* + ar] p. 100.

CLÂMIDE, s.f. Espécie de manto usado pelos antigos grego, preso por um broche aos ombros ou ao pescoço. [Do gr. *chlamys, ydos*] p. 172.

CLAVA, s.f. Pau pesado e grosso numa das extremidades, pilão cilíndrico. [Do lat. *clava*] p. 127.

COIFA, s.f. Pequena rede em que as mulheres envolvem e suspendem os cabelos. [Do lat. *cofea*] p. 137.

COLIBRI, s.m. Beija-flor. [De uma língua das Antilhas] p. 87.

COLO, s.m. Pescoço. [Do lat. *collum*] p. 99.

COMA, s.m. Letargo; cabeleira. [Do lat. *coma*] p. 77.
CONCHEGAR, v. Acheigar, aproximar, unir, agasalhar [De com + chegar] p. 151.
CONGLOBAR, v. Amontoar; juntar em globo. [Do lat. *conglobare*] p. 179.
CONSPURCAR, v. Corromper, macular. [Do lat. *conspurare*] p. 195.
COPOS, s.m. Guarda da mão na espada. [De copa] p. 116.
CORÇA, s.f. Espécie de cabrito selvagem; veado [De corço] p. 177.
CORCEL, s.m. Cavalo veloz. [Do esp. *corcel*] p. 140.
CORRUCHÉU, s.m. Torre que coroa um edifício. p. 140.
COXIM, s.m. Almofada que serve de assento; espécie de sofá sem costas. [Do fr. *coussin*] p. 114.
CREPITAR, v. Faiscar; estalar. [Do lat. *crepitare*] p. 85.
CRISÁLIDA, s.f. Lagarta, ninfa. [Do gr. *khrysalis*] p. 92.

D

DÉDALO, s.m. Nome de qualquer lugar de difícil saída. [De Daidalos, nome do mitológico arquiteto que construiu o famoso Labirinto de Creta] p. 105.
DELAMBER-SE, v.p. Lamber o corpo ou parte dele. [De + lamber] p. 172.
DENTAR, v. Fazer dentes num instrumento qualquer. [Do lat. *dentiri*] p. 92.
DERROCAR, v. Desmoronar; derribar. [Do cat. *roca* + de-] p. 116.
DESCAMPADO, adj. Lugar sem árvores, plano. [Do lat. *Campu* + des- ... -ado] p. 101.
DESGRENHAR, v. Despentear; emaranhar os cabelos. [Do celt. *green* + des- ... -ar] p. 194.
DESNUDA, adj. Nua, despida. [Do lat. *nudus* + des-] p. 136.
DESPITADA, adj. Ressentida, zangada. [De despitare] p. 124.
DESTRA, s.f. A mão direita. [Do lat. *dextra*] p. 152.
DESVAIRADO, adj. Louco, insano. [De desvairar] p. 102.
DESVELO, s.m. Cuidado, carinho, dedicação [De desvelar] p. 141.
DETENÇA, s.f. Demora, delonga. [De deter] p. 180.
DEVESA, s.f. Alameda que limita um terreno; passagem. [Do lat. *defensa*] p. 11.
DIADEMA, s.m. Coroa, resplendor, halo. [Do gr. *diadema*] p. 120.
DOGE, s.m. Magistrado superior nas Repúblicas de Veneza e Gênova. [Do ital. *doge*] p. 157.
DÓRICO, adj. Diz-se de uma das ordens clássicas de arquitetura caracterizada pela sobriedade, ausência de bases, etc. [Do gr. *dorikós*] p. 77.
DOSEL, s.m. Sobrecéu; armação saliente, forrada e franjada, que se coloca como ornato sobre altares, tronos, camas, etc. [Do lat. *dosselum*] p. 164.
DRÍADE, s.f. Ninfa dos bosques. [Do gr. *dryas*] p. 102.

E

ELOÁ, s.f. Nascida de uma lágrima de Cristo, do poema homônimo de Vigny (1924) é a mulher-anjo que se comove ao pranto de Satan. p. 105.
EMBALDE, adv. Em vão, inutilmente. p. 75.
EMBALSAMAR, v. Impregnar de perfumes. [Do hebr. *besem*] p. 88.
EMBUÇAR, v. Disfarçar; encobrir. [De em- + buço + -ar] p. 115.
EMPIREO, s.m. Morada dos deuses; lugar dos santos; céu. [Do gr. *empyreu*] p. 107.
ENCAPELAR, v. O levantar e encrespar das águas do mar. [De en- + capelo + -ar] p. 115.
ENCÉLADO, s.m. O mais poderoso dos ciclopes (gigantes) que se revoltaram contra

Júpiter e que por Zeus transformou-se em vulcão, cujas chamas e explosões eram os esforços que o gigante fazia para libertar-se. Frequentemente evocado na poesia romântica. [Do gr. *engkelados*] p. 115.

ENLEIO, s.m. Encanto, êxtase. [De enlear] p. 103.

ENSEIBAR, v. Amargar. [?] p.147.

EÓLIA, s.f. Relativo a Eólia (Grécia) ou eólio (vento). p. 172.

ÉOLO, s.m. Vento forte; rápido. [Do lat. *aéolus*] p. 77.

EPITÁFIO, s.m. Inscrição tumular; elogio fúnebre. [Do lat. *epitaphius*] p. 119.

ERICHADA, adj. Encrespada; arrepiada. [Do lat. *ericus*] p. 154.

ERRADO, adj. Transviado; desviado, afastado do caminho certo. [De errar] p. 161.

ERVAÇAL, s.m. Terra onde há muita erva; pastagem. [Do lat. *herba* + -çal] p. 206.

ERVADA, adj. Envenenada com erva. [Do lat. *herba* + -ada] p. 127.

ESCARCÉU, s.m. Agitação das ondas. [Do cast. *escarceo*] p. 127.

ESCOLHO, s.m. Rochedo à flor das águas, recife; (fig.) obstáculo; perigo. [Do lat. *escopulus*] p. 152.

ESCOPRO, s.m. Cinzel. [Do lat. *scalprum*] p. 111.

ESCÓRIA, s.f. Fezes; restos. [Do lat. *escoria*] p. 196.

ESCORRER, v. Vazar, gotejar. [De *es*- + correr] p. 140.

ESCRÍNIO, s.m. Guarda-jóias; cofre. [Do lat. *scrinium*] p. 86.

ESCUMA, s.m. Conjunto de bolhas à superfície de um líquido que se agita. [Do germ. *skuma*] p. 166.

ESGAR, s.m. Trejeito; gesto de escárnio. [Do fr. ant. *esgard*] p. 180.

ESGUEIRAR, v. Fugir. [Corr. de esguardar] p. 127.

ESMO, A — loc. adv. Ao acaso; à toa . [De esmar] p. 130.

ESPADANAR, v. Deixar cair em borbotões. p. 206.

ESPÁDUA, s.f. Ombro; omoplata. [Do lat. *spatula*] p. 113.

ESPALDA, s.f. O mesmo que espádua; a parte superior do dossel. [Do lat. *spatula*] p. 188.

ESPANADAR, v. O mesmo que espadanar, expelir em borbotões, repuxar. p. 202.

ESPATOS, s.m. Haste das palmas que ficam no tronco da palmeira. p. 188.

ESPAVORIDO, adj. Apavorado, amedrontado. [De espavorir] p. 180.

ESPECTRO, s.m. Fantasma, visão. [Do lat. *spectrum*] p. 95.

ESPLANADA, s.f. Terreno descoberto; planície; terreno plano e amplo, na frente de fortificações ou de um edifício. [Do ital. *spinata*] p. 115.

ESPRAIAR, v. Estender. [De praia] p. 75.

ESQUÁLIDA, adj. 1. Suja; 2. Magra e pálida. [Do lat. *squalidus*] p. 108.

ESQUIVAR, v. Evitar, fugir [De pessoas ou coisas que nos ameaçam ou desagradam] p. 186.

ESTATUÁRIO, s.m. Aquele que faz estátuas; escultor. [Do lat. *estatuarius*] p. 167.

ESTERTOR, s.m. Respiração difícil e ruidosa. [Do lat. *stertere*] p. 114.

ESTILETE, s.m. Punhal de lâmina fina quase sempre triangular. [Do lat. *stilum*] p. 89.

ESTÓRICO, s.m. Que se refere ao estoicismo, partidário do estoicismo. [Do lat. *stoicus*] p. 128.

ESTOSO, adj. Agitado, tempestuoso, ardente, o mesmo que estuoso. [Do lat. *aestuosos*] p. 101.

ESTRADIVÁRIO, s.m. Violino preciosíssimo fabricado pelo italiano Stradivarius. p. 206.

ESTRUGIR, v. Atroar; vibrar com estrondo. [Do ital. *struggere*] p. 127.

ESTUAR, v. Agitar-se. [Do lat. *aestuar*] p. 85.

ESVELTO, adj. O mesmo que esbelto; elegante. p. 130.
ÉTER, s.m. Atmosfera, ar. [Do gr. *aithér*] p. 100.
EUFÓRBIA, s.f. Gênero de plantas, de suco amargo e cáustico. p. 134.

F

FA NAL, s.m. Farol. [Do cast. *fanal*] p. 89.
FADÁRIO, s.m. Fado, sorte, destino talhado por poder sobrenatural. [De fado] p. 174.
FALENAS, s.f. Mariposa; borboleta. [Do gr. *phalaina*] p. 84.
FANADO, adj. Murcho. [De fanar] p. 95.
FARFALHAR, v. Rumorejar; fazer algazarra. [Do cast. *farfallar*] p. 119.
FERAL, adj. Fúnebre. [Do lat. *feralis*] p. 83.
FIBRA, s.f. Energia, firmeza de caráter; valor moral. [Do lat. *fibra*] p. 206.
FLAMA, adj. Chama; ardor; vivacidade. [Do lat. *flamma*] p. 153.
FLAMÍGERO, adj. Que traz, que produz chama. [Do lat. *flammiger*] p. 120.
FLOCO, s.m. Conjunto de filamentos sutis que esvoaçam e cai lentamente. [Do lat. *floccus*] p. 153.
FLUX, s.m. Fluxo; a – : aos jorros, em grande abundância [Do lat. *fluxus*] p. 102.
FORASTEIRA, adj. Estrangeira, peregrina. [Do ital. *forastiere*] p. 75.
FRAGUEDO, s.m. Série, continuação de rochas escarpadas. [De fraga] p. 140.
FRANÇAS, s.f. Os ramos mais altos das árvores; copa. [Do lat. *frons, frendis*] p. 162.
FUGAZ, adj. Rápido, veloz. [Do lat. *fugax*] p. 138.
FULA, adj. Encolerizado; zangado; irritado. [Bras.] p. 206.
FULGIDO, adj. Brillhante, esplêndido. [Do lat. *fulgidu*] p. 148.
FURNA, s.f. Caverna, gruta; antro. [Do lat. *furnus*] p. 131.
FUSTIGAR, v. Bater com vara; castigar; maltratar. [Do lat. *fastigare*] p. 140.

G

GALGO, s.m. Cão de origem gaulesa, magro, de pernas longas. p. 130.
GAZA, s.f. Tecido leve e transparente. p. 136.
GAZELA, s.f. Espécie de antílope, animal da família dos bóvidos. [Do ár. *gazal*] p. 201.
GEÓRGIA, s.f. Nome de uma das Repúblicas da Rússia e de um estado norte-americano. [Do antropônimo George] p. 114.
GINETE, s.m. Cavalo de montar; cavaleiro. [Do ár. *Zanata* ?] p. 78.
GLÁDIO, s.m. Espada de dois gumes; (fig) combate. [Do lat. *gladius*] p. 77.
GONDOLEIRO, s.m. Remador ou dono de gôndola, embarcação típica de Veneza. [Do ital. *Gondola* + -eiro] p. 98.
GRANADILHA, s.f. O mesmo que maracujá-grande. [Bras.] p. 149.
GRAVATÁ, s.m. Planta espinhosa que dá frutos ácidos. [Bras.] p. 188.
GRETADA, adj. Rachada, fendida, aberta. [Do lat. *crepitare*] p. 195.
GRUNA, s.f. Nome que nas lavras diamantíferas é dado às escavações fundas. [Bras.] p. 113.

H

HAIÉIA, s.f. A linda heroína do poema de Byron, que recolheu D. Juan, náufrago numa ilha da Grécia, apaixonando-se por ele. p. 108.
HATCHIZ, s.m. Haxixe, espécie de ópio ou maconha, narcótico. p. 134.

HETÍRIA, s.f. Mulher dissoluta na Grécia antiga; meretriz elegante e distinta, prostituta. [Do gr. *hetaira*] p. 172.

I

IDÍLIO, s.m. Pequena composição poética; amor simples e terno; sonho. [Do lat. *idylum*] p. 102.

ÍGNEA, adj. Relativo ao fogo. [Do lat. *igneus*] p. 116.

IMBELE, adj. (fig.) débil. [Do lat. *imbelis*] p. 189.

INCAUTO, adj. Que não tem cautela. [Do lat. *incautus*] p. 162.

INDÔMITO, adj. Não vencido; (fig.) arrogante; indomado. [Do lat. *indomitus*] p. 101.

INERME, adj. Indefeso, que não tem meios de defesa. [Do lat. *inermis*] p. 127.

INEXORÁVEL, adj. Inflexível. [Do lat. *inexorabilis*] p. 90.

INFANTE, adj. Que está na infância; infantil. [Do lat. *infans*] p. 82.

INFRENE, adj. Desenfreado; desordenado. [Do lat. *infrenis*] p. 119.

INSEPULTO, adj. Não sepultado. [Do lat. *insepultus*] p. 180.

ÍNVIO, adj. Intransitável. [Do lat. *invius*] p. 113.

IRRISÃO, s.f. Zombaria; escárnio; mofa. [Do lat. *irrisio*] p. 130.

J

JUNCO, s.m. Pequena embarcação oriental. [Do chin. *jonk*] p. 108.

JUNGIDO, Emparelhado; unido. [De jungir] p. 93.

L

LACERANTE, adj. Dilacerante, que rasga. [Do lat. *lacerans*] p. 173.

LAMPA, s.f. O mesmo que lâmpada, luz. [Pop.] p. 90.

LÂNGUIDO, adj. Frouxo, abatido; mórbido. [Do lat. *languidus*] p. 94.

LANGUOR, s.m. Fraco. [Do lat. *languor*; forma antiga de *langor*] p. 99.

LARVA, s.f. Lagarta. [Do lat. *larva*] p. 89.

LASCIVO, adj. Sensual, libidinoso. [Do lat. *lascivus*] p. 187.

LÁTEGO, s.m. Chicote; (fig.) castigo, flagelo. [Do cast. *látigo*] p. 140.

LAURÉIS, s.m. Coroa de louros; (fig) galardões; prêmios; homenagens. [Do lat. *laureola*] p. 31.

LEDO, adj. Alegre; contente. [Do lat. *laetus*] p. 168.

LÊMURES, s.m. Fantasmas; duendes. [Do lat. *lemures*] p. 173.

LÉPIDO, adj. Ágil. [Do lat. *lepidus*] p. 205.

LIANA, s.f. O mesmo que cipó. [Do fr. *liane*] p. 188.

LIBERTINA, adj. e s.f. Devassa, licenciosa, dissoluta, ímpia. [Do lat. *libertinus*] p. 194.

LIBRAR, v. Sustentar-se no ar. [Do lat. *librare*] p. 84.

LIBRÉ, s.f. Uniforme de criado de casa nobre; (fig) vestuário. [Do fr. *livrée*] p. 119.

LINFA, s.f. A água. [Do lat. *lympa*] p. 105.

LISES, s.m. Plural de lís que é o mesmo que lírio: planta de flores muito aromáticas. [Do fr. *lis* + -es] p. 177.

LÍVIDA, adj. Que tem a cor cadavérica, pálida como o chumbo. [Do lat. *lividus*] p. 152.

LORO, s.m. Correia dupla que sustenta o estribo. [Do lat. *lorum*] p. 205.

LÓTUS, s.m. Planta da família das ninféáceas; a flor dessa planta. [Do gr. *lotos*] p.

- LOUREIRO**, s.m. Espécie de árvores, sempre verde, que produz bagas escuras e amargas. [Do lat. *laurarius*] p. 81.
- LOURO**, s.m. Papagaio. [Do mal. *nori*] p. 75.
- LÚBRICO**, adj. (Fig) Sensual [Do lat. *lubricus*] p. 136.
- LÚCIDA**, adj. Brilhante; claro; que luz. [Do lat. *lucidus*] p. 136.
- LUCÍOLA**, s.f. Gênero de insetos que possuem asas e a capacidade de brilhar. p. 195.
- LUFADA**, s.f. Rajada de vento. [Do ár. *louff*. + -ada] p. 148.
- LÚGUBRE**, adj. Referente a luto, fúnebre, triste sinistro. [Do lat. *lugubris*] p. 180.
- LUME**, s.m. Fogo; luz; clarão; (fig) perspicácia. [Do lat. *lumen*] p. 118.

M

- MACILENTA**, adj. Magra e pálida. [Do lat. *macilentus*] p. 161.
- MADEIXA**, s.f. Porção de cabelos da cabeça. [Do cast. *madeira*] p. 84.
- MÁDIDA**, adj. Umedecida, orvalhada. [Do lat. *madidus*] p. 136.
- MAGNÓLIA**, s.f. Espécie de planta, notável pela beleza das folhas, aroma e formosura de suas flores. [De magnol] p. 137.
- MALHO**, s.m. Martelo grande de ferro ou de madeira, e sem unhas. [Do lat. *malleus*] p. 130.
- MANCENILHA**, s.f. Árvore de cujo fruto e tronco se extrai um suco venenoso. [Do cast. *manzanilla*] p. 161.
- MANTILHA**, s.f. Manto fino com que as mulheres cobrem a cabeça [Do cast. *mantilla*] p. 145.
- MARGARIDA**, s.f. Foi a virgem seduzida por Fausto do poema de Goethe [1808] p. 187.
- MATILHA**, s.f. Grupo de cães de caça. [Do lat. *motus* ?] p. 127.
- MAUSOLÉU**, s.m. Monumento sepulcral suntuoso. [Do lat. *mausoleum*] p. 96.
- MAZEPA**, s.f. Alusivo ao terrível corcel a que Ivan Stepanovitch foi cruelmente atado, sendo salvo por milagre através das estepes, o que inspirou a Byron o poema homônimo e famoso, publicado em 1818. p. 111.
- MENDIGO**, s.m. Pedinte, que vive de esmolas. [Do lat. *mendicus*] p. 95.
- MESSALINA**, s.f. (fig.) mulher sem pudor e extremamente dissoluta. [De Messalina, esposa de Cláudio, imperador romano] p. 197.
- METEORO**, s.m. Estrela cadente. [Do gr. *meteoros*] p. 93.
- MIASMA**, s.m. Emissão procedente de animais ou plantas em decomposição. [Do lat. *miasma*] p. 127.
- MIRRA**, s.f. Espécie de planta. [Do lat. *myrrha*] p. 187.
- MOCHO**, s.m. Nome comum a várias corujas da família dos bubônidas. [Do lat. *murculus*] p. 197.
- MONTANTE**, adj. Que sobe; que se eleva. [De montar] p. 131.
- MÓRBIDO**, adj. Enfermo, doentio. [Do lat. *morbidus*] p. 152.
- MOSQUEADA**, adj. Que tem pintas variadas. [De mosquear] p. 188.
- MÚRMUR**, s.m. Murmúrio. [Do lat. *murmur*] p. 140.

N

- NARDO**, s.m. Espécie de planta; perfume semelhante ao do nardo. [Do lat. *nardus*] p. 187.
- NENÚFAR**, s.m. Gênero de planta aquática. [Do ár. *nainufar*] p. 173.
- NITENTE**, adj. Nítido, fulgente, luzido. [Do lat. *nitens*] p. 75.

NITRIR, v. Relinchar. [Do ital. *nitrire*] p. 177.
NÍVEO, adj. Que tem alvura semelhante a da neve ou referente a neve. [Do lat. *niveus*] p. 172.
NOCTIVAGO, adj. e s.m. Que caminha ou vagueia de noite. [Do lat. *noctivagus*] p. 135.
NODOAR, v. Enodoar, manchar. [Do lat. *notulare*] p. 162.
NUME, s.m. Divindade mitológica; gênio benéfico. [Do lat. *numen*] p. 187.

O

OBUMBRAR, v. Escurecer. [Do lat. *obumbrare*] p. 170.
OPALA, s.f. Pedra preciosa de cor azul. [Do fr. *opale*] p. 84.
ORGIA, s.f. Festim licencioso. [Do lat. *orgia*] p. 96.
ORLA, s.f. Borda, margem, bainha. [Do lat. hip. *orula*] p. 152.
ORTIGA, s.f. Gênero de planta. [Do lat. *urtiga*] p. 142.
ÓSCULO, s.m. Beijo. [Do lat. *osculum*] p. 162.
OVANTE, adj. Jubiloso, contente. [Do lat. *ovans,antis*]

P

PÃ, s.m. Deus dos pastores na mitologia grega. p. 102.
PALMA, s.f. Triunfo, vitória. [Do lat. *palma*] p. 78.
PALOR, s.m. Palidez. [Do lat. *pallor*] p. 172.
PÂMPANO, s.m. Parreiras; ramos tenros da videira. [Do lat. *pampinu*] p. 131.
PANDA, s.f. Inchadas. p. 110.
PAPOLA, s.f. Plantas das quais se extraem o ópio. [Do lat. *papaver*] p. 131.
PARIÁS, s.m. Homem desprezado ou repelido pelos outros. [o mesmo que paria] p. 115.
PAROXISMOS, s.m. Agonia, o máximo grau de um acesso, de uma dor. [Do gr. *paroxysmos*] p. 96.
PARTENONS, s.m. Templo da Grécia Antiga, constituindo hoje verdadeira obra-prima da arquitetura grega. (Do nome da virgem *Atena Pártenos*) p. 77.
PAUIS, s.m. Brejo, pântano. [Do lat. *palus, udis*] p. 92.
PÁVIDO, adj. Medroso, assombrado [Do lat. *pavidus*] p. 140.
PEGO, s.m. Abismo; o ponto mais fundo de um rio, lago, etc. [Da contr. de pélagos] p. 104.
PEIA, s.f. Embaraço. [Do lat. *pedica*] p. 147.
PEJADO, adj. Cheio, carregado. p. 148.
PEJO, s.m. Pudor, vergonha, acanhamento. [De pejar] p. 167.
PENHA, s.f. Rocha, penhasco. [Do cast. *peña*] p. 151.
PERLA, s.f. O mesmo que pérola. [De pérola] p.163.
PERPASSAR, v. Passar junto ou ao lado. [De per- + passar] p. 91.
PIAGA, s.m. Pajé. [Bras.] p. 128.
PÍNCARO, s.m. Cume; pináculo; apogeu. [Do lat. *peniculu* ?] p. 147.
PIPILAR, v. Piar, produzir som semelhante à voz das aves. [Do lat. *pipilare*] p. 108.
PIRA, s.f. Fogueira na qual os antigos reduziam os cadáveres a cinza. [Do gr. *pyra*] p. 180.
PIRAJÁ, Sítio dos arredores de Salvador onde foi decidida a guerra da Independência, na Bahia, em 1823. Aí foi erigido um panteão, onde está o túmulo de Labatut [herói do memorável feito] p. 91.
PIRILAMPO, s.m. Vaga-lume. [Do gr. *pyrilampis*] p. 100.

PLÁCIDO, adj. Manso, pacífico, calmo, sereno, tranqüilo. [Do lat. *placidus*] p. 124.
PLAGA, s.f. País; região. [Do lat. *plaga*] p. 79.
PLECTRO, s.m. Inspiração poética, estro; pequena vara de marfim que servia para fazer vibrar as cordas de lira. [Do gr. *plektron*] p. 206.
PORFIA, s.f. Disputa. [De porfiar] p. 142.
PRECITO, adj. e s.m. Maldito, condenado. [Do lat. *praescitus*] p. 75.
PRISCA, adj. Antiga. [Do lat. *priscus*] p. 81.
PROCELA, s.f. Tormenta marítima, tempestade. [Do lat. *procella*] p. 114.
PROCUSTOS, s.m. Índigenas do norte do Brasil. p. 165.
PROSTÍBULO, s.m. Lugar de prostituição; lupanar. [Do lat. *prostibulum*] p. 131.
PUGILATO, s.m. Luta com os punhos, discussão acalorada. [Do lat. *pugilatus*] p. 77.
PUGNA, s.f. Ato de pelear, combater; discussão. [Do lat. *pugna*] p. 154.
PÚRPURA, s.f. Antigo vestido vermelho; vestuário dos reis; dignidade real; o trono; cor vermelha. [Do lat. *purpura*] p. 97.

Q

QUERUBIM, s.m. Anjo da 1ª. hierarquia; cabeça de criança, com asas, em pintura ou escultura. [Do lat. ecles. *cherubim*] p. 171.
QUIMERA, s.f. Fantasia, ilusão, utopia. [Do lat. *chimaera*] p. 102.

R

RECATAR, v. Resguardar, acautelar; esconder. [De recato + -ar] p. 171.
REDOMA, s.f. Campânula para resguardar do pó certos objetos delicados. [Do ár. *reduma* ?] p. 186.
REGAÇO, s.m. Lugar tranqüilo, onde se pode descansar. [Do cast. *regazo*] p. 75.
RENOVO, s.m. gomo, rebento. [De renovar] p. 174.
REPOSTEIRO, s.m. Peça de fazenda grossa, retangular, a qual constitui uma espécie de cortina que cobre as portas interiores de palácios, igrejas. etc. [Do lat. med. *repositariu*] p. 107.
RESSUMBRAR, v. Manifestar, revelar-se. p. 199.
RESSUPINO, adj. Voltado para cima, deitado de costas. [Do lat. *resupinus*] p. 180.
RESVALAR, v. Escorregar, deslizar. [De res- + vale] p. 142.
REVEL, adj. Rebelde. [Do lat. *rebellis*] p. 113.
REVERBERO, s.m. Brilho, chama, resplendor. [De reverberar] p. 131.
REVÉS, s.m. Reverso, infortúnio, desgosto, desgraça. [Do lat. *reverse*] p. 118.
RIDENTE, adj. Alegre, florido, magnificente. [Do lat. *ridens*] p. 104.
ROÇAGANTE, adj. Que roça, fazendo ruído semelhante ao de um vestido de seda que se arrasta pelo chão. [Do esp. *rozagar*] p. 172.
ROJAR, v. Rolar, rastejar, roçar. [?] p. 180.
RUBENTE, adj. Vermelho, rubro. [Do lat. *rubens* + -ente] p. 149.
RUSGAR, v. Brigar, questionar. [De rusga + -ar] p. 142.

S

SABRE, s.m. Espadim, espécie de espada curta. [Do fr. *sabre*] p. 82.
SACRÁRIO, s.m. Lugar íntimo onde se abrigam grandes sentimentos. [Do lat. *sacrum*] p. 118.
SALAMANDRA, s.f. Gênio que governa o fogo e nele vive. [Do lat. *salamandra*] p. 186.

SALGUEIRO, s. m. Espécie de árvore. [Do lat. *salicarius*] p. 75.
SALTÉRIO, s.m. Instrumento musical. [Do lat. *psalterium*] p. 172.
SÂNIE, s.f. Pus, podridão. [Do lat. *sanies*] p. 173.
SANTELO, s.m. Chama azulada que, nas tempestades, aparece na ponta dos mastros dos navios por efeito da eletricidade. [De Santo + Elmo por ermo, alteração de Erasmo] p. 197.
SARCÓFAGO, adj. Espécie de túmulo. [Do lat. *sarcophagus*] p. 96.
SATURNAL, adj. Orgia, farra. [Do lat. *saturnalis*] p. 205.
SEIBA, s.f. Elementos vitais; sangue; vigor; o mesmo que seiva. [De seiva] p. 161.
SERAFIM, s.m. Anjo de 1ª. hierarquia, pessoa de rara formosura. [Do lat. ecl. *seraphim*] p. 106.
SERPE, s.f. Serpente. [Do lat. *serpes*] p. 127.
SERRALHOS, s.m. Palácio imperial na Turquia. [Do persa *saraj*] p. 86.
SICUPIRA, s.f. Nome de duas árvores leguminosas do Brasil e da África. [Do tupi *suku'pira*] p. 206.
SIDÉREO, adj. Celeste. [Do lat. *siderus*] p. 82.
SILVADO, s.m. Nome de várias plantas da família das rosáceas, moita de silvas. p. 176.
SIMUM, s.m. Vento abrasador que sopra do centro da África para o norte. [Do ár. *samum*] p. 162.
SINCHA, v. Toca, tange. [?] p. 205.
SOBRANCEIRO, adj. Que tem o ânimo forte para resistir aos reveses da vida; que se destaca vantajosamente de outrem ou de outra coisa. [Do lat. *superantiarium*] p. 128.
SOERGUER, v. Erguer, levantar um pouco. [Do lat. vul. *ergere*] p. 121.
SOLAR, s.m. Qualquer palácio ou casa nobre. [Do lat. *solare*] p. 86.
SOLFATERA, s.f. Cratera de vulcões extintos donde se exalam vapores sulfurosos. [Do ital. *sofatura*] p. 196.
SORRENTO, s.m. Cidade da Itália; antiga colônia grega. p. 98.
SOTAINA, s.f. Batina de padre. [Do ital. *sottana*] p. 127.
SUDÁRIO, s.m. Mortalha. [Do lat. *sudarius*] p. 92.
SURDINA, s.f. Murmúrio suave. [Do ital *sordina*] p. 140.
SURRATEIRO, adj. Que procede com manha, pela calada; astuto [Do lat. *surreptus*] p. 188.

T

TACHEAR, v. Pregar tachas em; adornar com tachas. [Do ant. prov. *tacha* + -ear] p. 205.
TACITURNO, adj. Triste, calado. [Do lat. *taciturnus*] p. 142.
TÂNTALO, s.m. Elemento químico. [Do antrop. Tântalo] p. 89.
TATEAR, v. Apalpar, aplicar o tato [?] p. 129.
TERMÓPILAS, s.f. Significava *Portas Quentes*. [Do nome de um desfiladeiro da Grécia] p. 118.
TESSÁLIA, s.f. Região da Grécia. [Do lat. *thessalu*] p. 105.
TÉTRICIO, adj. Sombrio, medonho, tremendo. [Do lat. *tetricu*] p. 179.
TÍBIO, adj. Morno [Do lat. *tepidu*] p. 99.
TIRSO, s.m. Insignia de Baco. [Do lat. *thyrsu*] p. 136.
TOJO, s.m. Gênero de planta da família das leguminosas. [Do arag. *toza*] p. 131.
TORO, s.m. Tálamo, leito nupcial. [Do lat. *torus*] p. 194.
TORPE, adj. Desonesto, infame, imoral; que entorpece; acanhado. [Do lat. *turpis*] p.

- TORVO**, adj. Sinistro, medonho. [Do lat. *torvu*] p. 180.
TREDO, adj. Falso. [Do lat. *traditu*] p. 118.
TRENO, s.m. Canto plangente, lamentação. [Do lat. *threnu*] p. 102.
TRESSUAR, v. suar muito. [De tres- + suar] p. 115.
TREVOSA, adj. O mesmo que tenebrosa. [De treva + -osa] p. 115.
TRICLÍNIO, s.m. Sala de refeições das moradias romanas com três leitos. [Do lat. *tricliniu*] p. 89.
TRISTÃO, s.m. Divindade marítima da mitologia. [Do lat. *triton*] p. 76.
TROM, s.m. Som do canhão ou do trovão [voc. onomatopéico] p. 81.
TROPEIRO, s.m. Condutor de tropas [Bras.] p. 119.
TÚMIDO, adj. Inchado, grosso, volumoso. [Do lat. *tumidu*] p. 108.
TURBA, s.f. As multidões, em desordem. [Do lat. *turba*] p. 142.
TURBILHÃO, s.m. Quaisquer matérias arrastadas num movimento giratório. [Do fr. *turbillon*] p. 101.

U

- ÚBERE**, adj. Fértil, fecundo, exuberante, farto. [Do lat. *uber*] p. 206.
UNDIR, v. Untar com óleo. [Do lat. *ungere*] p. 134.

V

- VAGA**, s.f. Água do mar ou do rio, agitada e elevada pelos ventos. [Do ant. al. *wac*] p. 76.
VAGUEAR, v. Andar sobre as vagas. [De vaga + -ear] p. 131.
VAL, s.m. Forma apocopada de vale. [Do lat. *valle*] p. 112.
VALQUÍRIA, s.f. Cada uma das três divindades escandinavas. [Do ant. al. *walkuren*] p. 172.
VÁRIO, adj. O que, comparado com outro, apresenta natureza e caráter, diferentes, diversos. [Do lat. *varius*] p. 206.
VASCAS, s.f. Náuseas. [Do lat. *vascare*] p. 202.
VEIGA, s.f. Várzea, planície. [Do cast. *vega*] p. 108.
VERDUGO, s.m. Carrasco. [Do lat. *viriducu*] p. 130.
VERGAR, v. Dobrar-se, inclinar-se, ceder ao peso de alguma coisa. [Do lat. *virga*] p. 75.
VERGEL, s.m. Jardim. [Do cast. *verger*] p. 104.
VESTAL, s.f. Mulher casta ou virgem, mulher muito honesta. [Do lat. *vestale*, relativo às sacerdotisas de Vesta] p. 194.
VETUSTO, adj. Antigo, velho. [Do lat. *vetustu*] p. 82.
VIRENTE, adj. Verde; que verdeja, viçoso. [Do lat. *virrens*] p. 149.
VISCO, s.m. Substância pegajosa. [Do lat. *viscu*] p. 89.
VOGAR, v. Navegar a remos. [Do ital. *vogare*] p. 99.
VOLÚPIA, s.f. Sensualidade, prazer, lascívia. [Do lat. *volupia*] p. 94.

W

- WILLIS**, s.f. Seriam fantasmas de moças condenadas, que, todas as noites saíam de seus túmulos, a dançar, até a luz do dia. p. 101.

Z

ZIMBÓRIO, s.m. Parte exterior e mais alta da cúpula de um edifício. [Do lat. *ciborium*] p. 126.

ZÍNGARO, s.m. É o nome italiano que designa boêmio, ou cigano errante: os zíngaros do céu bem comparados, são as aves de arribação. [Do ital. *zingaro*] p. 182.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1965.

CARVALHO, Carlota Almeida de. *Glossário das poesias de Sá de Miranda*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1953.

COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954.

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. São Paulo: Mérito [s.d.]

ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA EUROPEO-AMERICANA. Madrid/Barcelona: Esparsa-Calpe [s.d.]

FERNANDES, Francisco. *Dicionário brasileiro contemporâneo ilustrado*. Porto Alegre: Globo, 1966.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

GOMES, Eugênio (org.). *Obra completa de Castro Alves*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

GRANDE DICIONÁRIO DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: Delta, 1970.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUÊS E BRASILEIRA. Lisboa: Enciclopédia [s.d.]

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Dicionário didático e popular da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Brasiliense [s.d.]

MARMO, Arnaldo Augusto. *Dicionário brasileiro de sinônimos e antônimos*. Rio de Janeiro: Tupã: 1959.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: ABL/Imprensa Nacional, 1961.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: INL, 1966.

NOGUEIRA, Júlio. *Dicionário e gramática de “Os Lusíadas”*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960.

SILVA, Adalberto Prado. *Novo dicionário brasileiro melhoramentos ilustrado*. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

SILVA, Antonio de Moraes. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10ª ed. Lisboa: Confluência [s.d.]

TERSARIOL, Alpheu. *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*. São Paulo: Irradiação, 1966.

HÖLDERLIN E A EXPERIÊNCIA DO ABISMO: ENTRE A TRAGÉDIA E A TRADUÇÃO DA “ANTÍGONA”

Carlinda Fragale Pate Nuñez (UERJ)

... de quem teve apenas filhos imprestáveis,
que poderias tu dizer: que semeou
senão motivos de aflição para si mesmo
e muitas gargalhadas para os inimigos?

(Sófocles, *Antígona*, v. 730-733)

RESUMO

A tradução de Hölderlin para a *Antígona* de Sófocles assombra pela proibição filológica, tanto quanto pelas soluções sintático-poéticas com que o filósofo recupera sub-temas finamente articulados no discurso trágico e no imaginário textual. Tornou-se uma obsessão do dramaturgo-teórico o resgate do imaginário sofocliano através de um trabalho tradutório, que muitas vezes foi tido como falho ou corruptor do original. Para levar a cabo a demonstração de uma filosofia da escritura trágica que se desenvolveu coetaneamente à prospecção mais radical no original sofocliano, serão apresentados alguns exemplos da *transcrição* hölderliniana, a serviço do resgate de nuances temáticas e filosóficas, nem sempre presentes, seja nas chamadas “traduções literais” e “traduções livres”.

PALAVRAS-CHAVE:

Hölderlin – Antígona – Tradução – Mito – Pré-Romantismo

A questão das leituras da Antigüidade constitui um problema sério. Hölderlin talvez tenha sido o primeiro a dele se dar conta. Mais que isso: o poeta de Empédocles, Édipo e Antígona reflete sobre a tragédia como um fenômeno capaz de ser conhecido, mas não pela estratégia da (pseudo, para não dizer impossível) tarefa autoimposta pelas tradições poéticas da imitação. Hölderlin se afasta de seus contemporâneos ao fugir ao modelo da reprodução e da repetição laudatórias (a concepção da *mimesis* como *imitatio*) e partir para um trabalho que reedita o percurso aristotélico, mas dá um passo além do prestigioso antecessor.

Resumindo-lhe o pensamento crítico: a partir da tragédia, é possível postular o duplo nível da representação poética. O poema trágico congrega um procedimento empírico e calculável (a *mekhané*, concernente à construção da peça); este é sobredeterminado por outro procedimento (*andere Verfahrensart*), rítmico, tonal e incal-

culável, com o qual se apreende a lógica da obra. As alterações de sua versão mostram o esforço de reproduzir o sistema de correspondências entre sons e imagens, a trama de relações que torna o mito “mais demonstrável” (*beweisbarer*). Deste ponto de vista, a mimesis para Hölderlin se organiza como metáfora. Esta, traduzindo-se para a cultura latina como *translatio*, é o de que o poeta e teorizador mais necessita: uma ferramenta teórica que corresponde à transposição de sentidos em que e unicamente na qual Hölderlin confia seu trabalho poético.

No que diz respeito especificamente à *Antígona*, a recepção da tragédia, no século XVIII, confirma a já consagrada posição de mais autêntica das tragédias gregas. Hölderlin interfere nesta linhagem prestigiosa, enriquecendo a descendência dramatúrgica do mito com o trabalho que, a despeito de todas as dificuldades e resistências⁹, mereceu ser distinguido como *tradução filosófica*.

Com este teórico e dramaturgo, quebra-se uma concepção classicista e sentimental da Antigüidade, dominante à sua época e obediente ao fanatismo helenófilo de Winckelmann. Na esteira de uma geração de intelectuais que fundam as bases do pensamento moderno alemão – Lessing, os poetas do *Sturm und Drang*, Herder (com a sua *Filosofia da história*) e Kant, todos protagonistas do Iluminismo alemão, Hölderlin se destaca e diferencia por uma atitude crítico-criativa, em relação ao patrimônio greco-latino. Neste sentido, Hölderlin é o último grande artista clássico da cultura européia, cuja presunção foi a de resgatar o imaginário sofocliano e o espírito da idade clássica, através de um trabalho tradutório muitas vezes tido como falho, obscuro, incompreensível ou corruptor do original.

Para se dimensionar a importância desta tradução, é necessário reconhecer os talentos do teórico e do poeta aplicados na lide com o original de Sófocles, bem como as implicações, no campo da reflexão crítica, a que o trabalho levou¹⁰. Hölderlin, ao traduzir, desenvolve uma tarefa complexa. Considera simultaneamente os pro-

⁹ Pelo inusitado tratamento dado ao texto canônico e pela forçosa alteração no hábito de leitura.

¹⁰ O poeta elaborou poeticamente o texto em alemão, de acordo com alterações associadas a raciocínios que, muito mais tarde, a análise estrutural e semiótica justificariam.

blemas técnicos da versificação, que coligam o rigor da poesia dos antigos a uma escrita dramática nova, propriamente moderna. A tradução de Hölderlin consegue ser um trabalho de grande probidade filológica e, ao mesmo tempo, ultrapassar o caráter pragmático de mera transcodificação que tende a borrar as tensões do pensamento mítico, os vestígios antropológicos disseminados no discurso e o espírito de um mundo estranho e perdido para seus herdeiros. Por outro lado, a investigação no âmbito do mito e da formulação poética contém os problemas conceituais que levam ao pensamento a questão do fundamento.

No tratamento que Hölderlin dá ao original sofocliano, o desafio de Antígona leva ao desafio que preside a estruturação da peça, e este à desafiante arte de Sófocles. Hölderlin, enquanto traduz, reescreve. Ao reescrever, inscreve o que permanece subentendido no original e, assim, faz com que a pesquisa semântica se desloque para o campo das estruturas múltiplas que se imbricam.

Essa mente brilhante foi efetivamente produtiva no curto intervalo entre 1798 e 1804. Para dar uma idéia da grandiosidade que se encontra na versão pré-romântica da peça, foram selecionados três exemplos de *transcrição* do texto de Sófocles, a serviço do resgate de nuances temáticas e filosóficas nem sempre evidentes, na tradução convencional.

1 – A questão-chave da peça é, indubitavelmente, o cumprimento de *tà dikaia*, a lei justa por excelência de dar sepultamento aos cadáveres, bem como o recurso que a ela Antígona faz, para reivindicar a legitimidade do enterro de seu irmão. Na tradução de Hölderlin, a questão religiosa, com desdobramento jurídico, se coloca como uma espécie de anteparo para outras questões que permanecem camufladas, interesses secretos ou não claramente admitidos, mas que surpreendentemente se infiltram nas soluções sintáticas e léxicas da tradução. O jogo de posições que vivos e mortos ocupam, no interior e no exterior do espaço físico da pólis, determina o impactante verso de abertura da peça¹¹:

¹¹ Os versos gregos serão antecidos pelas siglas BL, da edição Belles Lettres (1997); os da tradução de Hölderlin, da Christian Bourgois (1998), pela sigla H.

BL 1 –

ᾠ κοινὸν ἀπτάδελφον Ἴσμήνης κάρα.

(Oh querida Ismene, irmã de mesmo sangue!)

H 1 – *Gemeinsamschwesterliches! O Ismenes Haupt!*

(Oh [cabeça] comum-e-fraterna! Cabeça de Ismene!)

Toda a ênfase está concentrada na questão da união familiar, reforçada pelas palavras κοινόν, ἀπτόν e ἀδελφόν, mas que terá de ser atestada, na versão alemã, pela adesão de Ismene a uma ação. Perceba-se a nuance da tradução:

H 39-40 – ...gleich wirst du beweisen,

Ob gutgeboren, ob die Böse du der Guten?

(.....logo tu provarás

se és bem nascida ou, dentre os bons, se és má)

BL 38 – εἴτ' εὐγενῆς πέφυκας εἴτ' ἐσθλῶν κακῆ

se és bem nascida ou filha indigna de pais nobres)

O prólogo introduz imediatamente a verificação, a que a peça dará todos os desdobramentos possíveis: o que une efetivamente uma família, um grupo, uma comunidade: a cabeça e o sangue ou o pensamento e a ação? Aqui há duas leis, de qualquer modo, em foco: a lei do sangue, que associa os parentes vivos aos mortos, e a lei cerebral, de cabeça, que solidariza os parentes vivos: a primeira é inquestionável; a segunda depende de uma prova.

Há uma riqueza de nuances neste primeiro diálogo entre as irmãs. Hölderlin opta por traduzir literalmente (e não de modo idiomático), para que a percepção vaticinadora de Ismene não se perca, como costuma acontecer, nas traduções consagradas. Pergunta a irmã de Antígona:

H 21 – Was ist' s, du scheinst ein rothes Wort zu färben?

(O que há? Tu pareces tingir tua palavra de vermelho).

BL 20 – Τί δ' ἔστι; δηλοῖς γάρ τι καλχαίνουσ' ἔπος.

(De que se trata? Algo te atormenta, é claro.).

A ameaça vermelha e selvagem, passional e intempestiva, que se insinua no adjetivo (καλχαίνουσ', de κάλχη, púrpura), □ prepara o transe ébrio e báquico que terá lugar na parte seguinte, o párodo, e se

concretizará nos eventos que ele encadeia.

E, de fato, esta é outra Ismene, muito diferente da fraca e inconsistente, desqualificada Ismene, que a tradição interpretativa fixou. Não por outra razão, o texto de Hölderlin salienta a condenação à morte e o ódio dirigido por Creonte Quanto aos temas do VII CONGRESSO NACIONAL a ambas as irmãs. A sagacidade de Ismene se confirma logo a seguir, no verso BL 74, quando Antígona reivindica o enterro de seu irmão como ὄσια πανουγήσασα, baixeza das mais duvidosas que se associa a um direito divino. Paul Mazon traduz a expressão por "santamente criminosa".

BL 73-74 – φίλη μετ' αὐτοῦ κείσομαι, φίλου μέτα.

ὄσια πανουγήσασα

(Repousarei ao seu lado, Cara a quem me é caro,

ousando qualquer baixeza / crime.)

A fórmula associa de maneira paradoxal duas idéias diametralmente opostas: nobreza e vilania, piedade e baixeza.

Hölderlin renuncia à tensão concentrada no sintagma, preferindo traduzir esse verso por

H 75-76 – Lieb werd' ich bei ihm liegen, dem Lieben,

Wenn Heiliges ich vollbracht.

(Amada, deitarei com ele, o amado,

quando tiver cumprido o sagrado).

A perda momentânea do paradoxo é compensada pela verdadeira rede de sugestões que permeiam o prólogo. Ismene assinalará a seguir que Antígona é demasiadamente "calorosa" com os mortos / "frios"¹², o que introduz a pesada insinuação de *pendor necrofílico* da heroína. Aqui, o poder da expressão literal desperdiçada é substituído por um problema subliminar à dimensão amorosa de Antígona, muito mais delicado de ser abordado que a loucura incestuosa daquele *guénos* (clã) e, talvez, intencionalmente camuflado pelo original.

Todas essas idas e vindas, no prólogo, visam demonstrar a co-

¹² BL 88: Θερμήν ἐπι ψυχροῖσι καρδίαν ἔχεις / Teu coração se inflama por um desígnio que te deveria gelar (Paul Mazon), correspondendo a H 90: *Warm für die Kalten leidet deine Seele* / Tua alma quente sofre pelos frios.

erência na alteração da primeira linha da peça, em relação aos subtemas que a tradução faz emergir e a sua eficiência em relação à economia dramática: o párodo, a seguir, vai tematizar a associação correlata dos dois irmãos idênticos e opostos. No delírio coral, Polínice, o agressor, se metamorfoseia na cidade agredida. Na relação metonímica que os labdácidas guardam com a cidade de Tebas ("goela de sete portas", BL 117 -ἑπτάπυλον στόμα / H 121 - *siebenthorige Maul*), o mútuo assassinato dos irmãos reedita a história da cidade caótica, das gerações embaralhadas, das funestas desordens em que agressores se confundem com agredidos, amigos passam tanto por amantes quanto por inimigos, marido é filho, tio é primo, filho é irmão....

A forma como os dois se imiscuem, no confronto, evoca, inclusive no furor do abraço mortífero, a dimensão erótica da morte. E aí também comparece a dimensão incestuosa e necrófila nos irmãos que se odeiam em vida / amam na morte e reeditam o espetáculo de entredevoração ancestral. A alelofagia (devoração recíproca) levou ao cúmulo a tara do endocanibalismo tebano.

No texto, há uma plissagem que embute nas múltiplas referências a *philós* as noções de parente (amigo de sangue), amigo (social adquirido) e amante (com valor sexual).

2 – Outra situação palpitante, que parece ganhar relevo na tradução alemã, decorre da adaptação da lenda tebana ao imaginário ateniense do século V a.C. Nesse sentido, a instituição do epiclerato, com toda a carga de violência que esta instituição represa, ganha espaço, principalmente no primeiro episódio, quando Creonte faz sua declaração (parcial) de motivos, para condenar Antígona inimiga do Estado.

No contexto mental e jurídico da Atenas clássica, a continuidade de uma linhagem ameaçada pela extinção pode e deve ser assegurada por um casamento no regime do epiclerato.

Se Etéocles tivesse herdeiro, Antígona não estaria na posição de filha epicleros, ou seja, que assegure a transmissão do "klêros" (patrimônio deixado por herança) paterno (o trono de Tebas).

O epiclerato não é um direito prioritário à sucessão, mas uma

obrigação familiar, impondo renúncia. O filho desse casamento não dá continuidade a seu pai, mas a seu avô materno.

Esta circunstância fornece motivo bastante para que Creonte não se interesse pelo casamento de seu filho com Antígona. Mas há outros problemas. No casamento com a noiva epicleros, invertem-se as relações matrimoniais normais: a mulher se torna o elemento fixo, assumindo a conotação masculina do οἶκος (*oikos*, habitação). O homem, por sua vez, assume a condição de elemento móvel.

Creonte quer uma descendência digna, limpa, sóbria para seu filho, mas pretende também sanear a cidade. O crime fratricida é o evento mais recente da sucessão intermitente de fatos escabrosos na família de Laio. Trata-se, na verdade, de uma poluição religiosa que deve ser purificada.

Tudo fica encoberto sob o argumento de que Polinice é um traidor e não pode receber honras fúnebres. Diz o texto original:

BL 187 – οὐτ' ἄν φίλον ποτ' ἄνδρα δυσμενῆ χθονὸς

(Não posso considerar amigo um inimigo de meu país).

Diz mais, já que em Tebas todos são descendentes dos *spartoi* (nascidos sem pai, só de mãe) e têm algo da monstruosa tara da indiferenciação original. Polinice é *amphilogon* (parente amigo e inimigo – ambíguo, duplo¹³); Etéocles, *ándra dysmenê* □, inimigo que rivaliza até com o próprio irmão.

Creonte quer interromper este ciclo. Quer instaurar uma ordem humana em Tebas e só pode fazê-lo, erradicando as antigas raízes dos descendentes de Édipo. Para tal, traça o plano de curto-circuitar o noivado de Hêmon e Antígona.

Mais que isso: Creonte tem de matar Antígona.

Mas ainda: não basta matar Antígona. É necessário acabar com o miasma (mancha) ligado à família. É o que se lê no diálogo:

BL 497-498 – Θέλεις τι μείζον ἢ κατακτεῖναι μ' ἐλών ;

Ἐγὼ μὲν οὐδέν. τοῦτ' ἔχωμ ἀπαντ' ἔχω.

Predeste-me; desejas mais que a minha morte?

¹³ Confirma-se a etimologia deste nome que assinala o paradoxo do νεῖκος (querela) na própria φιλία.

Não quero mais; é tudo quanto pretendia.

H 518-519 – *Willst du denn mehr, da du mich hast, als tödten?*

Nichts will ich. Hab' ich diss, so hab' ich Alles.

(Tu, que me odeias, queres mais do me matar;

Não quero nada. Se eu tiver isso, tenho tudo).

Tudo e nada são o mesmo em Tebas. Creonte, que pensa estar comandando o seu plano, está enredado na trama ancestral. Serve de isca que dará condições plenas a que o estatuto etimológico de sua ex-futura nora se cumpra – mas não pelos seus motivos institucionais: Antígona, "a que se opõe a sua família", a que interrompe a posteridade dos labdácidas, realizará o projeto do ex-futuro sogro, conforme os motivos ancestrais.

Sófocles sugeriu que o casamento de Hêmon e Antígona se daria no regime do epiclerato. Hölderlin expande esse motivo, para justificar que também Ismene fosse incluída no rol dos desafetos de Creonte e se reabilitasse do desonroso papel que lhe cabe, diminuída sempre, colocada em oposição – sem nuance – à irmã.

3 – O terceiro e último ponto a ser aqui comentado é a simpatia que Antígona inspira, a despeito de alguns versos efetivamente comprometedores, tais como aqueles (BL 905-920) em que afirma que não teria enfrentado tantos riscos para enterrar marido ou filhos, pois estes poderiam ser substituídos, ao passo que ela não poderá mais ter um irmão, já que seus pais estão mortos.

Hölderlin não hesitou em conservar estes elementos de crueza desconcertante. A heroína se move entre tons múltiplos que se alternam, a ponto de fazê-la, em oposição total a esta declaração desastrosa, afirmar ter nascido para amar, não para odiar (BL 523 / H – 544).

Mas a simpatia com que a protagonista é tratada chega a provocar uma alteração textual importante. Depois de ser denominada *criança* (παῖς), *jovem* (νεᾶνις), *virgem* (νύμφη), *moça* (κόρη) – só Creonte a ela se refere como γύνη, Antígona, no 4º. Episódio, se autodenomina *Königin* (H 978 – última de vossas *rainhas*), numa nítida alteração da fórmula grega τὴν βασιλειδῶν (filha de reis).

De fato, o texto já se contamina da sua interpretação: só uma rainha deixaria seus conselheiros sem imprecensões e sem uma palavra odiosa contra Creonte. A serenidade de Antígona dá testemunho de sua majestade: condenada à morte injusta, exorta os anciãos a questionarem a lei paradoxal que leva à morte aquela que observou piedosamente o cumprimento de τὰ δίκαια. (*tà díkaia*), a lei imemorial.

De fato, a morte de Antígona se distingue perfeitamente do excesso αὐτοκτεῖρ (*autokheîr*) dos outros suicidas (Hêmon, Eurídice, Jocasta).

Na versão de Hölderlin, a idéia do enforcamento é abrandada por afirmações tais como:

H 479-480: ..*Wenn aber vor der Zeit ich sterbe, sag' ich, dass es*

So gar Gewinn ist.

Se eu morrer antes do tempo... é

Até um ganho para mim.

BL 461-462 – □□□□□□□□ Εἰ δὲ τοῦ χρόνου

πρόσθεν θαναοῦμαι, κέρδοσαῦτ' ἐγὼ λέγω.

Mas morrer antes da hora, eu o digo bem alto,

É um proveito.

Nessa personagem, a consciência de pertença ao clã sempre sujeito a núpcias perigosas (BL 869-870: δυσποτομῶν γαμῶν, H 900: *gefährlicher Hochzeit*) e aos "abraços auto-engendrados" (BL 863-864: κοιμήματ(ά τ') αὐτογέννητ'; H 894: *selbstgebährend Uarmungen* □, não resulta na imagem abjeta do suicida comum (que, em Atenas, é enterrado com as mãos cortadas, julgado por seu ato e abandonado longe da cidade). O suicídio de Antígona, decorrendo de um desaparecimento discreto e quase silente, insinua o resgate onírico (impreciso, mas determinante para a heroína) do que há de essencial no domínio dos labdácidas: sugere a morte como a única saída para quem está aprisionada num destino tão extravagante e desumano – de jamais ter chance de realizar um "amor" no mundo humano.

Quer dizer que, no caso de Antígona, o suicídio não é visto como uma transgressão grave que traria uma ameaça suplementar à cidade de Tebas: é visto muito mais como auto-apagamento, que per-

faz e assume a lógica do destino.

A versão hölderliniana procura reconstituir a forma densa e complexa do pensamento mítico e poético de Sófocles. Seu alvo é o "sentido vivo" (*lebendiger Sinn*) da leitura original, que não pode ser diretamente localizado no nível do significante isolado. Seu fundamento envolve a rede de códigos que se entrecruzam e remetem a uma verdadeira experiência de abismo. – o mesmo abismo a que somos arremetidos junto à heroína e à aventura tradutória de Hölderlin.

BIBLIOGRAFIA

HÖLDERLIN. *Antigone de Sophocle*. Trad. Philippe Lacoue-Labarthe. Paris: Christian Bourgois Éditeur, 1998.

SOPHOCLE. *Antigone*. Trad. Paul Mazon. Introd., notes, postface Nicole Loraux. Paris: Belles Lettres, 1997.

ROSENFELD, Kathrin H. *Antígona – de Sófocles a Hölderlin: por uma filosofia "trágica" da literatura*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe. *L'imitation des modernes*. Paris: Galilée, 1986.

SCABUZZO, Susana et alii. *El discurso judicial en la tragedia de Sófocles*. Bahía Blanca: Ed. de la Universidad Nacional del Sur, 1998.

NUÑEZ, Carlinda F. Pate. *O Universo trágico da "Antígona" de Sófocles e suas relações com "Pedreira das almas" de Jorge Andrade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. (Dissertação de Metrado – xerox).

BRANDÃO, Junito de S. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1991. v.

INFLUÊNCIA DOS PADRÕES MORFOLÓGICOS LATINOS NA TERMINOLOGIA CIENTÍFICA

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)

RESUMO

Neste artigo, pretendemos mostrar a influência do latim, clássico, medieval e mesmo vulgar, nas formações científicas, que passaram a vigor intensamente no léxico português, a partir do século XX. Baseamo-nos no *corpus* coletado pelo professor Francisco da Silva Borba e publicado entre 1950 e 1990, além de obras lexicográficas do português e de lingüística histórica.

PALAVRAS-CHAVE: latim clássico, latim medieval, prefixo.

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho mostrar como os padrões latinos de formação de palavras têm influência na terminologia científica, cabendo especial menção aos herdados do latim medieval. Valemo-nos de um *corpus* escrito do português brasileiro coletado pelo professor Francisco da Silva Borba e publicado entre 1950 e 1990. Este *corpus* consta dos seguintes sub *corpora* com suas respectivas ocorrências: (1) literatura romanesca – 1.394.855; (2) literatura dramática – 620.386; (3) literatura técnico-científica – 1.223.605; (4) literatura jornalística – 1.458.174; (5) literatura oratória – 442.176. Tendo procedido ao tratamento estatístico, chegou-se a mais de 140.000 formas diferentes. Uma vez, porém, feita a tematização, essas formas se reduziram a 100.000 unidades léxicas, através da eliminação dos nomes próprios a que se denomina "lixo lexical".

Complementarmente, socorremo-nos de dicionários representativos da língua, como Ferreira (1999). Nosso objetivo é trabalhar especificamente com a prefixação, baseado em obras como as de Maurer Jr. (1951, 1959) e a de Romanelli (1964). Como base de apoio, recorreremos ao dicionário de Saraiva (1993). Assim, contribuímos para o ensino da diacronia e para a descrição do português, já que, em geral, as gramáticas históricas oferecem uma lista de prefixos, sem atentar para as condições de produção dos mesmos e sem especificar a que modalidade de latim estão se referindo: clássico, vulgar ou medieval.

DIRETRIZES DE ANÁLISE

Enveredamo-nos na discussão de aspectos formais e distribucionais. Não paramos aí, todavia. Nas modernas pesquisas calcadas em *corpus*, julgamos empobrecedor, senão extemporâneo, o restringir-se à mera distribuição de formas, em detrimento de considerações semânticas complementares, impostas pelo conjunto dos dados.

- a) Isto posto, analisaremos os prefixos latinos e vernáculos, conforme os seguintes parâmetros: prefixos sem correspondência formal com forma livre ou dependente;
- b) prefixos correspondentes a formas livres ou dependentes.

O item a abrange não apenas afixos como *in-* negativo e *des-*, mas também formas braquissêmicas: *maxi-*, *mini-*, *recém-*. O item b, por sua vez, encerra prefixos correspondentes a preposições e aqueles correspondentes a advérbios.

Cumprе ressaltar que algumas formas prefixais vistas mais verticalmente constituem fronteiras com a palavra, sendo, pois, as formas de que participam são fronteiriças entre a composição e a derivação. Estas formas prefixais caracterizam-se pela pauta acentual 2, no plano fonológico. No plano gramatical, os compósitos de que tomam parte se sujeitam à braquissêmia contextual ou sintática do tipo *extra e intraclasse, supra e superpartidário*. Todavia, não entraremos aqui no mérito destas questões.

As formas constantes do corpus serão marcadas por asterisco, quando não lexicografadas, tomando-se como base o dicionário já citado. Se não houver esta indicação, explicitaremos verbalmente a não dicionarização.

ANÁLISE DO CORPUS

Prefixos sem correspondência com forma livre ou dependente

AB- e ABS-

Não encontramos, no nosso *corpus* palavras de cunho científico. Ferreira (1999) só apresenta alguns exemplos de formações de adjetivais e dessubstantivais, de cunho científico, as quais ilustram modelos latinos (vejam-se estes exemplos: *absimilis*, "diferente", *ab-*

surdus, "dissonante"): *abaxial* (fís), *ablamelar* (bot), *abevacuação* (med), *abmigração* (zool), *abirritar* (med).

AD-

Pertencente ao léxico científico, encontramos apenas as formações *advérbio*, *adnominal*, *adrenal* e *adrenérgico*. As duas primeiras pertencem à Lingüística e as duas últimas à Medicina. O substantivo *advérbio* provém do latim *adverbium*. O adjetivo *adnominal*, não encontrado em Cunha (1987), é provavelmente formado em nossa língua, conforme modelo latino. O adjetivo *adrenal*, não registrado em Ferreira (1999), parece ser empréstimo do inglês, segundo podemos inferir da leitura do verbete *adrenalina*, da obra de Cunha já citada. O dicionário de Serpa (1973), de fato, traz o verbete *adrenal*, que corresponde a *supra-renal*. Fosse mantida a vernaculidade, o nome do hormônio deveria ser *supra-renalina*. O termo *adrenérgico* também não é acolhido em Ferreira. Ele é de caráter híbrido, já que reúne três componentes latinos *ad-*, "junto a", *ren*, "rim", e *-ic(o)*, sufixo indicador de "relação", "pertinência", e *-erg-*, radical grego, que significa "trabalho", "ação". O significado global é "que age sobre a adrenalina". O termo se associa com outras da área médica: *colinérgico* e *serotoninérgico*.

Seria recomendável pesquisar, no caso de *adrenérgico* e congêneres da linguagem técnica, até que ponto se exerce a influência do inglês. Intriga-nos a presença de *adren-*, ligado a *adrenal*, como vimos. A formação esperada seria *supra-renérgico* ou, melhor ainda, *supra-renalinérgico*.

Ad- parece propiciar as formações técnico-científicas. Neste particular, os dados do Aurélio são oportunos para a corroboração. Eis alguns exemplos relativos à nomenclatura especializada conformes com o cânon latino: Adjetivos: - *adaxial* (botânica: literalmente "junto ao eixo"): "escamas superiores seminíferas das coníferas"

- *ad-digital* (zoologia): "situado nas proximidades dos dedos"
- *adoral* (zool): "situado na vizinhança da boca"
- *adorbital* (anatomia): "osso próximo da órbita"

Verbo: - adligar-se (bot): "fixar-se por apêndices ou raízes"

Substantivo: - adstrato (lingüística): língua que constitui fonte de empréstimos para outra língua falada em região vizinha".

O que realmente vingou em nossa língua, e isto desde o latim vulgar, consoante testemunho de Maurer Jr. (1951: 121-22), foi o emprego de *ad-* na parassíntese verbal. Neste caso, o prefixo se vernaculiza em *a-*.

BI-

O corpus é relativamente rico em formações com *bi-* (mais do que com aquelas com *bis-*). Nele, há que se distinguir formas herdadas da língua latina, em sua maioria de natureza erudita. De formação científica, temos *bicorne*, *bípede*, *bivalve*, *bifronte*. Em formações vernáculas *bi-* se anexa a adjetivos e substantivos significando, como em latim, "dois, duas vezes, duplo". São estes os deadjetivais: *biacromial** (<acromial: "relativo acrômio, apófise terminal da espinha de cada omoplata), *bicálcico** (quim), *birrefringente* (fis), *bidimensional* (mat), *bizigomático* (med), *bifásico* (fis), *bifocal* (fis), *bilateral* (pode ser termo técnico: bot), *bimolecular* (quim). Os dessubstantivais são: *bicarbonato* (quim), *birrefringência* (fis), *bicromato* (quim), *bissulfato* (quim).

Consultando Ferreira (1999), extraímos, dentre outras, as seguintes palavras que corroboram a tese de que *bi-* é favorável a formações científicas deadjetivais e dessubstantivais: *biáxifero*, *bicapsular*, *bicarenado*, *bicelular*, *bicolateral*, *bifendido*, *bifloro*, *bifolículo*, *bigêmeo*, *bigeminado*, *binervado*, *bipetalado* (Biologia); *bicôncavo*, *biconvexo*, *biestável*, *bipolar*, *bipolo*, (Física); *bicomposto*, *bilateral*, *bitransitivo* (Lingüística); *bicontínuo*, *binormal* (Matemática); *biatômico*, *bicloreto*, *bifosfato*, *bissulfeto*, *bitartarato* (Química).

INFRA-

O prefixo *infra-* assume o significado fundamental de "abaixo de, posição inferior". Entenda-se aqui que este sema pode aplicar-se inclusive no plano moral (ex. *infra-humano*: "abaixo do nível con-

siderado padrão para o ser humano").

O *corpus* revela o seguinte: a) *infra-* se une a bases substantivais: *infra-estrutura*, *infra-som*; b) *infra-* se acrescenta a bases adjetivais: *infra-estrutural*, *infra-humano**, *infra-orbitário*, *infravermelho*.

As formações com *infra-* não pertencem à linguagem do dia-a-dia. Percebemos que elas tendem ao domínio da terminologia técnico-científica. *Infra-som* e *infra-vermelho*, por exemplo, são termos da Física, mais especificamente da Acústica. *Infra-orbitário* é termo da Anatomia.

O que sugere o *corpus* é corroborado pelo Aurélio. Afora os itens lexicais de cunho erudito, usados em registro formal: *infra-assinado*, *infra-colocado*, *infra-escrito*, *infra-mediocre*, há os da nomenclatura técnico-científica, quatro da anatomia: *infraglótico*, *infra-hepático*, *infra-hióide* e *infra-renal*, um da botânica: *infra-axilar* e um da zoologia: *infrabasilar*.

É conveniente salientar que *infra-* não se constituía elemento formador de palavras no latim clássico. Saraiva (1993) cita um só exemplo, retirado de uma inscrição: *infraforanus*, "que fica ou está colocado abaixo da praça pública".

O paradigma vernáculo inovou, como vimos, introduzindo o padrão *infra* + substantivo. O importante, contudo, a destacar é que, tomando como parâmetro nosso *corpus*, *infra-* não é expressivo na formação de novas unidades léxicas. Basta verificar que apenas um derivado, *infra-humano*, não é registrado no Aurélio. Cunha (1987) não alude a *infra-* e a nenhuma formação com este elemento.

INTRA-

Significando "posição interior", *intra-* se anexa prioritariamente a adjetivos, conforme dados do *corpus*: *intra-alveolar**, *intramuscular*, *intra-arterial*, *intra-ósseo*, *intrabucal**, *intrapertoneal**, *intracelular intrapleural**, *intradérmico*, *intraprésíquico**, *intra-europeu**, *intratecal (dentro da teca)*, *intra-uterino*, *intralesional**, *intravenoso*, *intraluminal**, *intravestibular*, *intramedular*.

É patente a presença de *intra-* na nomenclatura científica,

como demonstram, dentre outros, os exemplos: *intra-alveolar*, *intra-arterial*, *intra-bucal*, *intra-celular*, *intra-dérmico*, *intra-muscular*, *intra-óssea*, *intra-pleural*, *intra-vestibular*. O Aurélio por sinal arrola, entre os derivados, formações pertencentes ao citado domínio, em número relativamente expressivo. Situam-se na linguagem da anatomia: *intra-craniano*, *intra-hepático*, *intra-nasal*, *intra-ocular*, *intra-oral*, *intra-otorrínico*, *intra-vascular*; da morfologia vegetal: *intra-marginal*, *intra-dilatado*, *intra-peculiar*.

Segundo Cunha (1987), *intra-* só ocorre no latim tardio. Chama atenção para o fato de que o prefixo é de grande emprego na formação de compostos(!), particularmente no campo da Biologia (*intra-medular*, *intra-muscular*, *intra-venoso*), onde é naturalmente usado em oposição a *extra-*.

OB-

Ob-, afixo dado nas gramáticas tradicionais com o significado de "posição em frente" e "oposição", participa efetivamente de formações eruditas adjetivais introduzidas na linguagem científica internacional a partir do século XIX. O modelo de tais formações já se encontrava em latim, em que havia adjetivos, do tipo *oblongus*, "oblongo" e *obuncus*, "curvo, adunco". Em nosso corpus, encontramos uma só formação deste tipo: *oblongo* (<*oblongus*). Os dados abaixo são retirados do Aurélio: *obcláveo*, *obdiplostêmone*, *obsserulado*, *obcônico*, *oboval*, *obturbinado*, *obcordado*, *obóveo*, *obovalado*, *obcordiforme*, *obovóide*, *obdentado*, *obpiramidal*.

PER-

O corpus oferece um só exemplo em que *per-* se adiciona a um substantivo: *permanganato*, termo da Química. Todavia, os dados lexicográficos complementares sinalizam certa vitalidade de *per-* neste setor da ciência. Ele indica dado elemento químico participa na sua proporção máxima de determinado composto. *Per-* é empregado com valor intensivo.

A inspiração semântica para o supra-referido processo, assim cremos, é latina. *Per-* participava, com valor intensivo, de bases ver-

bais: *percupire* "desejar muito", *pergaudere* "alegrar-se intensamente" e adjetivais: *peralbus*: "muito branco", *perdignus*: "muito digno" e adverbiais (raro): *permulti* "multíssimo". Na Química, *per-* se aplica também a bases substantivais: *percloreto*, *permanganato*, *peróxido*, etc. Fica aqui a sugestão de pesquisar-se mais detidamente o prefixo na nomenclatura química.

PLURI-

Pluri- era um prefixo, em latim, de expansão muito limitada. A preferência era por *multi-*. Ele se anexava a substantivos, simultaneamente com sufixos de segunda ou terceira declinação, gerando adjetivos, de natureza parassintética: *plurilaterus* (<*pluri* + *later* + *us* "de muitos lados"), *pluriformis* (<*pluri* + *form* + *is* "de muitas formas").

Este padrão encontrou certa acolhida na terminologia erudita, especialmente da Biologia: *plurifloro*, "de muitas flores", *pluripétalo* "de muitas pétalas" e *plurivalve*, "de muitas valvas". Naturalmente, trata-se de uma adaptação vernácula, já que o *-o* e o *-e* final dos adjetivos são sufixos temáticos e não desinências casuais.

Nenhum exemplo congêneres é encontrado no *corpus* que nos orienta. O padrão identificado, de expansão não muito significativa, considerando-se os exemplos não registrados pelo Aurélio, é *pluri* + adjetivo: *pluricarencial* e *plurissexual*. Estes exemplos são consoantes com o padrão de formações que entraram no português via linguagem científica internacional do século XIX.

PÓS-

Segundo Maurer Jr. (1951: 130), *post-* prefixo indicador de posterioridade, é um prefixo literário, de emprego restrito tanto em latim como nas línguas românicas, quer seja ele verbal ou nominal. Temos assim *posthabere*, "colocar em segunda ordem", *postponere*, "colocar depois, em segundo lugar; *postgenitus*, "gerados depois, descendentes", *postmeridianus* "depois do meio-dia", *postprincipia* "depois do princípio, consequência, resultado".

Podemos admitir, como quer Maurer Jr, a natureza erudita do

prefixo. Contudo, pelo menos no que tange ao português, *pós*, proveniente de *post-*, se revela de razoável vitalidade, inclusive na linguagem científica, onde se salienta. Adiciona-se, como *post-* a substantivos e adjetivos, raramente a numerais, conforme nossos dados, não incluídos no Aurélio: *pós-abdômen*, *pós-naturalista*, *pós-orgânico*, *pós-cirurgia*, *pós-paleolítico*, *pós-parto*, *pós-colheita*, *pós-petróleo*, *pós-estruturalista*, *pós-renascentista*, *pós-freudiano*, *pós-revolução*, *pós-gonocócico*, *pós-sináptico*, *pós-vocálico*, *pós-mozartiano*, *pós-sessenta*.

Provavelmente, foi o paradigma das primeiras formações vernáculas, introduzidas no século XIX que motivou o padrão prefixo + base nominal (adjetival ou substantival).

PRE-

Pre-, afixo que carrega a noção de anterioridade, prende-se à forma latina *prae-*, a qual se unia a verbos: *praedicere*, "predizer", *praesentire* "sentir com antecipação" e adjetivos: *praecanus* "que tem os cabelos brancos antes do tempo", *praematurus* "maduro antes do tempo".

Segundo Maurer Jr. (1951: 130), *pre-* chegou primeiramente às línguas românicas em empréstimos ou imitações do latim, desde a Idade Média, quer como prevérbio, quer como prefixo nominal.

Considerando, todavia, os dados do *corpus* se impõe dar pesos diversos às formações nominais em relação às verbais, estas de fraca expansão. No referente aos verbos, boa parte já se encontra nos dicionários. Muitos são oriundos do latim, a exemplo de *predestinar* (<praedestinare), *predizer* (praedicere), *predominar* (através do francês *prédominer* este de *praedominare), *pré-existir* (<fr. pré-existir, este do latim eclesiástico praeeistere), *prefigurar* (praefigurare), *preponderar* (<praeponderare), *pressentir* (<praesentire), *pressupor* (<praesuponere) e *prever* (<praevidere).

Em termos de análise sincrônica, é bem representativo o número de verbos que se deixam segmentar em prefixo mais base livre, como *predestinar*, *predizer*, *pré-existir*, *pressupor* e *prever*.

Nosso *corpus*, porém, não evidencia a consistência do supra-

citado padrão em português: só há o verbo *pré-anular*, na forma flec-tida, *pré-anulam*. Seria instigante procurar os motivos da precária vi-talidade do paradigma. Provavelmente isto se deve ao fato de, por ocasião da introdução das formações com *pré-* em português, ter-se instaurado o padrão prefixo + base nominal, que motivou as forma-ções subseqüentes.

Pré- forma novos itens lexicais inteiramente motivados. As regras de formação são bem transparentes, tanto do ponto de vista formal quanto do ponto de vista semântico. Abaixo damos a lista dos derivados com *pré-*. Não separamos os casos em que *pré-* se anexa a substantivos daqueles em que se anexa a adjetivos. As formações não são incluídas no Aurélio: *pré-abdômen*, *pré-andino*, *pré-canceroso*, *pré-clínico*, *pré-colonial*, *pré-custeio*, *pré-eclâmpsia*, *pré-escatológico*, *pré-euclidiano*, *pré-filatélico*, *pré-genital*, *pré-germinação*, *pré-germinado*, *pré-investimento*, *pré-lingüístico*, *pré-óptico*, *pré-ortodôntico*, *pré-paradigmático*, *pré-protético*, *pré-psicótico*, *pré-pubertário*, *pré-púber*, *pré-sináptico*, *pré-social*, *pré-testável*, *pré-tratamento*, *pré-verbal*, *pré-xerose*.

Pré- se acha presente em todos os *subcorpora*, destacada-mente no *subcorpus* científico. Há certamente *subcorpus* onde o pre-fixo é menos freqüente. Isto seria, entretanto, objeto de uma aprecia-ção quantitativa e qualitativa a que não se propõe nosso trabalho.

QUADRI-, QUADRU-

Em latim, *quadri-* e sua variante *quadru-* se adjungiam, si-multaneamente com sufixos de segunda ou terceira declinação, a substantivos formando adjetivos: *quadrangulus*, "de quatro ângu-los", *quadriremis*, "de quatro remos". Na linguagem científica, houve adaptação vernácula do processo, conforme mostram estes adjetivos extraídos do Aurélio: *quadricórneo* "de quatro cornos", *quadriflóreo* "de folhas dispostas quatro a quatro". Há inclusive o aproveitamento das bases presas, a que se acrescenta o prefixo: *quadricípite* "de qua-tro feixes" (cf. latim *biceps*, *cipitus* "de duas cabeças") e *quadri-val-ve*, "de quatro valvas".

Ainda em latim, como processo secundário e pós-clássico, segundo inferimos de Saraiva (1993), desenvolveu-se o padrão *qua-*

dri- + adjetivo: *quadrangularis* e *quadricubitalis*, respectivamente: "de quatro ângulos" e "de quatro côvados".

Este último padrão prosperou um pouco, mormente em linguagem técnica e erudita. Na Biologia, temos *quadridentado*, *quadrigitado*, *quadrilunulado* ("de quatro manchas em formas de lua"). No corpus, identificamos um só exemplo, da linguagem jornalística: *quadrifônico*, não dicionarizado.

O português também desenvolveu o padrão *quadri-* + substantivo, a exemplo de *quadripolo*, *quadriposição*, *quadrivetor*, termos da Física, citados no Aurélio. A julgar pelos nossos dados, *quadri-* não se revela próspero. Considerando-se os dados lexicográficos, parece-nos um prefixo de extração erudita, circunscrito predominantemente à nomenclatura científica.

SUB-

Sub-, prefixo que em latim possuía dois semas básicos, "de baixo para cima" e "soto posição, se agregava a verbos e nomes. Sua introdução em português se deu por influência da língua culta. A forma vernácula é *sob-* (ou *so-*, variante), que comparece prefixalmente em *soerguer* e parassinteticamente em *sobraçar*. Não obstante o caráter culto de *sub-*, ele tem vitalidade mais pronunciada que *sob-*. *Sub-* apresenta-se como prefixo nominal e verbal, sendo o de eleição o ambiente pré-nominal.

Como afixo pré-substantival, *sub-* é de emprego antigo, remontando ao latim, embora não ostentasse aspecto clássico. Pertencia a linguagem técnica e passou para as línguas românicas, via latim medieval. Indicava, junto a substantivo designador de cargo, função subalterna. Maurer Jr. (1951: 131) registra *subdiaconus*, no código de Justiniano, *subdoctor* (professor ajudante) em Ausônio, *subvillicus* (sub-administrador). Em Plauto, encontra-se *subcustos*, "sotoguarda". Justificam-se, portanto derivados portugueses como *subcheffe*, *subdelegado*, *subgerente*.

Mas *sub-* não se confinou aos casos acima e congêneres. Tem hoje seu emprego bastante alargado, aplicando-se tanto a substantivos como a adjetivos. Ele assume matizes semânticos diversos derivados do sentido fundamental. Em ciência, pode ter acepção locati-

va: *subandino*, *subcutâneo*, *subcortical*, *subgengival*; partitiva: *subatômico*. Indica igualmente "um pouco, um tanto", em alguns termos técnicos da Biologia: *sub-braquicéfalo*, *sub-dolicocéfalo*, *subglobosa*, *submuricado*. Este último matiz sêmico provavelmente se deve à influência do latim, onde eram numerosas as formações como: *subagrestis* "um pouco rústico", *subraucus* "um pouco rouco".

Abaixo, listamos em dois grupos os derivados científicos com o prefixo *sub-*, não lexicografados:

Substantivais: sub-história, subárea, subcentro, subcultura, subdeterminação, subdosagem, subentroncamento, subfertilidade, sublapso, subnível, subprodução, subprograma, subproletariado, subtema, subtexto, subtópico.

Adjetivais: subandino, subaracnoidiano, subarborescente, subcortical, subdolicocéfalo, submuricado, sub-romântico, subutilizado

SUPER-

Em latim, *super-* se mostrava muito prolífico, quer como preverbo, como prefixo nominal. Além da noção básica de superposição (ex. *superponere*, "por sobre", *superscribere*, "escrever por cima"), existem as de transposição (*supervadere* "transportar") e a de excesso (*supervacuum* "muito vazio"). Porém, na România Ocidental, em particular no português, acabou por vigorar a noção de excesso. Menção seja feita à tradição medieval que nos legou inúmeras formações com *super-*, em que este apresenta valor intensivo: *supereminente*, *superabundância*.

O corpus revela uma fraca tendência de *super-* ligar-se a verbos, se comparada à de vincular-se a substantivos e adjetivos. Algumas formações remontam ao latim, como *superpor* (<*superponere*), *superexaltar* (<*superexaltare*), *superabundar* (<*superabundare*).

Nos derivados nominais, vigora a noção de excesso. Os limites nocionais do item lexical de base são superdimensionados. Não conseguiu firmar-se na língua um padrão em que *super-* tivesse a noção de superioridade em cargo, para que se contrapusesse a *sub-*. O substantivo *superintendente* é do latim, via participio presente. O substantivo *superestrutura* é um exemplo isolado em que o prefixo

tem o sema contraponível ao de *infra*-.

Damos a seguir as seguintes formações científicas com *super*-, não acolhidas no Aurélio:

Adjetivais: super-reprodutor, superalimentício, superdesenvolvido, superdimensionado, superminiaturizado, superneurótico, supernormal.

Substantivais: super-humanismo, supercérebro, supercompensação, superconstrução, supercorreção, supercosmo, superdosagem, superexploração, superinfecção, supermicroscópio, supermotivação, superorganismo, superovulação, super-senso.

SUPRA-

Faria (1958: 284) não se refere a *supra*- em gramática latina, quer como préverbo, quer como prefixo nominal. Romanelli (1964) e Maurer Jr. (1951, 1959) também não fazem menção ao afixo.

Em Saraiva (1993) localizamos poucos exemplos de *supra*- como préverbo e como prefixo adjetival. Mesmo neste último caso, as bases têm vinculação verbal, conforme atestam os exemplos *supradictus*, "sobredito", *supranatans*, "que nada sobre", e *suprasedens*, "sentado em cima". Os dados, porém não nos fornecem indícios seguros sobre o caráter clássico ou vulgar do prefixo.

Seja como for, a despeito das condições históricas que o punham em desigualdade inicial em relação a *super*- o prefixo *supra*- foi se difundindo na língua, em especial, no léxico científico. Basta que se consultem, para fins comparativos, Moraes (1813) vol. 2, Aulete (s/d), vol.2 e o Aurélio (1999), a fim de verificar a surpreendente expansão de *supra*-.

A título de complementação, eis os dados do *corpus* que o Aurélio não acolhe:

Grupo I (deadjetivais): *suprabasal, suprapúbico, supraceleste, supra-racional, supra-estatal, supra-sintético, supralegal, supralógico, supra-óptico.*

Grupo II (dessubstantivais): *supra-estrutura.*

A noção do prefixo é "acima de", no plano físico ou nocional. *Suprapúbica* é "acima do púbis" e *supra-racional*, "acima do racional".

TRANS-

O corpus atesta razoável número de informações verbais que nos chegaram do latim, por via direta ou indireta (neste caso, por intermédio do francês): *transcender* (<transcedere), *transmutar* (<transmutare), *transcrever* (<transcribere), *transpirar* (<transpirare), *transferir* (<*transferere) *transplantar* (<transplantare), *transfundir* (<transfundere), *transpor* (<transponere), *transgredir* (<*transgredere), *transportar* (<transportare), *transmigrar* (<transmigra-re) *transverberar* (<transverberare), *transmitir* (<transmittere)

Os poucos exemplos de formações ocorridas em português, como *transbordar* e *transfixar*, já se encontram devidamente lexicografadas.

O corpus evidencia verdadeira expansão do padrão *trans-* + adjetivo o qual se prende a modelo latino (cf. *transalpinus*, *translucidus*). Listamos abaixo os derivados não acolhidos no Aurélio, nos quais o prefixo apresenta o traço sêmico de "além de", daí o de "mudança", que se observa em *transsexual*: *transcultural*, *transcurvo*, *translógico*, *transnordestino*, *transpantaneiro*, *transplanetário*.

O português admite também o padrão *trans-* + substantivo: *transaminação* (<amina, substância química), *transaminase*, *transesterilização*, *transfronteira*, *transmantiqueira*, *transmemória*, *transpeptidase* (<peptideo, termo da Química).

É notável, como se vê nos dados, a presença de *trans-* em terminologia científica, como mostram os exemplos *translógica*, *transplanetário*, *transesterilização*, *transmemória*, *transaminação*, *transaminase*, *transpeptidase*.

TRI-

Tri-, elemento derivacional que significa "três", se documenta em muitas formações a partir do século XIX, na linguagem erudita. Mas os contextos vernáculos em que *tri-* comparece são um tanto diversos dos do latim, pelo menos considerando os aspectos mais sa-

lientes. Em português, por exemplo, não sobrevive, a não ser esporadicamente a parassíntese com *tri-*, como nos adjetivos latinos *triformis* (<tri + forma + is), *trilinguis* (<tri + lingua + is). Formações do nosso corpus, do tipo *trilíngue* e *trirreme* são legados da latinidade. Na linguagem da Biologia, conservadora que é, adapta-se ao modelo latino, conforme atestam os adjetivos *tripétalo* e *trissépalo*, existentes no Aurélio.

Nosso corpus contém abundantes exemplos de *tri-* empregado na nomenclatura da ciência, mormente da Química. Ilustramos com os substantivos abaixo não encontrados no Aurélio: *tricloretileno*, *trifenil-metilpenicilina*, *tricloreto*, *trifluorperazina*, *triclronaftaleno*, *trideoxi-ribostamicina*, *trimetadona*, *trietilenometenamina*, *trimetilamina*, *triexifenidil*, *trimetilenamina*, *triexilfenidil*, *trinitrotoluol*, *trissulfato*, *triortocresilfosfato*. Constituem formações especiais, segundo convenções da Química, nas quais não nos deteremos.

Deparamo-nos também com adjetivos utilizados na nomenclatura técnica: *tricloraético**, *trisfosfórico**, *trissômico**.

Outros adjetivos são de extração diversa: *tricintado** e *triplexa** (dobrado em três) pertencem à linguagem romanesca e *tripessoal**, à linguagem oratória.

A julgar pelos dados, *tri-* nos parece um prefixo de pouca difusão na linguagem cotidiana. Tende a participar de formações especializadas.

UNI-

Uni- é prefixo que se tomou emprestado ao latim clássico. Foi introduzido a partir do século XIX, tendo como ponto de partida a linguagem científica internacional.

O português expandiu o padrão *uni-* + adjetivo, segundo estes exemplos do corpus: *unilinear*, *uniovolado*, *univalvo**, *unirradicular**.

Formação do tipo *univalvo*, variante da dicionarizada *univalve*, "concha de molusco constituída de uma só peça", é imitação de modelo latino (cf. *unimembris*, "de um só membro", *unimanus*, "de uma só mão"). Na Biologia, dá-se guarida a tais formações. Examinem-se, para fins de cotejo estes adjetivos extraídos do Aurélio: *uni-*

fólio (de uma só folha), *unipétalo* (de uma só pétala) e *unirreme* (de uma só pata).

Prefixos correspondentes a formas livres e dependentes

EXTRA-

O prefixo *extra-* pertencia ao latim vulgar, embora circunscrito no início, conforme o sempre valioso testemunho de Maurer Jr. (1951: 127-28), à parte oriental da România, isto é, à Itália e à Dácia. Segundo ainda o ilustre romanista: Usado com o prefixo nominal de emprego limitado, *extra-* se acha algumas vezes em latim, mas só na decadência, sobretudo nos Padres cristãos, e.g. *extramundanus* (Jerônimo), *extranaturalis* (Tertuliano), *extramuranus* (Ambrósio) – *extraordinarius* já vem em Cícero. (1951: 128)

Foi por via culta que *extra-* ingressou na România Ocidental, usado às vezes como *preverbo*. Em português existe *extrapolar* (séc. XX), *extravasar* (1813), *extraviar* (séc. XVII), segundo informações do Dicionário de Cunha (1987).

É como prefixo nominal que *extra-* se tem afirmado verdadeiramente em português desde o século XIX. Ajunta-se a adjetivos conforme o modelo no latim pós-clássico: *extrabucal**, *extramédico**, *extracelular*, *extramental**, *extracientífico**, *extranacional**, *extracorporal**, *extracurricular*, *extraorçamentário**, *extra-econômico**, *extraperceptivo**, *extrapiramidal**, *extratemporal*, *extrajudicial*, *extrateórico**, *extralegal*, *extraterrestre*, *extralingüístico*, *extraterritorial*, *extra-sensorial*, *extravocacional**.

Em menor escala, *extra-* também se acrescenta a substantivos: *extra-empresa** (usado como adjetivo), *extra-sístole*.

DE-

Em nosso corpus, há dois tipos de formação: os de natureza vernácula e os que vieram até nós, por intermédio do latim. Estes últimos, no bojo do *corpus*, são relativamente bem representados. Constituem-se de infinitivos verbais e raros nomes, em que o prefixo, além do sema fundamental de "afastamento" (ex.: *defluxo*), exhibe outros, com ele relacionados: negação (*decrescer*, *demérito*), privação (*depilar*) e duração, indicando neste caso que ação, estado ou

processo se estendem (*delinear, delongar e deperecer*).

Em português, *de-* se adjunge a bases verbais, com o sema fundamental de "afastamento". Num exemplo do *corpus*, indica "de cima para baixo: *dependurar*, onde o prefixo é redundante, já que a noção pode ser identificada no radical; noutro, indica "separação" ou "privação": *debicar*. O verbo aí, significa, a partir dos constituintes "puxar com o bico" e daí "comer pouco (como as aves)", "comer em pequena porção". O prefixo tem valor semântico um tanto opacizado, em virtude do emprego metafórico do verbo. Num outro caso, o sema do afixo é "deslocamento a partir de determinado ponto": *demarcar*. Há, enfim, o sema "em sentido contrário": *decifrar, decodificar*.

Existem também as formações de caráter denominal: *dealquilação**, *deaminação** e *detoxicação**. São termos da linguagem técnica, mais especificamente relacionados com a nomenclatura química. Significam respectivamente "tirar os radicais alquila", "tirar os radicais amina" e "tirar a toxidez". Mesmo os exemplos denominais pressupõem as bases *dealquilar, deaminar e detoxicar*, que não sabemos serem ou não existentes, pois não dispomos de manual ou dicionário especializado para as devidas elucidações.

De- pode ocorrer também junto a adjetivos, indicando "proveniência", conforme exemplo único do Aurélio: *deverbal*. A partir dele, no domínio da lingüística, criaram-se outros exemplos, registrados e inclusive já empregados por nós: *deadjetival, dessubstantival, denominal*. Acrescem-se a outros, confinados em terminologia técnico-científica. O *corpus* não oferece exemplos de deadjetivais.

Com base nos dados analisados, comparados aos listados pelo Aurélio, somos do parecer de que *de-* está longe de ostentar expansão semelhante à de *des-* Tendo compulsado a mencionada obra lexicográfica, deparamo-nos com exemplos abstrusos, não só quanto ao aspecto raridade, mas também quanto à própria natureza da formação (ex.: *deflegmar* e *decriptar*). Alguns pertencem à terminologia técnica ou são de registro literário, estando incluídos entre formações prefixais: *defibrilar* (Biol. "deter a fibrilação de"), *depolarizar* (Físico-química: "efetuar a despolarização de"), *devitrificar* (cristalografia: "fazer cessar a vitrificação"); formações parassintéticas: *deflegmar* (Quím. de + phlegma + ar: "tirar o muco"), *degasar* (Quím. "provocar a desgaseificação de um sistema"), *degranar* ("tirar os grãos"),

deletrear (literário: “ler letra por letra”), *demitizar* (religião: “escoimar de mitos a religião cristã”). Ressalte-se a concorrência de *de-* com *des-*: *despolarizar*, *desvitrificar*, *desflegmar* e *desgasar*.

A preferência por bases verbais já remonta ao latim clássico, conforme o balizado testemunho de Romanelli (1964).

CONCLUSÃO

Aqui pretendemos mostrar, e creio que o fizemos, ainda que densamente, quão importante foi a influência do latim em suas modalidades no léxico científico. Fica uma contribuição aos manuais de lingüística histórica, como o de Coutinho (1976) e o de Nunes (s/d), que simplesmente apontam uma lista de afixos sem indicar as condições de produtividade e de produção. Sinaliza a necessidade de estudar-se os afixos em geral com bases nas condições retrocitadas de modo a determinar que modalidade de latim influenciou no léxico português, em vez de apresentar uma mera listagem de afixos, conduzindo assim o leitor a uma falsa concepção de um latim unitário, contra a qual as próprias obras se insurgem.

É bom ressaltar que as nossas conclusões, mormente aquelas em função das bases a que o prefixo se anexa, podem estar sujeitas à correção, uma vez que nos baseamos, quanto ao latim, apenas nos testemunhos dicionariais de Saraiva (1993) e nos testemunhos gramaticais de Maurer Jr. (1951, 1959). Sabemos que estes dados, conforme a extensão da coleta, podem ser modificados, resultando, pois, em conclusões diversas.

BIBLIOGRAFIA

AULETE, F. J. Caldas. *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora e Officinas Typographicas e de Encadernação, [s/d.], vol. 2.

COUTINHO, Ismael. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico – século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *A Unidade da România Ocidental*. São Paulo: Acadêmica, 1951.

———. *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MORAES, Antônio. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lacerdina, 1813. vol. 2.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica, [s/d.]

ROMANELLI, Rubens Carlos. *Prefixos Latinos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1964.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novo Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SERPA, Oswaldo. *Dicionário Escolar Inglês-Português Português-Inglês*. Rio de Janeiro: FENAME, 1973.

O ALCAMENTO DAS VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS E POSTÔNICAS MEDIAIS

Fernando Antônio Pereira Lemos (CEFET-MG)

RESUMO

Este estudo retoma um tema bastante controverso na literatura: o alçamento das vogais médias para altas no Português do Brasil. Alguns exemplos de ocorrências com alçamento na sílaba pretônica são realizações como *t[e]soura ~ t[i]soura* e *t[o]mate ~ t[u]mate*. Na sílaba postônica medial, podem ser encontrados exemplos de ocorrências com o alçamento em realizações como *fôl[e]go ~ fôl[i]go* e *pér[o]la ~ pér[u]la*. Muitos trabalhos têm discutido tal fenômeno, principalmente com relação à sua ocorrência na sílaba pretônica (BISOL: 1981; VIÉGAS: 1987 e 2001; BORTONI et al: 1992; OLIVEIRA: 1992). A polêmica reside em estabelecer se a mudança é implementada lexicalmente ou se há motivação de cunho estrutural e social na implementação da mudança. Nosso estudo, por sua vez, inova ao procurar estabelecer quais os ambientes que propiciam a ocorrência do fenômeno do alçamento das vogais médias na sílaba postônica medial. Amplia-se, portanto, a discussão do alçamento das vogais para o contexto postônico, além da discussão do contexto pretônico que tem sido amplamente estudado.

A pesquisa foi realizada junto a 64 informantes da cidade de Divinópolis (MG). Os parâmetros sociais abordados foram a classe social (trabalhadora e média alta) e o sexo dos informantes. Foram realizadas a análise quantitativa e a análise qualitativa dos dados. Para a análise quantitativa, os dados foram codificados, lançados e analisados no programa VARBRUL. Na conclusão, com relação à sílaba pretônica, apresentamos evidência que corrobora a tese de que essa mudança sonora é implementada lexicalmente. Com relação ao alçamento na sílaba postônica medial, os resultados apontam quais são os ambientes estruturais mais propícios para o alçamento vocálico e considera a possibilidade de a mudança estar sendo implementada lexicalmente.

PALAVRAS-CHAVE: alçamento; vogais médias; sílaba postônica medial

INTRODUÇÃO

Este estudo retoma um tema bastante controverso na literatura: o alçamento das vogais médias para altas no Português do Brasil. O alçamento é caracterizado pela elevação do traço de altura das vogais médias altas [e] e [o] que se realizarão como as vogais altas [i] e [u]. Mais especificamente, a presente investigação fixou-se na ocorrência do fenômeno na sílaba pretônica e na sílaba postônica medial. Alguns exemplos de ocorrências com alçamento na sílaba pretônica são as realizações *t[e]soura ~ t[i]soura* e *t[o]mate ~ t[u]mate*. Esta-

mos denominando de sílaba postônica medial aquela situada entre a sílaba tônica e a sílaba átona final em palavras paroxítonas. Na sílaba postônica medial, podem ser encontradas realizações como fô[l]e]go ~ fô[l]i]go e pér[o]la ~ pér[u]la.

Muitos trabalhos têm discutido este fenômeno. A discussão, no entanto, tem se restringido à sua ocorrência do alçamento vocálico na sílaba pretônica (Bisol: 1981; Viegas: 1987; Bortoni et alii: 1992; Oliveira: 1992). Nosso estudo inova ao procurar estabelecer quais os ambientes que propiciariam a ocorrência do fenômeno do alçamento das vogais médias também na sílaba postônica medial. Amplia-se, portanto, a discussão do alçamento das vogais para o contexto postônico, além da discussão do contexto pretônico que tem sido amplamente estudado.

Com relação à polêmica em torno do assunto, essa reside na tentativa de se estabelecer se há motivação de cunho estrutural e social na implementação da mudança sonora ou se ela é implementada lexicalmente. Assim, duas propostas teóricas postulam explicações para a implementação da mudança sonora: o Modelo Neogramático e o Modelo da Difusão Lexical. Segundo os defensores do Modelo Neogramático, toda mudança sonora é foneticamente gradual e lexicalmente abrupta. Os defensores do Modelo da Difusão Lexical defendem que toda mudança sonora é foneticamente abrupta e lexicalmente gradual.

Os trabalhos a respeito do alçamento das vogais médias pretônicas têm se inspirado tanto no ponto de vista neogramático quanto no ponto de vista da Difusão Lexical. Bisol (1981) estudou o fenômeno do alçamento vocálico em quatro dialetos do Rio Grande do Sul. Seu trabalho apresenta justificativas estruturais para a ocorrência da mudança sonora, engajando-se, portanto, dentro da perspectiva neogramática. Em suas conclusões postula que a elevação das vogais é influenciada por múltiplos fatores dentre os quais destaca-se a harmonização vocálica em que a vogal média pretônica assimilaria a altura da vogal alta presente na sílaba tônica. Assim, a vogal média alta [e] presente em p[e]r[i]go seria condicionada a ser realizada como a vogal alta [i] devido à influência exercida pela vogal alta [i] presente na sílaba tônica. Dessa forma, a palavra perigo tenderia a ser pronunciada como p[i]r[i]go. Tal condicionamento propiciaria realizações do tipo p[i]ru, m[i]nino, p[u]lícia, b[u]tina, etc.

Viegas (1987) realizou o seu estudo do alçamento vocálico investigando a implementação do fenômeno em duas regiões de Belo Horizonte. A autora apresentou em suas conclusões interpretações de cunho neogramático. Como exemplo, pode ser destacada a presença da vogal alta na sílaba tônica, provocando o alçamento das vogais médias altas [e] e [o] devido à regra de harmonização vocálica. No entanto, apesar de grande parte dos exemplos favorecerem a interpretação da mudança sonora sob a ótica neogramática do condicionamento fonético e da sua implementação, nem todos os casos apontados pela autora puderam ser justificados sob tal perspectiva. É o caso, por exemplo, das palavras tomate e tomada. Tomate apresentou o alçamento da vogal média [o] para a vogal alta [u], propiciando a sua ocorrência como t[u]mate. No entanto, a palavra tomada com o mesmo contexto fonético não apresentou nenhum caso de alçamento vocálico. Assim, a mudança sonora não atingiu todos os itens lexicais como pretendiam os neogramáticos.

A autora demonstrou, ainda, a relevância do fator semântico na implementação da mudança em questão. Assim, segundo a mesma, itens lexicais menos prestigiados favoreceriam a implementação da regra de alçamento das vogais médias pretônicas. Como exemplos, cita a palavra porção que poderá ser pronunciada como p[o]rção (para designar quantidade de pessoas) e p[u]rção (para designar quantidade de determinada comida) ou ainda P[e]ru (país) e p[i]ru (ave). Em ambos os exemplos, os primeiros itens seriam resistentes à mudança porque carregariam elevado prestígio social enquanto a segunda realização possuiria caráter depreciativo.

Bortoni et alii (1992) procederam à investigação do alçamento das vogais médias junto ao dialeto emergente de Brasília. Sua pesquisa apontou os contextos fonéticos relevantes para a implantação da regra do alçamento vocálico. No entanto, apesar de a maioria das palavras presentes em seu corpus ter sido influenciada pelos fatores estruturais ocasionando o alçamento, nem todas as palavras alçaram. Esse é o caso da palavra vestibular. De acordo as pesquisas sobre o alçamento, a vogal alta [i,u] na sílaba tônica favoreceria o alçamento das vogais médias por intermédio de regras de harmonização vocálica. Outro fator apontado como favorecedor da implementação da regra do alçamento seria a presença da vogal média [e] em sílaba pretônica travada por fricativa. Assim, como aparece no cor-

pus coletado pelas pesquisadoras a palavra vestido realizou-se como v[i]stido. Não foi isto o que ocorreu com a palavra vestibular que foi pronunciada pelos informantes como v[e]stibular com a vogal média alta [e] aparecendo de forma categórica. Pode-se, portanto, que a implementação da mudança sonora em questão ocorra gradualmente como postulam os defensores do modelo difusionista.

Oliveira (1992), a partir dos dados coletados por VIEGAS (1987), fez uma abordagem sob a ótica da Difusão Lexical. Segundo o autor, diversas ocorrências retiradas do corpus analisado pela autora apresentariam evidências de que o contexto fonético não seria a melhor explicação para o alçamento ou o não-alçamento, como pretendido pelos neogramáticos. Como evidências, listou as palavras pomada vs. pomar e tomate vs. tomada, dentre outras. Nas primeiras palavras de cada dupla há a possibilidade de alçamento vocálico, mas na segunda palavra de cada exemplo o som [o] mostrou-se categórico. Ou seja, mesmo tendo sido configurado o ambiente fonético propício à aplicação da regra, o segundo item lexical não alçou. Assim, evidenciou-se que a mudança sonora é lexicalmente gradual, conforme postulado pelos difusionistas. Conforme o autor, no seu estágio inicial, todas as mudanças sonoras são de caráter difusionista. A regularidade neogramática viria nos estágios seguintes da mudança.

Com relação à sílaba postônica medial, poucos autores escreveram a respeito do alçamento das vogais médias. Segundo Mattoso Câmara (2000: 44), haveria a neutralização do [o] e do [u]. Isso propiciaria as ocorrências abób[u]ra e búss[u]la. Não haveria, porém, neutralização no caso das vogais [e] e [i] postônicos mediais. Cristófaros Silva (1999: 90), por sua vez, postula que “em alguns casos o ‘e postônico medial’ pode reduzir-se a [ø].” Ocorrências como hipó[tø]se e almon[ø]ga comprovariam tal tendência. Já o alçamento do (o) postônico medial ocorreria em fala informal. A nossa pesquisa procurou confirmar essas hipóteses.

Finalmente, os resultados apresentados nessa discussão são parte integrante de um trabalho mais amplo (Lemos: 2001). Tal trabalho buscou investigar a interferência da oralidade na escrita, tomando por base o alçamento das vogais médias em sílabas átonas.

RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A relevância da presente pesquisa reside no fato de ampliarmos o foco de investigação para a sílaba postônica medial. Como pôde ser constatado, a maioria dos trabalhos que procuraram responder à questão do alçamento das vogais médias concentrou-se na sílaba pretônica. Buscamos, portanto, verificar se a implementação dessa mudança sonora ocorre da mesma maneira independentemente da posição que a vogal média ocupe em relação à sílaba tônica.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na cidade de Divinópolis (MG). O município está localizado a 110 km de Belo Horizonte. Com cerca de 190.000 habitantes, o município é uma das dez cidades mais desenvolvidas economicamente do estado.

- 1) A investigação envolveu 64 informantes. Todos eram alunos das 4 primeiras séries do Ensino Fundamental. Havia, portanto, 16 informantes de cada série. Os fatores não-estruturais investigados foram a classe social do informante, o nível de escolaridade e a que sexo pertencia. Assim, metade dos alunos pertencia à classe trabalhadora e a outra metade pertencia à classe média alta. Metade dos informantes era do sexo feminino. Os critérios para a escolha dos informantes foram: Os pais dos informantes deveriam ter residido há pelo menos 10 anos na região pesquisada;
- 2) Os informantes deveriam viver a maior parte da sua vida na região pesquisada.

Todos os alunos foram submetidos a uma entrevista gravada. A entrevista constou de uma conversa informal, de um teste de nomeação de figuras e de um breve questionário. As figuras representavam palavras que possuíam vogais médias com ambiente possibilidade de alçamento, dentre outras. Os questionários também levavam o informante a proferir as suas respostas com as palavras com o ambiente pesquisado. As palavras investigadas na sílaba pretônica foram: vestido, tesoura, termômetro, dezesseis, estouro, leão, menino, peão, peru, espanto, botina, tomate, coelho, comida, dormiu, formiga, mosquito, começo e bonito. Para a investigação da sílaba postô-

nica medial foram utilizadas as palavras câmera, cérebro, cócegas, termômetro, pêssego, fôlego, números, quadrúpede, tráfego, abóbora, víbora, âncora, árvore, bússola, semáforo, pérola, carnívoros e agrícola. Em sua totalidade, foram efetuadas cerca de 25 horas de gravação.

- a) Contextos fonológicos investigados: Modo e ponto de articulação do segmento precedente
- b) Modo e ponto de articulação do segmento seguinte
- c) Tipo de vogal tônica
- d) Tipo de sílaba

Vogais	Quantidade de dados analisados		Total
	[e] ~ [i]	[o] ~ [u]	
Sílaba pretônica	614	540	1.154
Sílaba postônica medial	481	424	905
Total	1.095	964	2.059

Tabela 1: Quantidade de dados analisados

Os dados foram codificados e lançados no programa Varbrul para o cálculo dos percentuais de alçamento e das probabilidades de favorecimento da aplicação da regra do alçamento dos contextos fonéticos investigados. Foi realizada, ainda, a análise qualitativa dos dados. Foram analisados 2.059 dados. A Tabela 1 apresenta a quantidade de dados coletados e processados, subdivididos entre o tipo de vogal analisada e a posição da mesma em relação à sílaba tônica.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, procedeu-se à análise do alçamento do (e) pretônico. O programa Varbrul selecionou como significativos os fatores Modo de articulação do segmento precedente, o ponto e o modo de articulação do segmento seguinte, o tipo de vogal tônica conjugada com a sua distância da vogal candidata ao alçamento e o sexo do informante. A Tabela 2 apresenta os grupos de fatores selecionados, as ocorrências e os percentuais de alçamento, bem como a probabilidade de implementação da regra de alçamento.

Com relação ao Modo de articulação, o programa considerou

a presença da oclusiva precedente, como em *peão*, *peru* e *tesoura*, bem como a fricativa e a vogal em hiato seguintes, presentes respectivamente em *estouro*, *vestido* e *leão*, como altamente favorecedores do alçamento do (e) pretônico.

Com relação ao ponto de articulação, o programa selecionou como favorecedora do alçamento a vogal em hiato seguinte, presente em *peão* e *leão*. Esse resultado aponta a relevância do fator vogal em hiato como favorecedora do alçamento da vogal média [e], como já haviam realçado Mattoso Câmara Júnior (2000: 45) e Callou & Leite (2000: 86). Note-se, no entanto, que as ocorrências com alçamento limitaram-se à palavra *peão*. Ou seja, nenhum dos informantes pronunciou a palavra *leão* com o alçamento da vogal média [e]. Pode-se postular, portanto, que o fator estrutural não deve ser entendido como a única explicação para a mudança sonora em questão.

A vogal alta tônica foi outro fator apontado como favorecedor pelo programa Varbrul. Como discutido anteriormente, vários autores (Bisol: 1981, Viegas: 1987, Bortoni et alii: 1992) têm atribuído à presença da vogal alta tônica o alçamento das vogais médias [e] e [o] na posição pretônica. Assim, a presente pesquisa reafirma essa tendência.

Grupo de Fatores	Fatores	Ocor.	%	Probab.
Modo de articulação do segmento precedente	Nasal	9/62	15	.02
	Fricativa	44/64	69	.04
	Oclusiva	154/310	50	.81
Modo de articulação do segmento seguinte	Nasal	9/62	15	.32
	Líquida não-lateral	22/119	18	.01
	Fricativa	168/307	55	.82
	Vogal (hiato)	47/126	37	.77
Ponto de articulação do segmento seguinte	Alveolar	199/488	34	.16
	Vogal (hiato)	47/126	50	.84
Tipo de vogal tônica conjugada com a distância da sílaba com possibilidade de alçamento	Vogal baixa tônica imediata - □[□□□T□	54/181	30	.12
	Vogal média tônica imediata - [e,o]	54/188	29	.42
	Vogal alta tônica imediata [i,u]	75/182	41	.91
Sexo do informante	Masculino	131/308	43	.56
	Feminino	115/306	38	.44

Tabela 2: Resultados percentuais e probabilísticos do (e) pretônico

O único grupo de fatores não-estruturais selecionado como significativo pelo programa para o alçamento do (e) pretônico foi o sexo dos informantes. Assim, os informantes do sexo masculino apresentaram-se mais favorecedores do alçamento, atingido o índice de probabilidade 56. Esse resultado confirma resultados anteriores que destacam a probabilidade maior de mudanças lingüísticas ocorrerem entre informantes do sexo masculino. Essa tendência seria justificada pelo fato de as mulheres serem mais atentas ao padrão adotado pela sociedade, evitando, dessa forma, a implementação de mudanças lingüísticas.

Concluída a análise do (e) pretônico, passou-se à análise do (o) pretônico. Os dados coletados foram codificados e lançados no programa Varbrul. O programa selecionou como significativos para a análise do alçamento do (o) pretônico os grupos de fatores ponto de articulação do segmento precedente e modo de articulação do segmento seguinte. Os resultados estão discriminados na Tabela 3.

Grupo de Fatores	Fatores	Ocor.	%	Probab.
Ponto de articulação do segmento precedente	Velar	30/178	17	.29
	Labial	73/245	30	.56
	Alveolar	36/117	31	.71
Modo de articulação do segmento seguinte	Líquida não-lateral	16/121	13	.21
	Nasal	59/238	25	.53
	Fricativa	23/61	38	.63
	Africada	26/59	44	.67
	Vogal (hiato)	15/61	25	.72

Tabela 3: Resultados percentuais e probabilísticos do (o) pretônico

Segundo dos resultados, com relação ao ponto de articulação do segmento precedente, os fatores alveolar e labial precedentes foram considerados favorecedores do alçamento do (o) pretônico. As palavras com estes contextos fonéticos são, respectivamente, *tomate* e *dormindo*, além de *formiga*, *botina*, *mosquito* e *bonito*. Esses resultados confirmam parcialmente os resultados obtidos por Bisol (1981: 263) que apontou como favorecedores do alçamento do (o) pretônico, dentre outros, a labial precedente e por Viegas (1987: 164) que atestou o favorecimento por parte das obstruintes precedentes para o alçamento do (o) pretônico.

Com relação ao modo de articulação do segmento seguinte, os

fatores que favoreceram o alçamento do (o) pretônico foram a vogal em hiato, presente em *coelho*, com .72. Esse fator foi apontado por Mattoso Câmara Júnior (2000: 45), por Callou & Leite (2000: 86) e por Bortoni et alii (1992: 22) como favorecedor do alçamento das vogais médias pretônicas. Além desse fator, foram apontados pelo programa como favorecedores do alçamento do (o) pretônico os fatores africada e fricativa seguintes, presentes em *botina* e *mosquito*. Esses fatores receberam, respectivamente, os valores .67 e .63 de probabilidade de favorecimento da implementação da regra do alçamento do (o) pretônico. O fator nasal seguinte, presente em *bonito*, *tomate*, *dormindo* e *formiga*, com .53, foi considerado neutro, pois o seu valor se aproximou de .50.

Com relação postônica medial, adotou-se o mesmo procedimento anteriormente adotado para a análise do alçamento das vogais médias na posição pretônica. Assim, inicialmente, foram analisados os dados relativos ao alçamento do (e) postônico medial. O programa selecionou apenas os grupos de fatores modo de articulação do segmento seguinte e tipo de vogal tônica como significativos. Os resultados foram relacionados na Tabela 4.

Grupo de Fatores	Fatores	Ocor.	%	Probab.
Modo de articulação do segmento seguinte	Líquida não-lateral	5/126	4	.04
	Oclusiva	72/355	20	.75
Tipo de vogal tônica	Vogal média baixa anterior			
	Vogal média alta anterior	1/61	2	.04
	Vogal média alta posterior	4/62	6	.16
	Vogal alta posterior	24/121	20	.40
	Vogal média baixa posterior	6/89	7	.69
	Vogal baixa	20/53	38	.72
		23/95	23	.91

Tabela 4: Resultados percentuais e probabilísticos do (e) postônico medial

Quanto ao modo de articulação do segmento seguinte, a oclusiva mostrou-se um fator favorecedor do alçamento, com .75. As palavras com esse contexto fonético são *cócegas*, *pêssego*, *tráfego*, *fôlego*, *quadrúpede*, *termômetro* e *cérebro*.

Com relação ao tipo de vogal tônica, pode ser verificado que a vogal baixa tônica, presente em *tráfego* e *câmera*, favoreceu o alçamento do (e) postônico medial. O mesmo favorecimento ocorreu

ainda pela presença da vogal média baixa posterior, em *cócegas*, e a vogal alta posterior, em quadrúpede.

A Tabela 5 apresenta os resultados percentuais e probabilísticos do (o) postônico medial. Como pode ser observado, o programa Varbrul selecionou como significativos para o alçamento do (o) postônico medial os grupos de fatores Modo de articulação dos segmentos precedente e seguinte e Classe social.

Quanto ao modo de articulação precedente, o fator fricativo, presente em *bússola*, favoreceu o alçamento do (o) postônico medial.

Com relação ao modo de articulação do segmento seguinte, o fator líquida lateral, presente em *bússola*, semáforo, pérola e agrícola.

Grupo de Fatores	Fatores	Ocor.	%	Probab.
Modo de articulação do segmento precedente	Líquida não-lateral	28/65	43	.22
	Oclusiva	49/187	26	.50
	Fricativa	58/172	34	.61
Modo de articulação do segmento seguinte	Líquida não-lateral	32/262	12	.22
	Líquida lateral	203/162	64	.89
Classe social	Classe média alta	59/217	27	.43
	Classe trabalhadora	76/207	37	.56

Tabela 5: Resultados percentuais e probabilísticos do (o) postônico medial

CONCLUSÃO

Com relação ao alçamento das vogais médias [e] e [o] na sílaba pretônica, listamos abaixo as conclusões de nosso trabalho de pesquisa.

- A conjugação de vários fatores estruturais favoreceu o alçamento do (e) pretônico. Dentre os mesmos, destacaram-se a oclusiva e a labial precedentes, a fricativa e a vogal em hiatos seguintes, bem como a presença da vogal alta tônica.
- Apesar de o condicionamento fonético fornecer subsídios para uma interpretação neogramática do fenômeno do alçamento vocálico, tal perspectiva teórica não esclarece definitivamente como ocorre a implantação da mudança sonora. Prova disto é o fato de a palavra *leão* não ter apresentado nenhum caso de alçamento, apesar de apresentar contexto fonético favorável (vogal

em hiato).

- Os fatores que favoreceram o alçamento do (o) pretônico foram as consoantes alveolares e labiais precedentes, bem como as consoantes africadas e fricativas e a vogal em hiatos seguintes.

Com relação ao alçamento das vogais médias [e] e [o] na sílaba postônica medial, listamos abaixo as conclusões de nosso trabalho de pesquisa.

- As oclusivas seguintes favoreceram o alçamento do (e) postônico medial.
- O tipo de vogal tônica parece interferir no alçamento do (e) postônico medial. Assim, a presença da vogal baixa, da vogal média-baixa posterior e da vogal média-alta posterior tônicas favoreceu o alçamento do (e) postônico medial.
- A consoante fricativa precedente e a consoante líquida não-lateral seguinte favoreceram o alçamento do (o) postônico medial.

BIBLIOGRAFIA

BISOL, Leda. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1981. 333 p. (Tese de Doutorado).

BORTONI, Stela M. et al. A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical? *Revista Estudos da Linguagem*, n. 1, p. 9-30, jul./dez. 1992.

CRISTÓFARO SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 78-90.

MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, Joaquim. *Estrutura da Língua portuguesa*. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 124 p.

LEMOS, Fernando Antônio P. *Interferência da oralidade na escrita: o caso do registro ortográfico do “e, i, o, u” átonos*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 184 p. (Dissertação, Mestrado em Linguística).

OLIVEIRA, Marco Antônio. The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the sociology of language*. Berlin, v. 89, p. 93-105, 1991.

———. Aspectos da Difusão Lexical. *Revista Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, n. 1, p. 31-41, jul./dez. 1992.

VIEGAS, Maria do Carmo. *Alçamento das vogais médias pretônicas: uma abordagem sociolingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 1987, 231 p. (Dissertação de Mestrado).

TRADUÇÃO PARA ALÉM DOS CONCEITOS LINGÜÍSTICOS

Adilson da Silva Corrêia (UNEB)

Reconhecidamente, as pesquisas e os estudos de tradução chegaram há poucas décadas às academias brasileiras. Pelo menos é o que confirmam as pesquisas históricas. Esse campo do conhecimento humano tem progredido e inevitavelmente evoluído, alcançando desde o estudo de línguas bem pouco divulgadas, como é o caso do reto-românico, falado em determinadas localidades da Suíça e da Itália, até a compreensão das novas tecnologias impostas pelo mundo globalizado, a saber, os *softwares* conhecidos por *translators*, bastante utilizados pelos alunos na tradução dos textos das aulas de língua estrangeira.

Indubitavelmente, esses estudos adensam o campo de tradutologia e inquestionavelmente avançam na construção de novas teorias que melhor explicam o processo de tradução. No entanto, tem-se constatado, em muitos desses estudos atuais, uma preocupação demasiada dos pesquisadores com as questões lingüísticas, principalmente, no âmbito da gramática.

Este trabalho, em hipótese alguma, deixa de reconhecer a importância de se compreenderem as modificações morfossintáticas, respeitados os processos de formação cultural de cada língua, quando obras inteiras são traduzidas em um processo contínuo de releitura e recriação, sendo essas modificações necessárias à vida da obra na língua de chegada. Mas é importante propor um novo modelo teórico que contemple questões de domesticação, a saber: pós-colonialismo e as formas de exclusão e intervenção, conduzidos pelos modelos globalizantes de sociedade.

Os estudos tradutológicos, nesta proposta, deveriam inicialmente responder a questões-chave, tais como: A que ordem discursiva a obra está sendo submetida? Por que e com que finalidade essa ordem está sendo imposta? É por esse viés que a linguagem é usada, dentro dos mecanismos de poder de uma estrutura maior, montada historicamente e que vem sendo regulada pelos vários discursos oriundos de vozes que se pretendem dominantes? As respostas a essas questões devem ser compreendidas para dar um sentido maior aos

porquês das escolhas de determinados conceitos em detrimento de outros nas obras de chegada.

Antes de iniciarmos a reflexão dessa nova forma de pensar os estudos de tradução, é necessário entender o cenário histórico de teorias que trilhamos para que chegássemos a essa nova visão que supera, de uma certa forma, a ingenuidade de muitas pesquisas presas ao purismo gramatológico.

No processo de tradução, é necessário entender que há um somatório de fatores que conduzem a uma recriação da obra, não se constituindo esta, de forma alguma, no espelho da obra original. A recriação envolve conhecimentos diversificados e bastante complexos que resultam na ressignificação da obra de acordo com os modelos pré-estabelecidos socialmente.

Dessa forma, levou algum tempo para que os estudiosos conseguissem entender essa complexidade, ainda que de forma reduzida. No modelo clássico, o tradutor era submetido a uma certa rigidez e tensão, uma vez que se entendia que dele deveria partir uma alta fidelidade terminológica no ato de traduzir. Pode-se chamar esse período de "época da ingenuidade". Arrojo (1986) compara esse modelo com um trem, onde cada vagão traz uma carga de significado precisa e rígida.

Nesse momento dito ingênuo, a tradução exigia habilidades importantes do tradutor. Theodor (1986) tece comentários a respeito da profissão e da formação de tradutor, expondo condições *sine qua non* que levariam a uma certa fidelidade da obra traduzida, destacando: a formação universitária do tradutor na área de estudo de tradução e o conhecimento do vernáculo de ambas as línguas envolvidas no processo.

Na visão do mesmo autor, fica compreendido ainda que a disposição de uma "sólida cultura geral" é requisito primordial para que haja uma tradutibilidade fidedigna. Havia uma preocupação demasiada, na teoria clássica, com os conteúdos lingüísticos em detrimento dos conteúdos culturais. Todavia, já existia um sinal para as diferenças: lingüísticas e culturais.

Anteriormente, Ladmiral (1979: 15) conceitua tradução como sendo "convergência lingüística" e, no sentido mais amplo, como

qualquer forma de "mediação interlingüística que permita transmitir entre locutores de línguas diferentes", concluindo, de forma lingüísticamente reduzida e quem sabe, pela ingenuidade do querer aristocrático (Milton, 2002), a tradução "faz passar uma mensagem de uma língua de partida (LP), ou língua-fonte, para uma língua de chegada (LC), ou língua-alvo". O autor, como Theodor, acredita que "a tradução será sempre parcial" e enuncia que a tradução, como "qualquer acto de comunicação, comportará um certo grau de entropia, ou melhor dizendo, um certo grau de desperdício" (*sic*) (p. 22). Em um processo de analogia podemos dizer que essa entropia se relaciona às diferenças citadas por Theodor.

Paes (1990) levanta questionamentos de "espaços", advindos dessas diferenças, e que significam ausência de uma forma de expressar conceitos produzidos por uma determinada cultura. Para ele, tais diferenças, ocorridas nos espaços tradutórios, levaram alguns autores brasileiros a acompanharem as etapas de tradução das suas obras, citando, na oportunidade, Guimarães Rosa.

Posteriormente, Aubert (1994), em um estudo decisivo, questiona até que ponto existe fidelidade no ato de traduzir. Nesta proposta, o tradutor deve ser pensado como um sujeito perpassado por um feixe de conhecimentos complexos que fogem à alçada dos estudos presos a um dos ramos da lingüística. Traduzir, na visão aubertiana, não é transpor, é recriar e quem sabe criar uma outra obra, longe das preocupações morfossintáticas, dirigidas por questões culturais.

Ressalte-se aqui que traduzir envolve o universo das concepções adquiridas pelo tradutor, dentre elas destacam-se: as visões de mundo do tradutor, a diferença estilística entre os idiomas, os aspectos estruturais e semânticos interlinguais, paradigma esse muito ressaltado pelas atuais pesquisas.

Aparece, nesses estudos, um elemento teórico bastante relevante, mas não mencionado explicitamente pelo autor, denominado poder – articulado e entremeado nas várias manifestações da linguagem. É sobre esse elemento e suas formas de regulação, nas obras traduzidas, que se deve discutir, contextualizando-o sempre com os modelos hegemônicos globais propostos, aceitos e mantidos como cânones. São as redes do poder que conduzem e decidem as criações e recriações no campo de tradução, manifestando-se nele através da

linguagem.

Foucault (1996: 5), quando argumenta sobre as manifestações do poder, revela que a "historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística". Pode-se apreender dessa assertiva que para além dos purismos lingüísticos, presos aos conceitos de gramática, existem poderes que domesticam os dizeres, conduzem, portanto, as traduções por caminhos que melhor condizem com os cânones universais e se regionalizam, através de mecanismos de apropriação milagrosa, matizados pelos discursos de domesticação.

Como se observa, o paradigma da infidelidade, reconhecido pela tradutologia, resolve somente uma parte do complexo processo de tradução. Depois de desvendada e resolvida essa etapa, os estudos tradutológicos devem seguir por questões que subordinam obras inteiras aos discursos hegemônicos de culturas ditas superiores.

Para Milton (2002), o paradigma da fidelidade/infidelidade e o fazer da tradução são um meio tipicamente artesanal de tradução aristocrática. Nesse modelo, a forma, ou seja, as estruturas lingüísticas predominam sobre os temas centrais, a estética sobre a ética. Neste ínterim, o autor registra uma ruptura com esse paradigma, podendo-se inferir, no seu discurso, um deslocamento dos estudos de tradução para as outras áreas do conhecimento humano, a saber: Psicanálise e Filosofia, esclarecendo que "muitas dessas áreas continuam dentro do terreno da alta cultura". (*Idem*: 88)

Na oportunidade, Milton discute o acondicionamento das traduções ao mercado imperante. As obras são modeladas de acordo com os discursos mundiais de mercado e se homogeneizam na voz daqueles que detêm o poder das editoras que obedecem às ordens mundiais de padronização. Na oportunidade, indica algumas regras de domesticação de uma obra, no processo de tradução, dentre elas a questão do moralismo e das formas *anti*- (sindicalismo, sexo, liberalismo). Vemos, nessa concepção proposta, a obra como refém das concepções mercadológicas impostas, entremeadas pelos discursos de um falso moralismo homogeneizador.

É preciso, de antemão, entender que as novas obras são produzidas em um contexto mundial delimitado por um discurso dito pós-colonial. Somos um país de "terceiro mundo" imposto por um bloco econômico mundial que desvaloriza as nossas produções. Para

eles, somos os sensuais, os felizes, os "calientes", mas incapazes de produzir "coisas" boas para a cultura do dito primeiro mundo.

Por isso, embutida na malha da infidelidade, está a trama discursiva do poder, da exclusão, da domesticação. O que é a domesticação de uma obra, senão a adequação perversa dela aos conceitos de uma cultura dita superior? A doutrina do comércio, da indústria cultural favorece o processo domesticador, e obras indóceis podem não chegar às prateleiras do mercado.

Devemos partir para a ordem do discurso à qual o tradutor está submetido, não sendo mais uma mera questão de infidelidade, no dizer de Aubert, mas uma imposição calcada em conceitos de origem que devem atravessar o sujeito no momento do ato de traduzir. É o que Santos (2000) denomina de violência estrutural. Deve ser essa imposição que gera mais "espaços" previstos por Paes, impedindo a liberdade da criação nas obras traduzidas. Afinal de contas, autor nenhum quer deixar de freqüentar o mercado mundial da tradução.

Resta agora perguntar: nesses espaços de exclusão e intervenção em que se dão as traduções, como os autores se sentem ao serem violados pela domesticação, pela violência estrutural? Talvez a perspicácia de Guimarães Rosa o tenha impulsionado a verificar e a acompanhar as traduções de suas obras, logicamente, prevendo que elas fossem enquadradas no discurso da subalternidade.

Como diz Mignolo (1996), as pessoas que estão localizadas no coração do império e não pertencem a ele podem produzir discursos sobre conceitos pós-coloniais, posicionando-se criticamente sobre eles. Segundo o autor, é preciso entender de onde se fala; com quem se fala e para quem se fala. A base da domesticação das obras traduzidas passa por esse viés. A análise dessas perguntas responde, inicialmente, à montagem de uma obra dirigida às prateleiras mercadológicas.

A tradução é uma autoria e como tal está submissa à visão do autor, responsável pela reinvenção de acordo com os princípios ou com as prescrições sociais vigentes. Podemos, então, definir tradutor na visão foucaultiana como sendo "aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real." (Foucault, 1996: 28)

Inquestionavelmente, a visão de transpor para a forma da linguagem o conteúdo mental é uma função da autoria, por extensão da tradução. No entanto, é necessário discutir até que ponto as obras traduzidas refletem o real. Urge discutir esse real através do viés da autonomia do tradutor, se é que podemos assim acreditar. Por outro lado, essa mesma autonomia é bastante questionável do ponto de vista dos discursos econômicos, mercadológicos existentes.

Os tradutores estão imersos em um conteúdo mercadológico do qual muitas vezes não conseguem fugir. Esse conteúdo discursivo funciona como força que impulsiona o tradutor a refletir lingüisticamente em uma situação histórica, em uma verdade intrínseca. Vemos uma das faces da manifestação do poder, e esta prescrição obedece ao momento histórico em que está inserido o tradutor.

Existem outras duas formas relacionadas a essa posição de poder, de delimitação, nomeadas por Foucault como sendo: identidade e individualidade. Elas marcam preponderantemente o processo de tradução.

A identidade se relaciona às manifestações culturais, com a forma de revelar ao mundo os conceitos, certamente, convenientes ao projeto social, também conhecido como trama ou arcabouço. Por outro lado, não obstante o arcabouço construído historicamente, existe uma outra força que impulsiona o processo de tradução, e esta se relaciona à posição do sujeito diante da leitura da obra que faz e intenciona romper com o arcabouço social vigente e trama contra ele, favorecendo a manifestação individual. Eis aqui a liberdade e autonomia da tradução.

Todavia, essas duas forças podem se imbricar e, pelo processo de identidade, fazer a individualidade emaranhar-se em um processo unificador cultural, de cânones, domesticando a cultura do outro. Essa interseção com a domesticação é produto de discursos contramodernos, definidos pela pós-modernidade e pós-colonialismo.

Como se vê, a complexidade do ato de traduzir foge ao escopo das interpretações gramatológicas e invade os discursos canônicos que domesticam as obras a fim de serem comercializadas. Por isso, é necessário que os estudos tradutológicos se inclinem mais para as questões discursivas e culturais, contextualizadas historicamente, espaços esses em que se produzem as exclusões, as intervenções e,

principalmente, os discursos pós -colonialistas que orientam as traduções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.

AUBERT, Francis Henrik. *As (in)fideliades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*. Campinas: Unicamp, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

LADMIRAL, J. R. *Traduzir: Teoremas para a tradução*. Tradução de Cascais Franco. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

MIGNOLO, Walter. La Razón Postcolonial: Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In: *Gragoatá*, 1, Niterói, 2ºsem. 1996, p. 7-29.

MILTON, John. *O clube do livro e a tradução*. Bauru: EdUSC, 2002.

PAES, José Paulo. *Tradução a ponte necessária: aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Temas, v. 22)

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 65-92.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIARO, Mário Eduardo. Traduções de Poemas Romanches Modernos: o tema da morte da língua materna. In: *Tradução e Comunicação*, 10. São Paulo, maio de 2001, p. 81-88.

UT PICTURA POESIS
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PARADIGMA PICTURAL
EM ARISTÓTELES

Ana Lúcia M. de Oliveira (UERJ)

RESUMO

Esta comunicação é parte de uma investigação mais ampla acerca do paralelo entre a pintura e as artes discursivas em sua configuração grega, anterior ao ato de batismo horaciano, que cunhou o símile *ut pictura poesis*. O ponto central será o exame de tal paralelo na *Retórica* e na *Poética* aristotélicas para destacar a nova orientação que aí se dá à problemática da imagem, permitindo resgatar as artes miméticas da condenação platônica. Reconhecendo o papel capital do sentido da visão, Aristóteles admite a eficácia de se tirar partido do prazer advindo das sensações visuais, explorando a força pictórica da linguagem. Se, para ele, a maior qualidade do gênio poético é a de ser *metaphorikon* – ou seja, saber olhar para perceber as semelhanças entre as coisas –, a metáfora pictural (*prò ommáton metaphora*) pode ser considerada a mais apta para nomear a atividade poética em geral, isto é, para “colocá-la diante dos olhos”. Em sentido figurado, portanto, a palavra “pintura” pode servir de metáfora para todas as metáforas, definidas em referência à visibilidade; em sentido próprio, pode servir de paradigma para toda arte mimética, por tornar visível a própria natureza da atividade representativa. No curso da análise, destacaremos as facetas antiplatônicas da teoria aristotélica da *mimesis*, especialmente a valorização das características próprias de uma representação cujo valor não se pauta mais exclusivamente pela fidelidade ao modelo e na qual a imagem é considerada em função de suas qualidades específicas, quer sejam poéticas ou pictóricas.

PALAVRAS-CHAVE: pintura; metáfora; *mimesis*

Esta comunicação, que se insere em uma pesquisa mais ampla acerca do tema do *ut pictura poesis* (cf. OLIVEIRA, 1992), tem por objetivo central verificar a maneira pela qual Aristóteles redistribuiu as questões referentes à *mimesis* levantadas por Platão. Tendo em vista o escopo deste trabalho, não se fará uma exposição geral da obra do referido filósofo, mas apenas a análise de certas partes da *Retórica* e da *Poética* em que se desenvolve o paralelo com a pintura, destacando os pontos relevantes da sua nova concepção da representação mimética.

Para examinar como opera o paradigma pictural em Aristóteles, recorrerei ao interessantíssimo livro *A cor eloqüente* (1989), no qual Jacqueline Lichtenstein aborda em primeiro plano a querela entre os coloristas e os partidários do desenho, ocorrida na Academia

de Belas Artes francesa, no século XVII. Para melhor rastrear tal problemática, retrocede até a filosofia grega, tendo em vista a análise da importância do aristotelismo para a maior parte das teorias da pintura constituídas a partir do Renascimento e que possibilitaram uma redefinição positiva dessa arte. Reconhecendo que o estagirita não explicita as consequências da sua teoria geral da *mimesis* no campo específico da pintura, apesar de esta ser abundantemente citada na *Poética*, a autora se propõe a reconstituir uma teoria aristotélica da representação visual que é quase uma “ficção teórica”. E justifica sua pretensão com o argumento de que os textos do filósofo fornecem as condições que permitem elaborar tal teoria, “nas margens da retórica e da poética, em um espaço intermediário em que se reúnem a metáfora e o visível” (LICHTENSTEIN, 1989: 68).

O caminho assim traçado nos permite destacar a centralidade concedida por Aristóteles ao sentido da visão. Com efeito, as primeiras linhas da *Metafísica* nos dizem: “Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer: uma prova disso é o prazer que se tem com as sensações. Elas agradam por si só, independentemente da necessidade, e, sobretudo, as que nos vêm dos olhos” (I, 1). Quando se passa ao plano das artes discursivas, tal aceitação do prazer advindo das sensações visuais acarreta uma significativa diferença em relação ao autor dos *Diálogos*. Ao invés de condenar tal prazer, trata-se, agora, de tirar partido dele, explorando a força pictórica através da *enérgeia*, que consiste na evidência, na concretude dos exemplos. Em termos aristotélicos, isso significa o poder gráfico de “colocar as coisas diante dos olhos”, implicando o uso de expressões que representam objetos como se eles estivessem em atividade (*Retórica* 1411 b). Os exemplos clássicos são extraídos de Homero, que descreve em pleno ato não somente os seres animados, mas chega a animar o inanimado, tendo por finalidade sensibilizar o sentido geral da ação, tornando-a pictórica para a recepção, como se observa no seguinte trecho da *Retórica* (1412 a): “‘as vagas abauladas, galeadas de espuma, umas acompanhando as outras’ – aqui ele representa tudo como movente e vivo; e a atividade é o movimento”.

Se, para Aristóteles, a maior qualidade do gênio poético é a de ser *metaphorikon* – ou seja, a de saber olhar bem para perceber as semelhanças entre as coisas –, pois é “o único elemento que não pode ser tomado de outrem e é sinal de uma natureza bem dotada”

(*Poética* 1459 a), a metáfora pictural pode ser considerada a mais apta para nomear a atividade poética em geral, isto é, em termos aristotélicos, para “colocá-la diante dos olhos”.

Em seu sentido figurado, a palavra “pintura” pode, então, servir de metáfora para todas as metáforas, que são definidas necessariamente em referência à visibilidade; já em sentido próprio, pode servir de paradigma para toda arte mimética, por tornar visível a própria natureza da atividade representativa. Para concluir tal raciocínio, a autora que aqui sigo de perto – contagiando-se talvez pela agudeza, tão em voga no século ao qual dedica grande parte de sua pesquisa – arremata, lapidar: “*a arte de pintar imagens é realmente a melhor imagem que se pode criar para pintar a imagem da arte*” (LICHTENSTEIN, 1989: 71-72; grifos nossos).

A partir de uma leitura atenta dos dois tratados aristotélicos, podem-se perceber as facetas nitidamente antiplatônicas da sua teoria da *mimesis*. Em primeiro lugar, destaca-se a importância atribuída às características próprias de uma representação cujo valor não se pauta mais exclusivamente pela fidelidade ao modelo. Como exemplificação, retomemos um fragmento da *Poética*, em que Aristóteles recorre ao paralelo com a pintura:

Como a tragédia é uma imitação de personagens melhores do que os homens comuns, deveríamos seguir o exemplo dos bons pintores retratistas, que reproduzem as características distintivas de um homem e, ao mesmo tempo, sem perder a semelhança, fazem-no mais bonito do que é. (*Poética* 1454 b)

Torna-se patente aí a diferença entre os dois filósofos gregos: no *Sofista*, diálogo platônico, o fato de as imagens pictóricas, mesmo as que se pretendem icônicas, introduzirem sempre o seu grau de diferença em relação ao original está na raiz da desqualificação de que são objeto¹⁴; em contrapartida, para Aristóteles, as artes miméticas não são regidas por esse critério de reprodução servil, sugerindo-se inclusive que o artista deva aprimorar o modelo, segundo o propósito básico de criar uma imitação ideal da ação humana. Acrescente-se ainda que, embora mantendo uma exigência ética e cognitiva, o autor da *Poética* faz intervir uma nova ordem de avaliação, na qual a ima-

¹⁴ Para maiores esclarecimentos acerca desse tema, cf. DELEUZE, G.: 1968 e ROSEN, S.: 1983.

gem é considerada em função das suas qualidades específicas, quer sejam poéticas ou pictóricas. Em outras palavras, segundo Costa Lima, a preferência aristotélica pela pintura é “motivada pelo propósito de tratar a *mimesis* em liberdade, conquanto relativa, face à esfera do ético”, uma vez que a arte pictórica “se funda em elementos [...] cuja transcodificação ética não estava de antemão estabelecida” (1995: 69). A partir desse novo ponto de vista, o estagirita chega inclusive a afirmar, na *Poética* (1460 b), que “é um erro menor para o artista ignorar, por exemplo, que a corça não tem chifres, do que representá-la de modo não artístico”.

A que distância de Platão nos encontramos! Para este, tal “corça sem chifres” seria uma imagem sem semelhança, cópia sem modelo, portanto um erro gravíssimo: *pseudos* inaceitável. Já Aristóteles se mostra bem mais tolerante com os simulacros pictóricos ou verbais, segundo se confirma no exemplo seguinte, da *Retórica* (1460 b): “O poeta representou impossíveis. É um erro – desculpável, contudo, se atingiu a finalidade própria da poesia [...] e se, de tal maneira, resultou mais impressionante essa parte do poema, ou outra qualquer”.

O fato de Aristóteles, dando à tematização da imagem uma orientação radicalmente nova, ter permitido resgatar as artes miméticas – principalmente as discursivas, retórica e poética – da condenação platônica é uma evidência reconhecida por diversos analistas de sua obra. Mas significa dizer que ele tenha concedido uma autonomia plena ao estético? Em absoluto, conforme bem o provou Luiz Costa Lima (1980: 45-58 e 1995: 63-76). Como pré-requisito para compreender a argumentação desenvolvida por esse crítico, sobrevoemos rapidamente os dois tratados aristotélicos, fazendo-os dialogar quanto às questões que aqui nos interessam.

O proêmio do livro segundo da *Retórica* traz um elemento significativo para o encaminhamento desta pesquisa: trata-se do *estudo das paixões como argumento determinante da técnica retórica*. Com essa introdução das paixões, Aristóteles vai ao encontro das primeiras escolas de retórica grega, sofísticas e pitagóricas, que haviam previsto na persuasão psicagógica uma tarefa não menos importante para o retor do que a demonstração lógica. A partir do momento em que o discurso é abordado do ponto de vista de sua finalidade persuasiva e considerando-se a já reconhecida importância das

sensações visuais como meio de desencadear o prazer do auditório, torna-se difícil preservar a primazia dos elementos lingüísticos.

Significativo para o encaminhamento do meu raciocínio é articular o ato de persuadir com a análise aristotélica das provas, que ocupa grande parte desse tratado. De um modo bastante sintético, pode-se dizer que estas se incluem entre as premissas retóricas, as que têm em si uma força demonstrativa suficiente para construir um entimema (isto é, um silogismo retórico). Em primeiro lugar, há a distinção entre provas lógicas – puramente demonstrativas, no âmbito do próprio discurso – e provas morais – referentes ao *ethos*, se concernem à disposição do orador, e ao *pathos*, se concernem à do auditório. Uma outra linha divisória é demarcada entre provas técnicas – aquelas obtidas através do uso do método e dos meios pessoais do orador – e não-técnicas – sempre morais, exteriores ao tema do discurso, mostradas e não demonstradas. O uso destas últimas, atinente a uma pragmática da eloquência, remete à indagação fundamental aqui já enunciada: uma vez que se reconhece o grande apelo da visão, como manter o privilégio do discurso; isto é, tendo em vista a eficácia do resultado, como privilegiar a demonstração em face da bem mais convincente “mostração”?

Segundo Jacqueline Lichtenstein, tal questão constitui o ponto crítico da própria arte retórica, o lugar onde se cruzam todos os elementos que podem pôr em risco a primazia do discurso (1989: 77). Eis porque o propósito central do estagirita será o de assegurar tal primazia, estabelecendo uma hierarquia entre os diferentes meios empregados na persuasão, para traçar uma linha divisória entre a boa retórica filosófica¹⁵ e a “pragmática”, aquela que emprega provas não pertencentes à arte retórica propriamente dita.

Reconhecendo o perigo da grande força persuasiva de todas as provas morais, que escapam à ordem discursiva e, portanto, ao controle da razão, Aristóteles desvia a análise do campo da ação oratória – que não concerne às regras retóricas, mas ao talento do orador

¹⁵Quanto a esse ponto específico, ouvem-se, em Aristóteles, ecos de seu mestre: no *Fedro*, Platão já tentara demarcar a linha divisória entre a retórica filosófica e a sofística. Aliás, segundo nos informa Barbara Cassin (1995: 423), “o *locus classicus* em relação à retórica de Aristóteles, desde Leonhard Spengel [*Über die Rhetorik des Aristoteles*. 1852], é o de inscrever a *Retórica* na continuidade do *Fedro*”.

–, deslocando-a para o campo do poético. Para isso, lança mão de um elemento discursivo que possa rivalizar com tais provas: é aí que passa a considerar a força expressiva da metáfora, “da maior eficácia na poesia e nos discursos” (*Retórica* III, 1405 a). Registre-se, a esse respeito, a seguinte observação de Jacqueline Lichtenstein:

Para a *Retórica* como para a *Poética*, o único modo de representação que pertence à arte é o que se exprime na forma metafórica do discurso, uma representação cujas figuras funcionam como “imagens”, quer dizer, cujos caracteres expressivos e miméticos referem-se à figurabilidade e não à visibilidade. (1989: 80)

É curioso notar, ainda que efetuando um desvio ao propósito central deste estudo, as similitudes entre as dificuldades suscitadas para a retórica devido à sua eloquência corporal e as críticas dirigidas à pintura em razão do seu colorido. Ambas sofrem o mesmo *enxerto de ética*¹⁶, sendo forçadas a adaptar-se ao projeto traçado pelo *logos* filosófico. À autora citada acima cabe o mérito de haver mostrado que Aristóteles, mesmo retirando a condenação que pesava sobre as artes miméticas, não eliminou a linha divisória que, anteriormente, justificava a sua exclusão; deslocou-a para o interior da própria pintura, fazendo a triagem dos seus elementos constitutivos: assim, “condenada por Platão em nome de suas cores, a pintura é salva por Aristóteles graças ao seu desenho” (*idem*, p. 72; grifos nossos).

De fato, tal partição reflete os preconceitos filosóficos quanto à materialidade pictural, a dificuldade de considerar teoricamente os aspectos diretamente sensíveis da representação, que escapam tanto à ordem racional quanto à ordenação discursiva. A pintura, então, se salva filosoficamente, tornando-se *incolor*, como se pode depreender do seguinte fragmento da *Poética* (1450 b): “Algo semelhante se verifica na pintura: se alguém aplicasse desordenadamente as mais belas cores, a sua obra não nos agradaria tanto, como se apenas houvesse esboçado uma pintura em preto e branco”.

Rejeitando, pelo perigo representado para a análise, a espessura multicolorida do sensível – sabe-se o quanto a cor é estrangeira à ordem do discurso, irredutível às palavras –, o filósofo privilegia o

¹⁶ Emprego aqui uma expressão cunhada por Barbara Cassin (1990: 122) ao analisar a concepção aristotélica da retórica.

desenho como inscrição do inteligível, o meio mais adequado para introduzir o controle da razão na pintura.

Isso posto, retomemos a via principal desta investigação, que se dedicava à reavaliação do patético operacionalizada pelo estagirita. A paixão também constitui a ponte que aproxima a retórica e a poética: na primeira, como vimos, Aristóteles “recupera” a estratégia patética, por ser fundamental para a persuasão psicagógica, integrando-a à argumentação: conseqüentemente, a paixão é universalizada, assumindo aí a dignidade de uma *tékhne*. Já na segunda, como veremos, enfatiza o aspecto terapêutico do prazer provocado pela poesia, através do qual se atinge a purificação das paixões.

No sexto capítulo da *Poética*, a tragédia é definida como “imitação de uma ação de caráter elevado [...] que, suscitando o terror e a piedade, tem por efeito a purificação dessas emoções” (1449 b). Através de tal definição – sem dúvida, modelada como uma resposta à acusação platônica de que o drama poético, por alimentar as paixões, encoraja a anarquia na alma –, Aristóteles postula que tal anarquia pode ser evitada de modo mais eficiente, não por meio de uma repressão das emoções, mas fazendo com que estas se expressem de maneira regrada. Tendo em vista tal finalidade, a tragédia é considerada um instrumento de grande valia, por realizar uma dupla operação: primeiro excita as emoções de terror e de piedade, para, em seguida, acalmá-las, efetuando uma cura emocional do espectador, que, ao fim do espetáculo, se encontra mais sereno e num estágio mais avançado de autocontrole.

As observações anteriores deixam entrever que, em uma radical diferença quanto a Platão, a avaliação aristotélica da *mimesis* não gravita mais em torno da adequação desta ao mundo das idéias, considerando, antes, a sua finalidade persuasiva, o efeito produzido no receptor. Nas palavras de Manfred Fuhrmann, “o tratado aristotélico ainda se distingue da obra platônica pela centralidade concedida ao efeito da obra, através do segundo conceito-chave da *Poética*, o conceito de catarse” (*apud* COSTA LIMA, 1980: 50). Visto que a catarse funciona como uma ocasião para o escoamento do excesso de emoções, sempre ameaçadoras, *os cantos que purificam a alma causam um encanto sem perigo*.

Facilmente se verifica que, tanto ao poeta quanto ao orador,

concede-se licença para lidar com o perigoso campo das paixões, desde que conheçam a profilaxia para todos os riscos que elas apresentam. Eis, em síntese, como funciona essa “*ortopedia filosófica*” (LICHTENSTEIN, 1989: 74): em vez de censurar as paixões, permite que se expressem, sob a condição de que sejam canalizadas para a purificação final.

Já possuímos as ferramentas suficientes para retomar a questão referente à *mimesis* que foi deixada em suspenso. Mesmo com a abordagem quase telegráfica de um assunto que se prestaria a desenvolvimentos extremamente complexos, torna-se possível perceber que, apesar dos avanços configurados por Aristóteles ao reconhecer a validade das artes miméticas, em sua obra estas ainda não obtiveram autonomia. Em outras palavras, as artes imitativas, ao saírem da estrita jurisdição da verdade, acedem a uma dignidade teórica nova, não escapando, todavia, a uma outra forma de controle: passam a ser vigiadas e contidas nas camisas-de-força da ética e da política. Para concluir, deixemos com Luiz Costa Lima a síntese do momento aristotélico, em seu duplo aspecto:

[...] de um lado, libera o mimético da rígida legislação do discurso da verdade, e, por outro lado, o mantém subordinado, pelo princípio do efeito catártico, ao prazer aliviador, i.é., o prazer que aceita o jogo da imaginação desde que conduza a uma descarga tranqüilizadora. (1980: 60)

Antes de fechar a discussão, importa apontar rapidamente as conseqüências dessa valorização do papel do espectador na elaboração da própria arte, no tocante a uma problemática já presente em Platão e que recebe, com Aristóteles, uma nova configuração que conhecerá grande fortuna crítica. Trata-se do tema da *distância adequada da representação*, que passa a ser considerada não mais em relação ao mundo das idéias, mas como adequação ao público a que se destina. Tal adequação será objeto de um maior desdobramento por parte de Horácio, elaborador do famoso símile *ut pictura poesis*, cuja análise da distância conveniente da apreciação em cada gênero poético deixará um rastro marcante na crítica de arte até, pelo menos, o século XVIII.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *La métaphysique*. Paris: Vrin, 1987, 2 vol.
- . *The Rethoric and The Poetics*. New York: Random House, 1954.
- CASSIN, Barbara. *Ensaaios sofisticos*. São Paulo: Siciliano, 1990.
- . *L'Effet sophistique*. Paris: Gallimard, 1995.
- COSTA LIMA, Luiz. A explosão das sombras: mimesis entre os gregos. In: *Mimesis e modernidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 1-66.
- . A questão da *mimesis*. In: *Vida e mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 59-248.
- DELEUZE, Gilles. *Logique du sens*. Paris: Minuit, 1968.
- HORÁCIO. *Arte poética*. In: ——. Aristóteles & Longino. *A poética clássica*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1990.
- LICHTENSTEIN, Jacqueline. *La couleur éloquente*. Paris: Flammarion, 1989.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia M. *Ut pictura rethorica: uma aproximação da sermonística vieiriana*. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira. UERJ: Instituto de Letras, 1992.
- PLATÃO. *Le sophiste*. Paris: Belles Lettres, 1969.
- ROSEN, Stanley. *Plato's sophist: the drama of original and image*. New Haven & London: Yale University Press, 1983.

CADERNOS DA ABF

José Pereira da Silva (UERJ)

Cadernos da ABF, vol. II, n° 01: III Seminário Superior de Língua Portuguesa. Academia Brasileira de Filologia. Rio de Janeiro, 2003. 116 p.

Criados no final do ano passado (2002), com o primeiro volume (*Cadernos do CNLF, vol. I, n° I*), trazendo as aulas-conferências da **II Semana Nacional de Língua Portuguesa**, de autoria dos acadêmicos Adriano da Gama Kury (Emprego de modos e tempos), Amós Coêlho da Silva (Fundamentos clássicos da língua portuguesa), Carlos Alberto Sepúlveda Alves (Análise do discurso literário), Evanildo Cavalcante Bechara (O texto numa aula de língua portuguesa), Hilma Pereira Ranauro (Coordenação e subordinação de orações: aspectos sintático, semântico e formal), José Geraldo Paredes (Emprego do infinitivo), José Venício Marinho Frias (Aspectos sintáticos da língua portuguesa), Leodegário Amarante de Azevedo Filho (Análise de um poema da literatura angolana), Ricardo Stavola Cavaliere (Aspectos fonológicos do português contemporâneo) e Teresinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt (Teorias lingüísticas aplicadas ao ensino de português), aproveitamos este espaço para registrar o sucesso do segundo volume, que se esgotou imediatamente, inclusive a segunda tiragem, feita às pressas para atender as prementes solicitações dos seminaristas.

Apesar da carência de dois textos importantes relativos às aulas-conferências dos acadêmicos Antônio Martins de Araújo, que falou sobre “Unidade e variedade da língua portuguesa” e Domício Proença Filho, que falou sobre “O enigma de Capitu”, o segundo volume dos *Cadernos da ABF* cumpriu a sua função de proporcionar a melhor forma de disponibilizar os textos-guia dos eventos da Academia Brasileira de Filologia, levando o Senhor Presidente a decidir que o valor do volume do periódico já deverá estar incluído na taxa de inscrição da próxima **III Semana Nacional de Língua Portuguesa**, que ocorrerá no início de novembro de 2003.

O primeiro número do volume II trouxe os oito seguintes textos, correspondentes aos temas apresentados pelos acadêmicos em suas aulas-conferências no **III Seminário Superior de Língua Por-**

tuguesa, realizado no final de julho de 2003: “A poética de *Alguma Poesia*”, de Carlos Alberto Sepúlveda Alves; “Algumas questões morfológicas da língua portuguesa”, de Leodegário Amarante de Azevedo Filho; “Algumas questões sintáticas da língua portuguesa (plano da palestra)”, de Evanildo Cavalcante Bechara; “Entoação e estratégias persuasivas no discurso feminino”, de Marina Machado Rodrigues; “Línguas africanas em contacto com o português do Brasil”, de Leodegário Amarante de Azevedo Filho; “Os estudos dialetológicos e o seu compromisso com o ensino”, de Maria Emília Barcellos da Silva; “Semântica”, de Walmírio Eronides de Macedo e “Texto e ensino: análise da variação (Texto para análise)”, de Carlos Eduardo Falcão Uchôa.

A Academia Brasileira de Filologia ainda tem alguns exemplares do primeiro volume, que contém textos da II SNLP, mas está aguardando uma segunda edição do segundo volume, que contém textos do III SSLP, na qual poderemos contar, certamente, com os textos reclamados na primeira edição.

As primeiras edições desses *Cadernos da ABF*, por sua própria natureza e função, costumam sair com alguns erros que seguramente seriam vistos numa situação em que os editores tivessem um pouco mais de tempo entre a apresentação dos originais e o momento em que têm de estar prontos para serem distribuídos aos autores e demais participantes dos eventos da ABF.

Carlos Sepúlveda tentou responder as perguntas: “Por que Drummond é um poeta extraordinário? Ou melhor, o que significa uma poesia extraordinária? Quais os critérios usuais para definir um poeta como extraordinário?” (p. 9)

Leodegário, em seu primeiro texto, reapresenta as doutrinas gramaticais que sintetizou na década de setenta, sobre algumas questões morfológicas da língua portuguesa,¹⁷ especialmente sobre “morfemas”, “categorias gramaticais” e sobre “estrutura e formação das palavras”. No segundo texto, que foi lido durante o III SSLP pela acadêmica Marina Machado Rodrigues porque, por motivo de saúde, o conferencista não pôde comparecer, faz uma síntese da bibliografia

¹⁷ Cf. *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Gernasa/Novacultura, 1975, p. 57-68.

relativa à influência das línguas africanas no português do Brasil, incluindo-se nela as de sua própria autoria. (cf. p. 64-74).

Bechara tratou especialmente da “utilização do princípio dos constituintes imediatos na descrição lingüística do português”, justificando a declaração de Herculano de Carvalho que tomou como epígrafe de sua aula-conferência:

O ponto de partida, não apenas o melhor, mas verdadeiramente essencial, para que o ensino da língua materna seja de fato o que deve ser, plenamente eficiente, reside numa exata compreensão do fenômeno lingüístico em geral. (p. 46)

Marina faz uma ponte entre os estudos de prosódia e os de análise do discurso, assim sintetizada no segundo parágrafo de seu texto, que apresenta a sua interpretação do capítulo de Maria Helena Mira Mateus¹⁸:

... a importância dos estudos de prosódia para as investigações sobre a língua oral e a dos de análise do discurso para a língua escrita, sublinhando que o papel da entoação, quer no esclarecimento das estruturas sintáticas, quer como instrumento para a interpretação dos elementos afetivos no discurso não deve ser minimizado. (p. 51)

Maria Emília também desenvolve o seu trabalho, motivada pelo autor da epígrafe escolhida: “Abandonemos, pois, esse ensino inoperante de regras e exceções. Estudemos a língua (Celso Cunha)”, começando-o pelas definições do termo DIALETOLOGIA e dividindo a sua exposição em: “Operando conceitos”, “Isoglossas e dialetos”, “Língua *versus* dialeto”, “Dialectologia *versus* Geografia Lingüística” e “Do trabalho dialetal”.

Por fim, Walmírio, considerando a amplitude do tema e a exigüidade do tempo de que dispõe, passa “em revista alguns aspectos que, embora conhecidos, estão mal elucidados e esclarecidos em toda a sua extensão”, tentando responder a duas perguntas que formaliza na primeira página de seu texto: “Mas o que é significar? O que é significação?” (p. 94)

Uchôa não apresenta o seu texto, mas a crônica “Albertine Disparue” de Fernando Sabino, utilizada para a sua proposta de análise da variação na utilização do texto no ensino da língua.

¹⁸ *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2002.

HISTÓRIA CONCISA DA ESCRITA

José Pereira da Silva (UERJ)

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. [Trad da 10ª ed. corrigida Marcos Marcionilo]. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 192 p. (Na ponta da língua; 5)

Depois de nos fornecer quatro preciosos volumes: *Estrangeirismos – guerras em torno da língua*, de Carlos Alberto Faraco; *Língua materna – letramento, variação e ensino*, de Maros Bagno, Michael Stubbs e Gilles Gagné; *História concisa da lingüística*, de Barbara Weedwood, e *Sociolingüística – uma introdução crítica*, de Louis-Jean Calvet, a coleção “Na Ponta da Língua” da Parábola Editorial nos apresenta a *História Concisa da Escrita*, de Charles Higounet, traduzida por Marcos Marcionilo, num bem acabado volume de 192 páginas ilustradas, que vai aqui apresentado ao público interessado dos filólogos e lingüistas.

História concisa da escrita registra em poucas páginas toda a aventura da humanidade no estabelecimento da escrita como procedimento de fixação da linguagem articulada. Contudo, a escrita é, mais que instrumento, mais que modo de imobilização da linguagem, uma nova linguagem, que disciplina o pensamento e, ao transcrevê-lo, o organiza.

A escrita dá acesso direto ao mundo das idéias e permite apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo; é o fato social que está na base de nossa civilização.

Ao final dessa sintética história gráfica da escrita, cada qual pode, segundo seu gosto ou seu temperamento, recuar para o passado, ou olhar para o futuro. Recuar ao passado é entrar no domínio da pesquisa paleográfica; olhar para o futuro é se preocupar no imediato com o ensino da escrita.

O presente e o futuro demandam mais que especulações. O que importa é manter para as novas gerações o uso de uma escrita corrente de boa qualidade e de grande rapidez e fazer aumentar sempre o número de indivíduos que sabem escrever. (4ª capa)

As orelhas do livro trazem uma síntese da pretensão dos editores e dos organizadores da coleção:

A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e desde a escrita: a lei escrita substituiu a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição legendária.

História concisa da escrita registra em poucas páginas toda a aventura da humanidade no estabelecimento da escrita como procedimento de fixação da linguagem articulada.

Pode-se dizer que, dentro de seu campo, nada falta a este livro. Esta é a razão de sua permanência num cenário marcado por grande cuidado no resgate da história da escrita.

Fiel a si mesma, a coleção “Na Ponta da Língua” resgata esse clássico, escrito por um autor que conhece o assunto perfeitamente e que sabe escrever com propriedade.

História concisa da escrita aborda toda a história do texto, desde as suas origens a nossos dias, percurso graficamente enriquecido por uma série de ilustrações que traduzem plasticamente a densidade do assunto tratado.

Os editores justificam, desnecessariamente, a meu ver, a motivação que os levaram a publicar o livro aqui apresentado, nos seguintes termos:

Decidimos publicá-lo por se tratar de uma “história concisa”, rica em dados que normalmente não circulam entre nossos estudantes e rica em capacidade de síntese. A necessidade de síntese não levou Higounet a perder nada do fundamental num percurso que cobre um longo arco de tempo. Em momento algum ele perdeu a riqueza de todos os períodos e sistemas abordados, com um didatismo só encontrável nos profundos conhecedores do assunto. Sua experiência de paleógrafo lhe permitiu ser um bom professor de história da escrita. (p. 7)

... o encadeamento histórico e as questões de base postas por Higounet permanecem rigorosamente válidos para o ensino e para a reflexão e podem alimentar o projeto de difusão do conhecimento que anima todas as nossas iniciativas. (p. 8)

Para completar essa resenha técnica da *História concisa da escrita*, transcreve-se também o seu sumário, para que seus futuros leitores tenham uma imagem do trabalho na visão do autor e de seus próprios editores:

NOTA DO EDITOR.....	7
CAPÍTULO I – A ESCRITA, EXPRESSÃO GRÁFICA DA LINGUAGEM.....	9
Escrita e civilização	9
Escrita e linguagem.....	11
Materiais e caracteres das escritas.....	15
Decifração e estudo das escritas.....	22
CAPÍTULO II – AS ESCRITAS NÃO-ALFABÉTICAS.....	29
A escrita sumero-arcádica.....	29
A escrita egípcia	37
As escritas “hitita” hieroglífica, proto-indiana e cretense	43

A escrita chinesa	48
As escritas americanas pré-colombianas	54
As escritas silábicas cipriota e persepolitana	56
CAPÍTULO III – AS ESCRITAS ALFABÉTICAS.....	59
As origens do alfabeto	59
O alfabeto fenício.....	66
As escritas aramaicas e o hebraico quadrado	70
A escrita árabe	74
As escritas sul-arábicas e etíopes	79
As escritas indianas.....	81
As escritas líbia e ibérica	84
O Alfabeto grego	85
Os alfabetos surgidos do grego: copta, gótico e eslavo	94
As escritas rúnicas	97
CAPÍTULO IV – A ESCRITA LATINA ATÉ O SÉCULO VIII.....	101
Os alfabetos etruscos e itálicos	101
O alfabeto latino	103
A escrita romana até o século II.....	106
A metamorfose da escrita romana.....	109
As escritas pré-carolíngias	115
As origens da escrita carolíngia	120
CAPÍTULO V – A ESCRITA MEDIEVAL	127
A escrita carolíngia	127
A expansão e a evolução da escrita carolíngia	132
A escrita gótica	137
A escrita humanística.....	143
As notas tironianas e as abreviações medievais	145
Os números e os sinais auxiliares da escrita.....	152
CAPÍTULO VI – PROBLEMAS DE HOJE E DE AMANHÃ.....	159
As escritas mecânicas	159
As escritas manuscritas modernas	165
As abreviações contemporâneas e a estenografia	169
Problemas de pesquisa e de ensino	173
O progresso do alfabeto latino	176
A geografia e o futuro da escrita	179
BIBLIOGRAFIA	185

Graças ao sucesso da escrita na história da humanidade, Higounet lembra que “Há até quem sonhe com uma escrita universal, ao menos manuscrita, que combinaria a exatidão da notação do sistema fonético internacional com a simplicidade gráfica e a rapidez dos sistemas estenográficos” (p. 182), mas, com a chegada da comunicação virtual (via Internet) o sonho de uns poucos está perto de se esboçar concretamente, acreditamos.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Lingüística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 folhas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 300 palavras, com indicação de três palavras-chave e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À
REVISTA PHILOLOGUS
A/C de José Pereira da Silva
Rua Visconde de Niterói, 512/97
20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico peireira@uerj.br, pelo telefone (0XX21) 2569-0276, ou através da homepage www.filologia.org.br.